

ORGANIZADORAS

Patrícia Marília Félix da Silva

Fabiola Sánchez Correa

TRABALHO NÃO CLÁSSICO

perspectiva epistêmico-teórico-metodológica
para compreensão do mundo laboral

ORGANIZADORAS

Patrícia Marília Félix da Silva

Fabiola Sánchez Correa

TRABALHO NÃO CLÁSSICO

perspectiva epistêmico-teórico-metodológica
para compreensão do mundo laboral

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

T758

Trabalho não clássico: perspectiva epistêmico-teórico-
metodológica para compreensão do mundo laboral
/ Organização Patrícia Marília Félix da Silva, Fabiola
Sánchez Correa. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2026.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-599-2

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-599-2

1. Trabalho. 2. Desigualdade social. 3. Trabalho não
clássico. 4. Processo de trabalho. 5. Trabalhadores. I. Silva,
Patrícia Marília Félix da (Org.). II. Correa, Fabiola Sánchez
(Org.). III. Título.

CDD 306.36

Índice para catálogo sistemático:

I. Ciências Sociais - Trabalho

Simone Sales • Bibliotecária • CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2026 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2026 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiária em editoração	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	Freepik - freepik.com
Tipografias	Acumin, More Pro, Gobold, Rockwell Nova
Revisão	As organizadoras
Organizadoras	Patrícia Marília Félix da Silva Fabiola Sánchez Correa

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski <i>Universidade La Salle, Brasil</i>	Bernadette Beber <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Adriana Flávia Neu <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt <i>Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Aguimario Pimentel Silva <i>Instituto Federal de Alagoas, Brasil</i>	Caio Cesar Portella Santos <i>Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil</i>
Alaim Passos Bispo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil</i>	Carla Wanessa do Amaral Caffagni <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Alaim Souza Neto <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Adriano Martins <i>Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil</i>
Alessandra Knoll <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Jordan Lapa Alves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Alessandra Regina Müller Germani <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Caroline Chioquetta Lorenset <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Aline Corso <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Cassia Cordeiro Furtado <i>Universidade Federal do Maranhão, Brasil</i>
Aline Wendpap Nunes de Siqueira <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Cássio Michel dos Santos Camargo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Ana Rosangela Colares Lavand <i>Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil</i>	Cecilia Machado Henriques <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
André Gobbo <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>	Christiano Martino Otero Avila <i>Universidade Federal de Pelotas, Brasil</i>
André Tanus Cesário de Souza <i>Faculdade Anhanguera, Brasil</i>	Cláudia Samuel Kessler <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Andressa Antunes <i>Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil</i>	Cristiana Barcelos da Silva <i>Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil</i>
Andressa Wiebusch <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Cristiane Silva Fontes <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>
Andreza Regina Lopes da Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Daniela Susana Segre Guertzenstein <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Angela Maria Farah <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Daniele Cristine Rodrigues <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Anísio Batista Pereira <i>Universidade do Estado do Amapá, Brasil</i>	Dayse Centurion da Silva <i>Universidade Anhanguera, Brasil</i>
Antonio Edson Alves da Silva <i>Universidade Estadual do Ceará, Brasil</i>	Dayse Sampaio Lopes Borges <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Antonio Henrique Coutelo de Moraes <i>Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil</i>	Deilson do Carmo Trindade <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil</i>
Arthur Vianna Ferreira <i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</i>	Diego Pizarro <i>Instituto Federal de Brasília, Brasil</i>
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Dorama de Miranda Carvalho <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>
Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>	Edilson de Araújo dos Santos <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Bárbara Amaral da Silva <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Edson da Silva <i>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil</i>

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiane Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Apresentação	11
---------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

Cyntia M. Moya

Músicos profissionais:

uma análise do trabalho a partir da abordagem não clássica	19
--	----

CAPÍTULO 2

Rodrigo Eiras

Ethos de jogador:

a construção social nos jogos online	41
--	----

CAPÍTULO 3

Guilherme Rebonato Rosi

O sofrimento dos entregadores por aplicativo sob a ótica do configuracionismo e do trabalho não clássico.....

71

CAPÍTULO 4

Isabela de Carvalho Neves

Entre empreendedor e informal:

as reconfigurações do trabalho em tempos de neoliberalismo	90
--	----

CAPÍTULO 5

Lethícia Sthefany Ferreira de Oliveira

Relações de trabalho em disputa:

a introdução de um novo <i>habitus</i> do trabalho em Goiana-PE.....	115
--	-----

CAPÍTULO 6

Luana Barbosa da Silva Cicone

**Pra me recuperar foi foda,
arranjei um trampo, a escola:**

punição, trabalho e cárcere nas políticas
de ressocialização do sistema penitenciário do Maranhão 140

CAPÍTULO 7

Ana Priscila Alves

Entre ganhar dinheiro e viver a vida:

as estratégias das condutoras de aplicativo
para ganhar a vida 165

CAPÍTULO 8

Patrícia Marília Félix da Silva

**Entregas plataformizadas e o controle
por parte do cliente**

196

Sobre as organizadoras..... 215

Sobre os autores e as autoras..... 216

Índice remissivo..... 218

APRESENTAÇÃO

Esta obra é resultado de discussões realizadas no 48º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em 2024, de maneira virtual, especificamente o Simpósio de Pesquisa Pós-Graduada (SPG) **Trabalho não clássico: perspectiva epistêmico-teórico-metodológica para compreensão do mundo laboral**, coordenado por Patrícia Félix e Fabíola Sánchez.

Temos o prazer de apresentar esta compilação de oito investigações cujo tema comum é o estudo da dimensão laboral da vida social. A intenção foi reunir pesquisas sobre atividades que não envolvem apenas o trabalho fabril, mas também refletem a dinâmica laboral contemporânea em diferentes âmbitos, como serviços e outras formas inovadoras de trabalho.

Nossa alegria também se manifesta em apresentar trabalhos de pesquisadores/as em formação, estudantes de mestrado e doutorado que abordam as realidades laborais contemporâneas de uma maneira nova e com um olhar fresco por meio do uso de uma diversidade de construções teóricas, conceitos e categorias que despertarão a curiosidade dos/as leitores/as.

Permita-nos lançar um olhar transversal sobre todas essas pesquisas que, em conjunto, revelam problemas contemporâneos do mundo do trabalho em diferentes áreas e regiões do Brasil. Contudo, não ficarão indiferentes à consideração de problemas contemporâneos na América Latina de modo ampliado, pois revelam uma rede de práticas e estruturas que, em conjunto, poderiam caracterizar nossa região.

Em princípio, uma das riquezas da compilação dessas obras é a variabilidade de abordagens com as quais cada uma dessas investigações foi realizada: da perspectiva do trabalho não clássico, o foco nas dinâmicas socioculturais, culturas de trabalho e mundos da vida, a perspectiva foucaultiana por meio de categorias como disciplina e punição, a análise do trabalho nas indústrias criativas, o *ethos* trabalhista, até a psicologia do sofrimento e a análise de gênero.

Embora o ponto de partida seja diverso, a pesquisa aqui apresentada transita por realidades concretas descritas por meio de categorias como neoliberalismo, precariedade, formalidade/informalidade, flexibilidade, vigilância, controle, exploração, exclusão e desigualdade. Essas seriam algumas das constantes, entre as principais, que encontramos nas obras.

Nesse sentido, do ponto de vista mais abstrato, seria preciso dizer que as atividades aqui apresentadas têm graus variados de conexão com a grande economia capitalista. Em algumas, embora a conexão seja menos evidente, estão definitivamente ligadas às formas capitalistas de produção, e, portanto, em termos de práticas e subjetividades que caracterizam esses sujeitos, refletem uma certa variabilidade, na concepção, nas experiências e nas emoções no trabalho e em outros mundos da vida.

Descobrimos que, à medida que as atividades se afastam da gestão direta do grande capital, ou mesmo do Estado, as noções de sofrimento, ansiedade, medo e exaustão também começam a se confundir e se movem em direção às noções de autoexpressão, inspiração e emancipação. No meio, encontramos outras experiências e subjetividades ligadas à exclusão, à marginalização, à criminalização e à ilegalidade. No entanto, todas elas se caracterizam pelo fato de seus/suas trabalhadores/as vivenciarem diferentes formas de precariedade.

As investigações de Guilherme Rebonato e Ana Alves, **O sofrimento dos entregadores por aplicativo sob a ótica do configuracionismo e do trabalho não clássico** e **Entre ganhar dinheiro e viver a vida: as estratégias das condutoras de aplicativo para ganhar a vida**, respectivamente, serão emblemáticas do primeiro caso. Guilherme, que investiga o trabalho de entregadores por aplicativo, e Priscila, que analisa motoristas de aplicativo da Uber. Esses trabalhos, que dependem de plataformas para execução, enfatizam a dimensão emocional que afeta profundamente o bem-estar psicológico dos/as trabalhadores/as. Eles nos contam sobre as experiências de sofrimento, ansiedade, medo e perigo que surgem ao trabalhar na cidade e no trânsito, interagindo de maneiras complexas com outros/as motoristas, policiais, pedestres, seguranças e vigilância por vídeo, o que os/as expõe a várias formas de violência física e psicológica, conforme constatado em relatos constantes de experiências de exaustão mental e fadiga.

Guilherme, por sua vez, enfatiza o sofrimento psicológico causado pelos prazos, riscos no trânsito, vigilância constante e violência urbana aos quais são submetidos os trabalhadores homens que estuda, e o faz por meio de categorias como violência e controle.

No trabalho de Priscila são abordados os riscos e o medo da violência associados aos clientes. A autora também introduz o elemento de gênero, bem como uma análise de seus mundos de vida, para entender como as mulheres motoristas conseguem equilibrar o trabalho e a vida cotidiana, especialmente os desafios que enfrentam para conciliar as atividades de cuidado, que também é um trabalho, com suas tarefas laborais realizadas na rua, as quais são realizadas principalmente por homens.

Ambas enfrentam dinâmicas de exploração, com trabalhadores/as de plataformas sujeitos/as a jornadas de trabalho extenuantes, além de insegurança econômica e falta de direitos trabalhistas,

experiências apresentadas pelos/as proprietários/as capitalistas como flexíveis e autônomas.

Ou seja, embora esses indivíduos aparentemente tenham capacidade de escolha em relação ao número de horas que dedicam ao seu trabalho ou à distribuição dessas horas, em última análise, através de avaliações práticas das decisões econômicas que devem tomar, eles necessitam estender seu trabalho para doze ou quatorze horas diárias para obter a renda necessária à sua manutenção e a de seus instrumentos de trabalho. Nesse sentido, há um encobrimento da exploração do trabalho disfarçado pelo suposto poder de decisão que se ganha por não ter um chefe ou capataz supervisionando diretamente o trabalho.

Em articulação a estes trabalhos, ainda que não apresentado neste SPG, agregamos também o texto **Entregas plataformizadas e o controle por parte do cliente**, de Patrícia Félix, que analisa como o controle sobre o processo de trabalho de entregadores/as geridos pela lógica plataformizada pode ser ampliado e envolver diferentes dimensões da subjetividade, como emoções e estéticas. E, neste processo, o/a cliente age não apenas como um/a consumidor/a, e sim também como um ator que intervêm significativamente no nesse controle, mediante, por exemplo, avaliações e reclamações sobre o trabalho desempenhado pelos/as entregadores/as.

Com sua pesquisa sobre o trabalho prisional, Luana Barbosa, no capítulo **Pra me recuperar foi foda, arranjei um trampo, a escola: punição, trabalho e cárcere nas políticas de ressocialização do sistema penitenciário do Maranhão**, nos permite pensar um espaço em seu aspectos laborais, ainda que este não seja associado ao trabalho, e, sobretudo, analisar o trabalho como uma forma moderna de punição e exploração econômica sob o pretexto da ressocialização, que resulta na perpetuação da marginalização e da exclusão dos presos.

Neste caso, a autora explica que é o Estado que administra e, portanto, controla o que e como os presos produzem. Por meio de categorias e conceitos como complexo industrial prisional, disciplina, punição e precariedade, afirma que o trabalho dos presos está conectado à economia formal, assim como também pontua como o Estado produz massivamente a partir do trabalho realizado pelos presos, o que os submete a uma dupla subordinação: ao Estado e ao capital.

Entre os trabalhos que situamos em um espectro diferente, encontramos a pesquisa de Cyntia Moya sobre músicos, **Músicos profissionais: uma análise do trabalho a partir da abordagem não clássica**, e a Rodrigo Eiras, **Ethos de jogador: a construção social nos jogos online**, sobre jogadores de videogame, que colocamos juntas dadas as dimensões subjetivas compartilhadas pelos sujeitos que as realizam.

Cyntia, que estuda o trabalho imaterial e simbólico dos músicos por meio da noção de indústrias criativas, mostra-nos como nessa atividade prevalecem as noções subjetivas de criação, inspiração e até emancipação na realização da obra. Rodrigo, por sua vez, destaca como os/as trabalhadores/as/jogadores/as de videogame encontram mais do que apenas compensação financeira, mas reconhecimento de uma comunidade online, o que se torna uma fonte de autoestima. Ele também destaca, mediante a noção de *ethos*, que os/as jogadores/as construíram subjetivamente seu trabalho em torno de uma ética de trabalho que promove colaboração, disciplina e respeito, entre outras coisas.

Por outro lado, Cyntia descreve como as condições de trabalho dos músicos são informais e exigem múltiplas atividades para complementar a renda. Para estes, o papel dos laços de amizade e familiares é fundamental para a realização da atividade e sua sustentação. Por sua vez, Eiras descreve que para os/as trabalhadores/as

de videogames, que também tendem a ter outras atividades de geração de renda, essa atividade é de sobrevivência e precariedade, embora permita aos/às seus/suas praticantes certa mobilidade social, já que é composta majoritariamente por trabalhadores/as de classes mais baixas.

Nos interstícios entre essas duas avaliações subjetivas diferentes desse conjunto de atividades, apresentamos a investigação de Isabela Neves, **Entre empreendedor e informal: as reconfigurações do trabalho em tempos de neoliberalismo**, que afirma haver uma transformação na noção de empreendedorismo em um contexto de informalidade e desigualdades raciais e de gênero, como o que ela analisa no Brasil.

Este estudo explora o Estado e como a noção de empreendedorismo se combina com realidades como o emprego informal. Embora sua análise não aborde a dimensão emocional dos/as trabalhadores/as, trata de aspectos subjetivos inseridos na dinâmica laboral analisada. A importância desta investigação também se verifica na abordagem de estratégias de sobrevivência por parte de trabalhadores/as, em um contexto de exclusão e marginalização decorrentes da informalidade.

Numa perspectiva mais conceitual, Isabela explora a conexão entre a ideia de empreendedorismo, vinculada à racionalidade neoliberal, e sua configuração específica em um contexto como o brasileiro, onde predomina a informalidade. Ela destaca como os indivíduos envolvidos nessas atividades, tanto no empreendedorismo quanto na informalidade, são atraídos por essas atividades por uma necessidade de sobrevivência ou resistência à exclusão, sob um discurso falacioso de autonomia e liberdade defendido pela lógica de uma ideologia empreendedora. A autora também afirma que esse raciocínio perpetua a precariedade e culpa o indivíduo pelas condições estruturais do mercado de trabalho.

Por fim, nessa mesma linha, a pesquisa de Lethícia Oliveira, **Relações de trabalho em disputa: a introdução de um novo *habitus* do trabalho em Goiana-PE**, nos situa em relações sociais mais amplas, por meio da noção de culturas do trabalho, tendo em vista que seu objetivo é explicar como a implantação de uma fábrica de automóveis exige a transformação da dinâmica sociocultural local, particularmente em Goiana, Mata Norte de Pernambuco, para criar novos hábitos de trabalho em uma região com tradição pesqueira e agroindustrial açucareira, antes desprovida de fábricas. A autora descreve como essas culturas de trabalho confrontam as dinâmicas do trabalho fabril, como a cooperação e a não exploração, o que enfatiza a natureza subjetiva da reestruturação produtiva.

Em suma, todas as modalidades de trabalho discutidas neste livro apresentam dimensões constantes como precariedade, sofrimento, autonomia, empreendedorismo, exploração, transformação da subjetividade para resistir à degradação do trabalho, autonomia, valorização positiva da flexibilidade, independência, criatividade, como alguns dos traços característicos dos trabalhos contemporâneos aqui analisados.

De alguma forma, todos eles enfatizam diferentes formas contemporâneas de exploração do trabalho em contextos informais e como as narrativas dominantes tentam legitimar essas condições laborais. Há também uma crítica sobre como o neoliberalismo molda práticas e subjetividades econômicas, e como situações e noções atuais como flexibilidade, empreendedorismo e autogestão assumem especial relevância nesse período e podem ocultar situações de exploração e precariedade.

Consideramos relevante a pontuação do papel ambivalente do Estado na regulação do trabalho; tanto nas prisões quanto nos espaços públicos o Estado facilita e promove a exploração e a informalidade. Ou seja, a promoção do empreendedorismo e da

flexibilidade atualmente também perpetua a informalidade ao desmantelar as proteções sociais e laborais

E, finalmente, encontramos a recorrência das tensões entre autonomia e exploração. A ideia de autonomia ou liberdade laboral aparece em vários estudos, seja na forma de empreendedorismo e flexibilidade, ou na independência do trabalho assalariado. Entretanto, essa liberdade é constantemente desafiada, revelando-se como um mecanismo que esconde formas de exploração e precarização do trabalho.

The background of the entire page is an abstract composition of various shades of red, magenta, and purple. It features several large, semi-transparent spheres and cones of different sizes, some of which are brightly lit from within, creating a glowing effect. The shapes are scattered across the frame, with some appearing in the foreground and others in the background, creating a sense of depth. The overall aesthetic is modern and artistic.

1

Cyntia M. Moya

MÚSICOS PROFISSIONAIS: UMA ANÁLISE DO TRABALHO A PARTIR DA ABORDAGEM NÃO CLÁSSICA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-599-2.1

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta alguns resultados de minha pesquisa de doutorado¹, na qual analisei as autopercepções de músicos profissionais no contexto das transformações contemporâneas do trabalho, protagonizadas pela noção de criatividade. Introduzo aqui o referencial teórico de Enrique de la Garza Toledo (2009, 2013, 2017, 2018), que não foi mobilizado na tese, a fim de analisar, a partir da perspectiva não clássica, as dinâmicas entre trabalho e não trabalho, o papel das interações com clientes e outros atores, bem como os processos de formação identitária dos músicos profissionais.

Os músicos exercem uma atividade considerada imaterial, orientada por valores como inspiração e criatividade, e mais vinculada ao talento do que à diplomação. Além disso, atuam majoritariamente de forma autônoma, por meio de contratos informais, e acumulam múltiplas atividades dentro e fora do campo musical.

A partir de uma abordagem qualitativa², a pesquisa permitiu observar como a vivência do trabalho se concretiza no cotidiano desses profissionais, evidenciando a centralidade das performances ao vivo em suas trajetórias. Trata-se de uma atividade remunerada de maneira descontínua e sujeita a diversos imprevistos, como cancelamentos, calotes, problemas técnicos nos equipamentos e reações do público. Os resultados da tese indicaram ainda que os músicos tendem a se perceber como empreendedores. Esses achados empíricos constituem o ponto de partida para o diálogo com a noção de trabalho não clássico.

1 Este capítulo deriva de pesquisa de doutorado desenvolvida com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

2 Conduzimos entrevistas com 27 músicos profissionais e realizamos observações em apresentações ao vivo, abrangendo uma variedade de estilos e contextos, como rock, blues, jazz, pop, sertanejo, samba, música popular brasileira (MPB) e produções autorais.

De la Garza Toledo (2013) afirma que o trabalho não clássico apresenta três características principais. A primeira diz respeito à centralidade do conteúdo simbólico, entendido como a principal dimensão geradora de valor. Esse conteúdo pode manifestar-se de forma subjetiva, a exemplo de espetáculos artísticos, como shows de música e peças de teatro, ou de forma objetivada, materializando-se em produtos como livros, álbuns, filmes e softwares. Nessa perspectiva, o trabalho pode assumir tanto formas imateriais quanto materiais, desde que o valor simbólico constitua o elemento central do que é comercializado.

A segunda característica dos trabalhos não clássicos, destacada por De la Garza Toledo (2013, 2017), é a centralidade do cliente, compreendido não apenas como consumidor, mas como um trabalhador não assalariado que participa ativamente do processo produtivo. Além do cliente, outros atores podem emergir como partícipes desse processo, ainda que não estejam diretamente vinculados à obra. O autor denomina esse modelo de “trabalho interativo”, no qual a interação contínua entre os envolvidos constitui condição fundamental da produção e parte central do próprio produto.

Nessa dinâmica, a participação dos diferentes atores torna-se decisiva para a definição e a qualidade do produto, sendo a própria interação — incluindo a compra pelo cliente — um elemento constitutivo de sua realização. Em atividades como o transporte por táxi, por exemplo, as interações não se restringem aos passageiros, mas envolvem também outros motoristas, pedestres e agentes de trânsito, podendo ocorrer de forma presencial ou mediada por tecnologias digitais, especialmente em setores fortemente tecnologicizados.

Por fim, De la Garza Toledo (2013) destaca que, nos trabalhos não clássicos, há uma sobreposição entre os tempos e os espaços de trabalho e outros mundos da vida, tornando nebulosos os limites entre essas esferas. Essas características podem ser observadas tanto em atividades consideradas tradicionais, como as exercidas por costureiras, quanto em modalidades mais recentes, como o teletrabalho.

Em conjunto, a centralidade do conteúdo simbólico, a participação de múltiplos atores no processo produtivo e a sobreposição entre tempos e espaços de trabalho e de vida contribuem para a dificuldade de separação entre trabalho e não trabalho, característica marcante das formas contemporâneas de trabalho não clássico.

Essas três características estão presentes nas atividades dos músicos profissionais. Os músicos desempenham trabalhos carregados de simbolismo, que geram valor ao produto e são considerados imateriais, embora também possam ser materializados, por exemplo, na forma de álbuns, partituras, letras de música e composições. As apresentações ao vivo envolvem a interação direta com clientes, o público e outros atores por meio de redes colaborativas que incluem desde familiares até técnicos de som, como aponta Becker (2009, 2010). Além disso, os músicos conciliam diversas atividades em seus afazeres cotidianos, conforme a música é entendida como atividade principal ou complementar, articulando-se ao lazer e à realização pessoal, com espaços e tempos imbricados entre vida e profissão.

A partir desse enquadramento teórico, o capítulo examina, nos itens seguintes, de que modo as características do trabalho não clássico se manifestam nas práticas e trajetórias de músicos profissionais. A seguir serão discutidas essas dinâmicas a partir da abordagem não clássica, articulando teoria e empiria.

ABORDAGEM NÃO CLÁSSICA DOS TRABALHADORES DA MÚSICA

Embora ocupações que não se enquadram no modelo industrial tenham sido estruturais nas economias latino-americanas, esse modelo — especialmente o constituído no pós-guerra europeu — representou, até os anos 1970, o paradigma da estabilidade, da

formalização e dos direitos vinculados ao trabalho (Toledo, 2009; Morales Cabrera; Romero Amado, 2021).

No caso dos músicos, o trabalho autônomo antecede a contemporaneidade e se consolida no interior da sociedade industrial à margem das regras do trabalho convencional. Na atualidade, contudo, a hiperflexibilidade intensifica essas condições, ao passo que formas de trabalho consideradas “atípicas” se generalizam na sociedade (Elias, 1995; Williams, 2011; Menger, 2005).

A partir da década de 1990, a música passa a ocupar posição central no campo das Indústrias Criativas, ao lado de outras artes, caracterizando-se por conteúdos intensamente simbólicos e por sua articulação com processos de criação, inovação e tecnologia (Bendassolli *et al.*, 2016; Throsby, 2001). Nesse contexto, a perspectiva não clássica do trabalho permite apreender a complexidade e a diversidade do trabalho musical, que transita entre formalidade e informalidade, autoemprego e precarização, dimensões produtivas e improdutivas, além de mobilizar expectativas de realização e potencial emancipatório (Toledo, 2013, 2017; Rangel; Martins, 2016; Morales Cabrera; Romero Amado, 2021).

Os músicos profissionais podem articular em suas identidades categorias diversas que combinam formação e vínculo de trabalho, tais como artistas, trabalhadores criativos, autônomos, prestadores de serviços, precários e freelancers, mesmo com o predomínio da autoidentificação com o empreendedorismo. A multiatividades, longe de ser uma novidade, constitui elemento estruturante de sua identidade profissional, podendo ser vivenciada tanto como escolha quanto como estratégia de sobrevivência — ou como combinação de ambas (Bureau; Shapiro, 2009).

Esses trabalhadores mobilizam concepções ampliadas de trabalho, em consonância com os apontamentos de De la Garza Toledo (2013, 2017, 2018) acerca do conteúdo ampliado do trabalho

não clássico, que abrange tanto diferentes sujeitos do trabalho quanto múltiplas formas de controle, exercidas de maneira hierárquica, remota ou mediadas por clientes e outros atores. À luz do configuracionismo, a análise do trabalho musical considera o contexto, as subjetividades dos trabalhadores, clientes e demais atores, bem como os referenciais simbólicos e estéticos envolvidos, compreendidos como combinações não fixas, permeadas por contradições, variações e imprevisibilidades.

O setor de serviços é considerado central no trabalho não clássico (De la Garza Toledo, 2013; Rangel; Martins, 2016). Partindo da compreensão do trabalho musical ao vivo como uma forma de prestação de serviços, tal como formulada por Becker (2009) e por Nunes e Mello (2012), é possível estabelecer um diálogo com essa perspectiva sociológica. Nesses termos, a performance musical ao vivo pode ser entendida como um serviço dirigido aos clientes. O músico, enquanto detentor de um conhecimento especializado que lhe confere autoridade simbólica, depende da validação dessa expertise pelo público, o qual exerce diferentes formas de controle sobre a “qualidade” do serviço prestado. Dessa maneira, o público pode impor pressões e sanções ao trabalho do músico e aos padrões artísticos adotados, podendo inclusive rejeitar o serviço musical oferecido e substituí-lo por outras opções quando este não atende às suas expectativas.

De la Garza Toledo (2013, 2017) enfatiza a interação contínua e necessária entre trabalhadores e clientes como elemento constitutivo do trabalho não clássico. Nos shows de música, o público exerce um papel essencial na definição do resultado, tanto em interações ativas quanto unilaterais. As interações ativas ocorrem durante a performance ao vivo, quando o público contribui diretamente para a produção de significados, influenciando ajustes no repertório, a duração de determinadas passagens e a dinâmica da apresentação, podendo definir a percepção de sucesso ou fracasso do show, como demonstra a fala do sambista Gael:

A gente não tem um set list preparado. A gente não tem uma sequência de músicas, porque a gente faz de acordo com a interação da galera. Então, se a galera está muito animada, a gente coloca coisa mais calma, a galera deu uma acalmada, a gente coloca um pouco mais embaixo e vai aumentando gradativamente até a galera estourar de novo. A gente vai brincando ali (Gael, percussionista de samba, 2022).

Por outro lado, há também a dimensão de interação unilateral, observada na venda dos shows como “produtos fechados” — com repertórios, horários de início e fim e valores de ingresso previamente determinados. Ainda assim, a construção de significados no trabalho não clássico é marcada pela complexidade, pois decorre da influência de diversos fatores, incluindo os *selves* do trabalhador e do cliente, bem como os contextos e as classes sociais dos diversos atores envolvidos.

Nessa dinâmica, referências e códigos emocionais, estéticos, cognitivos e éticos combinam-se de maneira singular em cada produto e interação, gerando imprevisibilidade e exigindo dos trabalhadores a capacidade de se relacionar de forma flexível. Trata-se de um conjunto de esforços simbólicos e relacionais que não são computados no valor do produto ou do serviço adquirido (De la Garza Toledo, 2017). Essa exigência de flexibilidade subjetiva e relacional, bem como a ampliação do trabalho para além da performance musical, aparece nos relatos dos músicos entrevistados, como evidencia a fala de Benjamin:

Você tem que ser flexível pra sair do seu gosto pessoal. Isso é uma coisa bastante importante na minha opinião. Você tem que tocar o que as pessoas querem ouvir. Então não adianta fazer um repertório que você se sinta muito bem. Então, tipo, fazer um show pensando nos outros, pra mim é o principal. E também ter um carisma pra parte de contratação. Você tem que ser carismático tanto com o público, tanto com os empresários que você vai lidar, os donos dos bares, das baladas, em tudo. Você

tem que ter um relacionamento e o networking que vem por trás disso. E tem que conhecer. E eu sempre penso assim, você tem que trabalhar com os melhores que você conhece, então você vai subindo, entendeu? Eu quando comecei a compor, eu compunha sozinho. Aí depois eu comecei a compor com outras pessoas (Benjamin, cantor e músico autoral).

Os diversos atores envolvidos no trabalho musical incluem produtores, donos de bares e casas noturnas, compositores e músicos parceiros, técnicos, ilustradores, fotógrafos e, em alguns casos, agentes públicos, que podem colaborar de forma voluntária ou remunerada, ou com os quais os músicos precisam negociar a venda dos shows. Além disso, essas interações extrapolam o âmbito profissional, estendendo-se à vida pessoal e envolvendo familiares e amigos que participam da organização cotidiana do trabalho. A mãe de Fred, músico autoral, trabalha na produção de shows de maior porte, especialmente na gestão contratual de apresentações junto a prefeituras, além de ajudar no planejamento de viagens e na reserva de passagens e hotéis:

Minha mãe cuida dessa parte de contratos grandes, contratos com o governo do estado, prefeituras, SESCOs, documentação todas, nossa ela faz tudo eu assino. Os músicos gostam muito dela e tal. Ela faz uma parte de produção comigo desde aquele tempo. É uma pessoa que eu confio e que sabe fazer (Fred, músico autoral, 2023).

É comum que familiares e cônjuges auxiliem na rotina laboral dos músicos, que costumam tocar à noite e aos finais de semana, inclusive participando dos shows, o que reforça a importância das redes de relacionamento imediatas em uma carreira marcada pela instabilidade. Destaca-se, nesse contexto, o papel do trabalho das mulheres — mães, namoradas ou esposas — que assumem funções relevantes nas carreiras musicais dos homens.

A namorada do músico autoral Daniel, por exemplo, fotógrafa profissional e com quem ele vive junto, realiza registros das

apresentações ao vivo e os divulga em redes sociais. De modo mais amplo, é comum que negociações, organização de agendas e a gestão cotidiana do trabalho passem pelas mães ou companheiras dos músicos, reforçando a imbricação entre vida pessoal e profissional.

A instabilidade da profissão de músico dificulta o planejamento familiar e profissional de longo prazo. Constatamos que a maior parte dos músicos analisados conta com apoio familiar também por meio de ajuda financeira, divisão do orçamento, empréstimo de moradia ou coabitação. O papel dos familiares mostra-se, assim, fundamental para lidar com os altos e baixos da profissão, oferecendo suporte material e emocional.

Outras formas de apoio, mobilizadas junto a amigos e conhecidos, também se fazem presentes nas trajetórias de profissionalização dos músicos. Léo é violonista e possui cinco álbuns e três singles gravados. Para viabilizar esses projetos, ele costuma combinar a contratação de amigos e conhecidos que são profissionais da música, o uso de estúdios alugados e o apoio voluntário de outros músicos e produtores. Seu álbum mais recente foi financiado parcialmente por meio de uma campanha de crowdfunding³, realizada em uma plataforma digital na qual cadastrou o projeto e conduziu a divulgação, acionando suas redes de relacionamento por meio de aplicativos de mensagens. A meta estipulada, em torno de 15 mil reais, foi alcançada apenas parcialmente, como ilustra seu relato:

Eu gostaria de ter um produtor que fizesse isso. Mas, em geral, sou eu que fico vendo, como é que alguns músicos fazem. De vez em quando eu converso com alguns amigos, tanto pagos quanto tem os amigos que às vezes, que nem, o site foi minha cunhada que fez. A gravação que fiz pra [um cantor famoso], foi um amigo meu que soube disso e convidou: e aí vem gravar aqui no meu estúdio, e ele entrou como produtor. O meu CD eu gravei pagando o estúdio (Léo, instrumentista de violão e compositor, 2022).

Esses apoios, assalariados ou não assalariados, são fundamentais para a produção de shows e projetos musicais, embora permaneçam pouco visíveis. A realização do trabalho musical depende de uma cadeia colaborativa composta por profissionais contratados e colaboradores voluntários, isto é, de redes diversas que sustentam o processo produtivo (Becker, 2010; Nunes; Mello, 2012; Nunes, 2017).

A pesquisa evidencia que, para viabilizar suas atividades, os músicos mobilizam estratégias organizacionais que combinam a contratação de profissionais — como técnicos de som e músicos de apoio — com o acionamento de redes de relacionamento que articulam vínculos profissionais e pessoais, incluindo familiares, amigos e parceiros próximos. Essas redes são mobilizadas para a produção musical, gravações, ilustração de álbuns e realização de registros audiovisuais. Tais práticas permitem que a presença do músico se concentre no momento da performance, deslocando o trabalho técnico para outros agentes e contribuindo para a construção de uma aura de mistério e singularidade em torno do artista, o que gera expectativa junto ao público e reforça seu valor simbólico, conforme a lógica apontada por Benjamin (1987).

A ampliação do conteúdo do trabalho musical manifesta-se também na exigência de manter presença constante em redes sociais digitais, incorporando atividades de divulgação, autopromoção e interação virtual ao cotidiano laboral. A produção de conteúdos associados a estilos de vida, relações pessoais e parcerias comerciais evidencia a imbricação entre tempos e espaços de trabalho e de vida, bem como o papel central das tecnologias digitais na configuração contemporânea do trabalho musical.

No que se refere às autopercepções profissionais, entre os 27 músicos entrevistados, 19 se identificam predominantemente como empreendedores, 6 como prestadores de serviços e 2 como artistas. Aqueles que se reconhecem como empreendedores associam essa identidade a valores como iniciativa, proatividade, inovação,

profissionalismo e investimento contínuo na carreira, compreendendo o empreendedorismo como trabalho realizado para si. Tal percepção dialoga com o discurso contemporâneo que tende a atribuir conotação positiva à informalidade, enfatizando ideais de autonomia e criatividade (Lima, 2010, 2021).

Entre os músicos que se percebem como prestadores de serviços, essa identificação está associada à execução de atividades orientadas pelas preferências de terceiros — artistas contratantes ou público — especialmente nas apresentações ao vivo, sendo frequentemente interpretada como limitação da autonomia criativa. Já aqueles que se definem primordialmente como artistas valorizam essa categoria como forma de distinção simbólica, ainda que, em determinadas situações, reconheçam atuar como prestadores de serviços, como ao tocar ao vivo para entretenimento ou ao compor trilhas e vinhetas.

Essas autopercepções confirmam a oscilação do status ocupacional do músico entre diferentes categorias — empreendedor, freelancer, prestador de serviços e artista — conforme observado por Menger (2005). Mais do que a alternância entre posições, os músicos tendem a privilegiar identificações que sintetizam sua relação com a música enquanto trabalho, incorporando disposições subjetivas necessárias para sustentar trajetórias marcadas pela instabilidade, pela ampliação do conteúdo do trabalho e pela dificuldade de separação entre trabalho e não trabalho, elementos centrais do trabalho não clássico.

IDENTIDADES PROFISSIONAIS: TRABALHO E NÃO TRABALHO

As identidades dos músicos estão atreladas à música, sendo o interesse e o envolvimento frequentemente percebidos como algo

“natural”, expresso em frases como “sempre gostei de música”. O início da profissionalização remonta ao convívio com as redes de relacionamento imediatas e à experiência prática, o que impacta as percepções sobre a inevitabilidade da trajetória musical.

A atividade é inicialmente exercida como um hobby e transforma-se em trabalho quando os músicos passam a receber pelas apresentações. Essa profissionalização é marcada pelo amadorismo e pela descontinuidade, sendo verificada em todas as trajetórias analisadas, o que induz a compreender que tocar ao vivo constitui a principal porta de entrada para a profissionalização na carreira.

As oportunidades de trabalho surgem, em geral, por intermédio dos contatos, de forma percebida como espontânea, por meio de convites de conhecidos, de outros músicos ou de pessoas que os viram tocar. Isso pode ocorrer também a partir da circulação do músico por bares de sua cidade ou bairro, motivada pela paixão pela música e pelo desejo de estar no palco, inserindo-se, assim, na cena musical. Os trabalhos decorrem da sociabilidade e da circulação em espaços musicais vinculados ao lazer, contribuindo desde o início para a diluição das fronteiras entre trabalho e não trabalho.

Em suas percepções, quanto maior a inserção na cena musical, mais as redes de relacionamento se ampliam e novas oportunidades de trabalho surgem. Por outro lado, o afastamento desse circuito faz com que os músicos sejam rapidamente esquecidos e deixem de ser informados sobre ofertas de trabalho, evidenciando a imbricação entre trabalho e não trabalho ao longo do desenvolvimento da carreira.

A atividade de se apresentar publicamente e receber por isso tem início, em geral, na adolescência ou juventude. Entre os 27 músicos entrevistados, a maioria iniciou suas apresentações remuneradas entre os 14 e os 29 anos. Quatro trajetórias destoam desse padrão: duas em que a profissionalização ocorreu na infância; uma iniciada na vida adulta, aos 36 anos; e outra que teve início ainda

na infância, foi interrompida e retomada aos 42 anos, após cerca de duas décadas de afastamento da música enquanto profissão.

A trajetória de Marcos exemplifica esse processo. Ele começou a tocar e cantar as músicas de que gostava e, ao frequentar festas com amigos, passou a ser incentivado a levar o violão. A monetização da atividade surgiu de forma inesperada, quando passou a ser questionado sobre valores de cachê, o que o levou a buscar referências junto a outros músicos. Até então autodidata, passou a identificar a necessidade de investir em aulas particulares, como ilustra seu relato:

Até que chegou um momento em que o pessoal começou a me convidar para fazer profissionalmente e falar quanto você cobra pra cantar num barzinho, numa festinha? E eu fui me informando com o pessoal que já era da área pra ter uma noção e comecei a cantar profissionalmente. Antes eu aprendia só no Youtube mesmo, na internet, mas depois que eu comecei a receber pra cantar, aí eu vi a necessidade de fazer aula de canto em escola, aula de violão com professor particular também, e estudei um pouco para melhorar e tô até hoje (Marcos, cantor de voz e violão, 2022).

A multiatividade constitui uma característica histórica das trajetórias artísticas, incluindo as dos músicos, não apenas como estratégia de complementação de renda diante das desigualdades estruturais do mercado, mas também como expressão de identidades e integridades artísticas. Mesmo músicos que ocupam posições relativamente estáveis, como aqueles contratados por grandes orquestras e que avaliam suas remunerações como satisfatórias, tendem a exercer outras atividades além de suas ocupações principais, seja para manter habilidades profissionais, seja para preservar sua legitimidade no campo artístico (Bureau; Shapiro, 2009).

Enquanto elemento constitutivo da identidade artística, a multiatividade é intensificada pela necessidade generalizada de

sobrevivência (Segnini, 2006, 2016), especialmente em contextos de trabalho autônomo e de incipiente divisão do trabalho (Quiña, 2016). Ainda que atravessada por imperativos econômicos, a variação de tarefas é frequentemente interpretada de forma positiva, na medida em que novidades, mudanças e riscos constantes são percebidos como motivadores e desafiadores, em oposição à rotina e à previsibilidade. Nessa perspectiva, o prazer, a sensação de cumprir uma vocação e a realização de uma atividade expressiva e inovadora tendem a assumir maior centralidade do que o retorno financeiro na definição das identidades profissionais (Bendassolli; Borges-Andrade, 2015).

A lógica do “ter que se virar” emerge, assim, como princípio organizador das trajetórias musicais, em um contexto marcado pela informalidade, pela instabilidade e por contratos hiperflexíveis. A necessidade de articular múltiplas ocupações, dentro e fora do campo musical, deixa de ser apenas uma escolha associada à legitimidade artística e passa a constituir uma condição estrutural de sobrevivência. Essa dinâmica reforça a diluição entre trabalho e não trabalho desde os momentos iniciais da profissionalização, evidenciando como identidade, prazer e necessidade econômica se entrelaçam nas trajetórias dos músicos profissionais.

TRABALHO, LAZER E REDES DE RELACIONAMENTOS

Para os músicos, a atividade profissional se mistura com a dimensão do lazer. As justificativas para não a reconhecer estritamente como trabalho são diversas: alguns não dependem integralmente dessa renda para sobreviver e, por isso, não a organizam como tal; outros relatam forte absorção pela prática musical, especialmente nos momentos de performance. Ainda que essas apresentações exijam

preparação prévia — como negociação de shows, ensaios e montagem de equipamentos —, tais tarefas são percebidas como trabalho necessário, mas distinto da experiência de performar. Além disso, tocar, mesmo para fins de prática e estudo, pode ser vivenciado como relaxamento, divertimento ou hobby.

Essa nebulosidade entre trabalho e lazer também produz tensões relacionadas à percepção externa da atividade musical. Muitos músicos buscam enfatizar seu caráter profissional, sobretudo em contextos de contratação e interação com o público, valorizando dimensões associadas ao trabalho, como comprometimento, responsabilidade e qualidade técnica. Assim, trabalho e lazer se entrelaçam de múltiplas maneiras no cotidiano desses profissionais, ora se fundindo, ora sendo estrategicamente diferenciados pelos próprios músicos, conforme os contextos e as exigências da atividade.

Além do prazer associado à performance, os espaços de atuação — bares, festas e eventos — constituem também ambientes de sociabilidade que articulam trabalho e lazer. Em fins de semana com agenda marcada, é comum que os músicos levem cônjuges, permaneçam após as apresentações para acompanhar outros shows ou realizem confraternizações com colegas de banda e equipe. Em apresentações fora da cidade, esses momentos podem incluir passeios antes do show, reforçando a imbricação entre trabalho e vida pessoal.

Os relacionamentos pessoais e profissionais dos músicos se desenvolvem sobretudo no interior das panelinhas, que reúnem membros da banda, equipes técnicas e outros músicos. Isso exige constantes rearranjos na vida cotidiana, como a adaptação de horários e datas de comemorações familiares, frequentemente deslocadas para períodos diurnos ou para dias sem apresentações.

Nos períodos sem shows agendados, a circulação pela cena musical é percebida como estratégica, na medida em que frequentar apresentações de colegas contribui para preservar a visibilidade e

ampliar contatos. Alguns músicos permanecem em casa para descansar ou economizar recursos. Nesses casos, evidencia-se que o trabalho de tocar ao vivo também opera como lazer remunerado, já que a limitação financeira restringe a possibilidade de frequentar bares e eventos quando não há apresentações. Em função da agenda de shows, o lazer pode ainda ser deslocado para os primeiros dias da semana, como segundas ou terças-feiras, quando as ofertas de trabalho são reduzidas ou inexistentes.

As redes de relacionamento são percebidas como centrais para a inserção e a permanência na carreira musical. Ter conexões é frequentemente considerado tão relevante quanto a qualidade artística para a obtenção de trabalho, sobretudo quando os músicos precisam adaptar repertórios, formatos ou estilos às expectativas de contratantes e públicos. As oportunidades de trabalho tendem a surgir por meio de indicações, parcerias e contatos previamente estabelecidos, sendo frequentemente percebidas como naturais ou espontâneas à medida que se intensifica a inserção na cena musical.

Com a integração entre identidade profissional e pessoal, a vida cotidiana dos músicos passa a ser atravessada por uma busca permanente por trabalho. Interações em contextos formais e informais — como conversas casuais, encontros sociais ou publicações em redes digitais — são constantemente interpretadas como potenciais oportunidades de contratação. A manutenção de materiais de divulgação atualizados e a disponibilidade permanente para contatos tornam-se, assim, estratégias centrais de sobrevivência profissional, uma vez que qualquer interação pode converter-se em trabalho.

Esse trabalho contínuo de manutenção da sociabilidade não é necessariamente vivenciado como prazer, mas assume caráter obrigatório. Ele exige a participação em eventos, encontros e ambientes que nem sempre dialogam com as preferências estéticas dos músicos, bem como o relacionamento com contratantes, produtores, donos de estabelecimentos e públicos percebidos como outsiders em relação

ao universo artístico. Como aponta Becker (2009), a viabilidade e a qualidade do trabalho artístico dependem, em grande medida, dos contatos estabelecidos e dos espaços frequentados.

Desse modo, frequentar a cena musical, acompanhar apresentações de colegas e sinalizar disponibilidade constituem práticas fundamentais para a manutenção da reputação e da visibilidade nas redes. Essas redes também são mobilizadas na composição musical — frequentemente realizada em parceria —, bem como na produção, divulgação, organização de eventos e planejamento de deslocamentos, incluindo a priorização de cidades onde há contatos previamente estabelecidos. As redes sociais virtuais complementam essas dinâmicas, articulando sociabilidades presenciais e digitais no trabalho musical contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem não clássica do trabalho propõe uma compreensão ampliada das relações laborais, que ultrapassa o modelo industrial e o binarismo capital-trabalho. Ao priorizar a dimensão simbólica como principal geradora de valor, essa perspectiva enfatiza as subjetividades envolvidas tanto na produção quanto no consumo, compreendendo que o produto só se realiza por meio da interação entre clientes e outros atores. Nesse sentido, os limites entre trabalho e não trabalho tornam-se porosos, e experiências, afetos e significados subjetivos passam a integrar diretamente os processos de criação de valor.

A análise das atividades dos músicos profissionais a partir dessa abordagem ampliada desloca o foco das relações estritamente econômicas para as múltiplas interações que sustentam o trabalho musical. Além do público, destacam-se as interações com técnicos,

outros músicos, artistas, produtores, donos de estabelecimentos, bem como com familiares e amigos, que desempenham atividades essenciais para a realização do trabalho, frequentemente não remuneradas ou sequer reconhecidas como tal. Incluem-se ainda as interações mediadas por redes sociais digitais, fundamentais para a manutenção da visibilidade e da imagem profissional. Esse enquadramento teórico evidencia, de forma crítica, a ampliação do conteúdo do trabalho e a incorporação de dimensões relacionais e comunicacionais que permanecem, em grande medida, invisibilizadas.

É significativo que a atividade musical se inicie como um hobby e transite por essa dimensão. As percepções dos músicos indicam que suas identidades profissionais foram se consolidando ao longo do desenvolvimento de suas carreiras, de modo frequentemente percebido como natural, apesar do esforço e da dedicação envolvidos. A profissionalização nem sempre é reconhecida de imediato, sendo muitas vezes identificada apenas retrospectivamente, quando os próprios músicos concluem que já exerciam a música como trabalho antes mesmo de nomeá-la dessa forma. O desenvolvimento profissional ocorreu, assim, mais em resposta a desejos, oportunidades e contingências do que a planejamentos de longo prazo, contribuindo para a naturalização da informalidade e da precariedade.

Além disso, os músicos relatam um envolvimento intenso com a atividade, que frequentemente dilui a percepção do tempo, mesmo diante de longas jornadas dedicadas ao estudo, à composição, à produção musical e às apresentações. A imbricação entre contextos domésticos, relações pessoais e vínculos profissionais constitui elemento central dessas trajetórias, sendo intensificada pela dependência das tecnologias digitais, que ampliam a disponibilidade permanente e estendem o trabalho para além de tempos e espaços claramente delimitados. Essas dinâmicas reforçam a dificuldade de separação entre trabalho e não trabalho e evidenciam como prazer, realização subjetiva e exigência de sobrevivência coexistem de forma tensa no trabalho musical contemporâneo.

A principal tensão da abordagem não clássica reside na própria ampliação de seu objeto analítico. Ao incorporar dimensões subjetivas, relacionais e simbólicas, bem como formas de trabalho não assalariado e interativo, essa perspectiva contribui para tornar visíveis atividades historicamente desconsideradas como trabalho. No entanto, essa ampliação também coloca o desafio de delimitar os contornos do trabalho.

Essa tensão decorre do esforço analítico de compreender formas de trabalho que, historicamente incorporaram dimensões da vida pessoal, das redes de relacionamento e da produção simbólica. Nesse sentido, a abordagem não clássica é útil para evidenciar seus mecanismos de funcionamento, suas ambivalências e seus efeitos sobre as trajetórias dos trabalhadores. A dificuldade de separação entre trabalho e não trabalho aparece, assim, menos como um limite da abordagem e mais como uma característica constitutiva dos trabalhos analisados, que desafia categorias analíticas fundadas no modelo assalariado-industrial.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BECKER, Howard S. **Mundos da arte**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BENDASSOLLI, Pedro F.; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Meaning, meaningfulness, and tensions in artistic work. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 15, n. 1, p. 71-81, jan./mar. 2015.

BENDASSOLLI, Pedro F. *et al.* Desempenho, autorregulação e competências de empreendedores de indústrias criativas brasileiras. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 1-10, 2016.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *In*: **Obras escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BUREAU, Marie-Christine; SHAPIRO, Roberta. Et à part ça vous faites quoi? *In*: BUREAU, Marie-Christine; PERRENOUD, Marc; SHAPIRO, Roberta (orgs.). **L'artiste pluriel: démultiplier l'activité pour vivre de son art**. Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 2009.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique de la. Hacia un concepto ampliado de trabajo. *In*: NEFFA, Julio César; DE LA GARZA TOLEDO, Enrique de la; MUÑOZ TERRA, Leticia (comps.). **Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales**. v. 1. Buenos Aires: CAICYT; CLACSO, 2009.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique de la. Trabalho não clássico e flexibilidade. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 315-330, 2013.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique de la. ¿Qué es el trabajo no clásico? **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, n. 23, p. 5-44, nov. 2017.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique de la. **La metodología configuracionista para la investigación social**. 1. ed. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana; Gedisa, 2018.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 158-198, set./dez. 2010.

LIMA, Jacob Carlos. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. **Contemporânea**, v. 11, n. 3, p. 905-932, set./dez. 2021.

MACHILLLOT, Didier. La profesión del músico, entre la precariedad y la redefinición. **Sociológica**, año 33, n. 95, p. 257-289, sep./dic. 2018.

MENGER, Pierre-Michel. **Retrato do artista enquanto trabalhador: metamorfoses do capitalismo**. Lisboa: Editora Roma, 2005.

MENGER, Pierre-Michel. Rationalité et incertitude de la vie d'artiste. **L'Année sociologique**, Troisième série, v. 39, p. 111-151, 1989.

MIRALLES, Andrés Navarro. **Trabajo como arte: características y representaciones del trabajo en artistas escénicos de la región de Valparaíso**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Sociologia) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile, Santiago, 2018.

MORALES CABRERA, Axel Alfredo; ROMERO AMADO, Jorge. Aproximación teórica y caracterización del trabajo del músico: entre la precarización y la sobrevivencia. **e-I@tina: Revista electrónica de estudios latinoamericanos**, v. 20, n. 77, 2021.

MOYA, Cyntia. **Os músicos, por eles mesmos: criativos, hiperflexíveis e "à deriva"**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024. Em processo de homologação.

NUNES, Jordão Horta; MELLO, Matheus Guimarães. Socialização e identidade: o trabalho em serviços musicais. *In*: MELLO, Luciana; SOUZA, Danielle B.; NUNES, Jordão Horta; SOFIATI, Flávio M. (orgs.). **Questões de sociologia**: debates contemporâneos. Goiânia: Cânone Editorial, 2012.

NUNES, Jordão Horta. O trabalho de músicos no Brasil: tensões identitárias e arranjos domésticos. **Revista Colombiana de Sociología**, Bogotá, v. 40, n. 2, p. 107-128, jul./dez. 2017.

OLIVERA, Rocío Guadarrama. Multiactividad e intermitencia en el empleo artístico: el caso de los músicos de concierto en México. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 76, n. 1, p. 7-36, enero/marzo 2014.

PERRENOUD, Marc. Formes de la démultiplication chez les "músicos". *In*: BUREAU, Marie-Christine; PERRENOUD, Marc; SHAPIRO, Roberta (orgs.). **L'artiste pluriel**: démultiplier l'activité pour vivre de son art. Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 2009.

QUIÑÁ, Guillermo Martín. Precariedade criativa: as condições de trabalho da produção musical independente em Buenos Aires. *In*: SEGNINI, Liliana R. P.; BULLONI, María Noel (orgs.). **Trabalho artístico e técnico na indústria cultural**. São Paulo: Itaú Cultural, 2016.

RANGEL, Felipe; MARTINS, Fernando Ramalho. Uma sociologia "não clássica" do trabalho: entrevista com Enrique de la Garza Toledo. **Áskesis**, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 114-132, jan./jun. 2016.

SEGNINI, Liliana. Acordes dissonantes: assalariamento e relações de gênero em orquestras. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SEGNINI, Liliana. Relações de gênero nas profissões artísticas: comparação Brasil-França. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

SEGNINI, Liliana. Música, dança e artes visuais: especificidades do trabalho artístico em discussão. /n: SEGNINI, Liliana R. P.; BULLONI, María Noel (orgs.). **Trabalho artístico e técnico na indústria cultural**. São Paulo: Itaú Cultural, 2016.

SKAGGS, Rachel. **Changing patterns of cooperation in occupational communities: a multi-level analysis of songwriter career strategies**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Graduate School of Vanderbilt University, Nashville, 2018.

THROSBY, David. Defining the artistic workforce: the Australian experience. **Poetics**, v. 28, n. 4, p. 255-270, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: de Coleridge a Orwell. Petrópolis: Vozes, 2011.

The background is a dark, deep red or maroon color. It is populated with several glowing, semi-transparent geometric shapes. These include spheres of various sizes and cones. Some shapes are bright white or light pink, while others are a darker, more muted pink or purple. They are scattered across the frame, creating a sense of depth and movement. The lighting is soft and ethereal, giving the shapes a dreamlike quality.

2

Rodrigo Eiras

ETHOS DE JOGADOR:

A CONSTRUÇÃO SOCIAL
NOS JOGOS ONLINE

INTRODUÇÃO

Nenhuma história pode ser tão excitante quanto a de um herói esmagando um crânio de algum monstro alienígena, de um determinado demônio que foi libertado após algum ritual mágico de invocação ou de qualquer outro ser animalesco visto como maléfico ou até mesmo perigoso. Estas histórias, comumente presentes em livros, contos, mitos e principalmente em videogames não têm somente ação, elas geralmente são permeadas pela figura de algum herói que mata, liberta ou elimina o suposto mal da face da galáxia, do planeta terra, de algum país, de uma cidade, vizinhança ou mesmo de nossa casa.

Todos nós já ouvimos uma história como essa, sobre espadas, lanças, armas que matam, armas que libertam, armas que aprisionam. A nossa cultura por muito tempo foi explicada através destas imagens fantásticas, mitos com humanos, deuses, semideuses, demônios, animais. Entretanto, apesar de abordarmos parte desta história aqui, esta não é a particularidade que pretendemos destacar, pois de uma forma ou de outra, todos nós já conhecemos alguma fábula como essa. Diante disso, nos debruçamos em outro tipo de narrativa, no tema e nas palavras que ainda são pouco conhecidas, a história de quem ainda vive destes contos fantásticos em jogos online. Ao invés de focarmos no herói destes mitos, vamos buscar conhecer melhor os seus porta-vozes, isto é, os seus jogadores, que serão questão central desta narrativa não tão fantástica assim, já que visamos buscar observar como o fenômeno cultural, social e laboral acontece dentro desse universo dos jogos eletrônicos, que permeado por histórias fantasiosas, enxergamos o cotidiano de uma vida comum.

Durante quatro anos, analisamos o universo do simulador de cartas online chamado Magic Online (ou *MODO – Magic Online with Digital Objects*), participando de uma rotina intensa ao lado de

outros jogadores, amadores e profissionais, dedicando cerca de três a seis sessões por semana, com durações variadas de horas. Com dedicação, nos submetemos a todas as fases da rigorosa rotina de preparação, desde os treinamentos diários, passando pelos jogos comuns do cotidiano, até os treinamentos com outros jogadores, além de muita reflexão sobre as estratégias mentais que empregamos ao enfrentar milhares de oponentes possíveis. Para nossa surpresa e a dos amigos mais próximos, fomos, aos poucos, nos tornando um jogador melhor, a ponto de passar grande parte do tempo escrevendo, jogando ou refletindo sobre o jogo.

Em um determinado momento, foi possível atingir um nível em que sabíamos lidar com mais de 100 arquétipos diferentes, tendo um plano específico para cada um e não sendo pego de surpresa por nenhuma dessas diferentes escolhas. Não sei se isso é algo comum entre os antropólogos que começam a se fundir com seus objetos de estudo, como Wacquant (2004) menciona ao refletir que, por um momento, pensou em largar a vida de pesquisas antropológicas para se tornar um boxeador profissional. Da mesma forma, nós também consideramos essa possibilidade no auge de nossa imersão no objeto de estudo, mantendo uma rotina intensa de treinamentos e estudos sobre as diferentes abordagens ao jogo, enquanto conseguimos ganhar algum dinheiro. Nesta etnografia, a experiência de profundo envolvimento não apenas permitiu compreender melhor a cultura e as práticas dos jogadores, mas também nos transformou em participantes ativos, que vivenciam e contribuem para a dinâmica do grupo estudado. Este processo de tornar-se parte integral do ambiente observado proporcionou uma perspectiva única sobre os desafios e as recompensas inerentes ao mundo dos jogos, algo que apenas uma abordagem etnográfica tão intensa poderia revelar.

Devemos conhecer o *Magic Online* pelo seu aspecto mais impressionante: a rotina rigorosa de treinamentos diários, a intensa

preparação, e como muitos podem ser iludidos por seu caráter virtual, acreditando erroneamente que a parte física é de menor importância. A preparação não é menos física quanto emocional e psicológica, acompanhando as diversas partidas disputadas. A concentração intensa e prolongada causa uma fadiga intensa, já que os jogadores precisam focar em detalhes minuciosos em tela por longos períodos, além do raciocínio quase ininterrupto. A luminosidade do monitor, a necessidade de ler cartas e tomar decisões rápidas aumentam ainda mais essa tensão sensorial. Além disso, a pressão mental das partidas competitivas eleva o nível de estresse, podendo provocar insônia e outros distúrbios de sono. Isso cria um ciclo vicioso de cansaço, onde alguns jogadores demonstraram não descansarem adequadamente, afetando sua saúde e seu desempenho em suas rotinas de treinamento ou competição.

Apesar da imagem frequentemente evocada de um campeão de um jogo online sugerir algo trivial ou fácil, é fundamental compreender que nada é simples em uma competição de alto nível no ambiente virtual. Observando de perto a realidade dos jogadores, fica claro que as exigências são imensas, desafiando tanto o corpo quanto a mente. Os campeões não alcançam o topo por acaso; cada vitória é resultado de um rigoroso regime de treino, intensa preparação e a capacidade de enfrentar as demandas físicas e psicológicas que acompanham as partidas competitivas. Por trás de todo resultado, há alguém treinando diariamente, dedicando-se intensamente, ao lado de um oceano inteiro de outras pessoas fazendo o mesmo, com menor ou maior sucesso. Esse é o contexto habitual do nosso objeto.

Utilizando a etnografia, junto com uma “participação observante” (Wacquant, 2004), todo o material produzido não foi solicitado — a não ser por entrevistas agendadas, formalmente marcadas, após o período de imersão no campo. Os comportamentos observados são os dos jogadores em suas respectivas rotinas, em seus habitats

naturais, e não representações teatralizadas que podem ser percebidas em enunciações altamente romantizadas ou descontextualizadas. Essa abordagem etnográfica permitiu uma observação que consideramos genuína, capturando a autenticidade de suas interações e práticas diárias. Ao contrário de narrativas que reproduzem o senso comum, os dados coletados refletem a realidade vivida pelos jogadores no ambiente do jogo, sem distorções sobre aquilo que pude ver por suas experiências e pela nossa própria. Por meio dessa imersão e observação direta, foi possível documentar comportamentos e práticas que são intrínsecos ao cotidiano dos jogadores, oferecendo uma visão mais acurada e fiel da dinâmica presente no universo do universo online em questão. Essa metodologia ressalta a importância de entender os jogadores em seu contexto natural, revelando a complexidade e a autenticidade de suas vivências dentro do universo do jogo.

Assim como não poderíamos compreender quem são, por exemplo, os Yanomamis sem um estudo detalhado de sua organização social, também não podemos entender o significado e o enraizamento do *Magic Online* na vida de seus jogadores na sociedade contemporânea sem uma análise cuidadosa de suas relações sociais e das formas físicas e simbólicas que se estabelecem em suas rotinas diárias no universo dos jogos online. As análises deste método revelam como o jogo se integra profundamente na vida de seus participantes, influenciando suas relações sociais e moldando suas experiências diárias. Sem essa perspectiva detalhada e contextualizada, perderíamos a complexidade e a profundidade do impacto dos jogos online na sociedade contemporânea. A etnografia nos permite ver além da superfície do mundo virtual, capturando as sutilezas e significados que o jogo assume para seus jogadores. Assim, compreendemos não apenas o jogo em si, mas também como ele se torna uma parte intrínseca da vida dos indivíduos, influenciando suas dinâmicas sociais e seus modos de interação tanto no mundo virtual quanto no mundo físico.

MAGIC ONLINE: UM ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

O *Magic Online* é uma instituição complexa e polissêmica, repleta de funções e significados que escapam ao observador à primeira vista, mesmo que este já tenha sido alertado sobre a natureza do ambiente. Afinal, o que poderia ser mais banal e evidente do que um simples jogo online? No entanto, à medida que jogamos, o brilho da tela do computador ajusta-se lentamente aos nossos olhos, revelando um cenário vibrante que vai além da superficialidade aparente. O som constante dos cliques do mouse e o ruído do teclado preenchem o ambiente, enquanto os murmúrios dos *streamers* e a música da *Twitch* criam um pano de fundo que intensifica a experiência. Entre vitórias e derrotas, sentidas profundamente no corpo, esse espaço digital se transforma em um santuário imersivo, onde a concentração é quase ritualística, carregada de uma tensão palpável, moldada pelo que está em jogo.

Embora estejamos jogando sozinhos em nossas casas, há um sentimento de profunda conexão a diversos elementos: ao próprio jogo, aos nossos oponentes, através das interações no jogo, nas mensagens que trocamos, e à transmissão que assistimos simultaneamente, uma prática comum entre muitos jogadores. Enquanto o chat da transmissão vibra com perguntas e diálogos, a sensação de agitação é intensa. Apesar de fisicamente estarmos distantes de outros jogadores, a experiência é marcada por uma forte sensação de presença e interatividade, ilustrando a complexa rede de conexões que caracteriza o ambiente de jogo online. A diversidade de sons virtuais é bem evidente: o barulho das cartas sendo jogadas, os efeitos sonoros das habilidades ativadas, e as vozes dos *streamers* em tempo real. Cada clique e cada movimento são executados com precisão, refletindo a intensidade de uma partida em andamento. O tempo dilui-se nesta energia, com jogadores concentrados, mãos ágeis e

suadas, enquanto mensagens digitadas criam uma complexa rede de interação social que transcende o espaço físico. Interagimos com o *streamer* que assistimos enquanto jogamos, trocamos mensagens no *Discord*, enquanto nossos oponentes trocam insultos pelo chat.

Nesta penumbra digital, os jogadores são tanto indivíduos quanto parte de um coletivo maior, conectados por fios invisíveis de competitividade, camaradagem e, ocasionalmente, toxicidade. Cada partida é um microcosmo de estratégias intrincadas, decisões rápidas e constante adaptação às surpresas do jogo. O ambiente, simultaneamente tenso e eletrizante, captura a essência de um mundo onde a realidade física se entrelaça com a virtual, criando uma experiência imersiva. Como veremos, o *Magic Online* se configura como um espaço que molda o jogador, funcionando como uma espécie de oficina que fabrica a competição. É nesse ambiente que se pode desenvolver habilidades técnicas e conhecimentos estratégicos, e onde o confronto com outros jogadores forma um desejo competitivo que pode surpreender os desavisados. No entanto, a competitividade não é o único atributo cultivado neste universo. Além de desempenhar um papel extraordinário em um cotidiano comum, o jogo também é um espaço de ética de trabalho, à la Weber (2004), que promove um espírito de disciplina, superação, colaboração, respeito e confiança.

Essas características contribuem para a formação do que chamamos de *ethos* do jogador, realizando uma remodelagem pessoal dentro deste universo que carrega consigo uma série de insígnias de distinção social, no sentido bourdieusiano (2007), onde encontramos honra masculina, prestígio e competição. Assim como nos esportes tradicionais, existe uma ética de perseverança que convida os jogadores ao desafio, promovendo uma contínua descoberta e remodelagem de si mesmos. Este processo permite que os indivíduos se destaquem do anonimato, atraindo assim a admiração e aprovação da comunidade local, nacional e até internacional. O jogo online, portanto, não é apenas um jogo; é um campo de práticas e valores

que contribuem para a construção de identidades, promovendo uma ética de trabalho e um desejo de excelência que são centrais para a experiência do jogador. A plataforma facilita uma interação complexa entre habilidades, estratégias e valores sociais, criando um ambiente onde os jogadores não só competem, mas também se desenvolvem como indivíduos e como membros de uma comunidade competitiva e socialmente distinta.

Para captar as diversas facetas das comunidades analisadas e identificar os ganhos conquistados ou perdas sofridas, é essencial acompanhar os desafios diários e submeter-se, junto aos jogadores, ao rigoroso regime, simultaneamente mental e corporal, que define suas identidades no universo online. Foi exatamente isso que fizemos durante quatro anos, a partir do meu humilde notebook, onde demos os primeiros passos no ofício. Ao nos conectarmos com outros jogadores através de relações de amizade, pudemos observar a gênese social e o desenvolvimento das trajetórias desses jogadores. Este mergulho etnográfico permitiu não apenas observar, mas também participar ativamente do processo, experimentando as mesmas demandas e recompensas que moldam a vida destas pessoas. Ao lado deles, vivenciamos a rotina intensa de treinos e competições, e pudemos compreender de forma profunda como suas identidades são construídas e transformadas nesse ambiente virtual, para além da monetização da atividade.

Através dessa imersão, foi possível documentar as dinâmicas sociais e as complexas interações que ocorrem no nas comunidades do jogo, oferecendo uma visão detalhada das práticas e significados que surgem desse mundo digital. O cerne deste trabalho reside em apresentar dados etnográficos relativamente precisos, derivados de uma observação intensiva e participativa, sobre um universo social frequentemente mal compreendido, porém amplamente difundido através de representações comuns e estereotipadas. A partir desta base documental, vamos elucidar alguns dos princípios que organizam esta atividade complexa, tal como é praticada, lançando luz,

sobretudo, sobre a interseção entre aspectos laborais e culturais que permeiam sua rotina. Buscamos desvendar uma nova lógica, revelando como esta perspectiva renovada pode enriquecer nossa compreensão desta prática específica.

Este trabalho etnográfico parte do pressuposto de que a imersão profunda no contexto do *Magic Online* é essencial para uma compreensão holística da experiência do jogador. Através da observação participante e do envolvimento direto com os jogadores, foi possível capturar não apenas os aspectos superficiais do jogo, mas também as nuances mais sutis que informam suas práticas e significados. Ao examinar de perto a interação entre o jogo e o trabalho, revelamos uma dinâmica complexa que desafia as dicotomias convencionais entre lazer e produtividade. Ao destacar os princípios organizadores subjacentes ao jogo, esta pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda das atividades e relações que compõem este universo digital. Além disso, ao oferecer uma nova lente através da qual examinar esta prática, esperamos abrir espaço para uma discussão mais ampla sobre o papel dos jogos online na sociedade contemporânea e as implicações mais amplas de sua integração ao cotidiano dos jogadores.

Antecipando um aspecto central da discussão que buscamos abordar, o que observamos entre os jogadores “mais sérios” ou “mais competitivos” — embora muitos deles possam não ser considerados profissionais, na prática possuem as habilidades necessárias para tal — é a prevalência de uma ordem prática que remonta à ética weberiana (2004). Os jogadores reproduzem essa ética através de uma gestão racional do corpo e do tempo, transmitindo-a de forma prática e mediada por uma reflexão teórica sobre o que foi aprendido ao longo do tempo e da experiência diária do jogo. Apesar do *Magic Online* ser um jogo “individual”, onde os confrontos são geralmente entre duas pessoas — ou “um versus um”, como é comum em jogos eletrônicos e em outras modalidades tradicionais do esporte —, a aprendizagem é profundamente coletiva. O desenvolvimento das

habilidades de um jogador não é apenas um processo individual, mas é também moldado e influenciado pela comunidade e pela cultura na qual ele está inserido. Essa dinâmica coletiva é essencial para entender como os jogadores se tornam proficientes no jogo, uma vez que compartilham conhecimentos, estratégias e experiências, enriquecendo assim o aprendizado de todos os membros da comunidade.

O universo aparentemente fechado dos jogos online não pode ser plenamente compreendido sem considerar o contexto humano e ecológico no qual está enraizado e as possibilidades sociais que ele oferece. É nessa interseção entre as realidades desafiadoras dos jogos e os cotidianos intensos dos jogadores que o regime do jogo se estabelece. Ao examinarmos o contexto mais amplo, torna-se evidente que suas dinâmicas não são isoladas, mas sim influenciadas e moldadas por uma série de fatores externos. Desde as interações sociais entre os jogadores até às demandas e pressões do mundo físico que permeiam suas experiências virtuais, cada aspecto do jogo é intrinsecamente conectado a uma rede complexa de relações sociais. É essa relação entre o universo do jogo e o contexto mais amplo que revela a verdadeira natureza do regime de suas atividades. Ao reconhecer a interdependência entre o mundo virtual e o mundo material, podemos compreender mais profundamente as forças e os sistemas que moldam a experiência dos jogadores e, por extensão, o próprio significado e impacto de jogos e de sociabilidade online na sociedade contemporânea.

Assim como nas realidades das situações de desemprego, onde a monetização da plataforma oferece uma alternativa em relação à estrutura de oportunidades de vida disponibilizadas — ou negadas — pelo sistema que perpetua a mobilidade social. Isso se reflete, por exemplo, nos diplomas que legitimam ou dificultam a entrada de certos indivíduos em determinados espaços, muitas vezes resultando em um mercado de trabalho com oportunidades desqualificadas ou escassas. Nesta dinâmica, acreditamos que os jogos surgem como um espaço onde os jogadores negociam não apenas estratégias e

vitórias, mas também suas próprias identidades e possibilidades de realização. Ao oferecer uma alternativa ao desemprego e à falta de oportunidades, o jogo se torna mais do que apenas uma atividade de lazer; torna-se um meio de resistência e adaptação em face das limitações impostas pelo sistema social e econômico, desafios típicos do neoliberalismo contemporâneo. É através dessa lente que podemos compreender a seriedade e o comprometimento dos jogadores com o jogo, que muitas vezes transcende os limites do entretenimento para se tornar uma forma de sobrevivência e autoexpressão em um mundo repleto de desigualdades e desafios.

Antes de adentrarmos mais profundamente na análise desses jogadores, é essencial esboçar brevemente um retrato do que consideramos como típico dentro dessas comunidades analisadas. Contrariando a suposição inicial, estas pessoas estão longe de serem as mais prósperas entre aqueles que fazem parte dos jogos online. Similarmente aos trabalhos da economia *uberizada* ou em outros serviços por aplicativos, muitos jogadores utilizam o *Magic Online* como uma forma de complementar sua renda, combinando os ganhos obtidos com outras ocupações mais tradicionais. Por outro lado, há aqueles que priorizam o jogo como sua atividade principal, retirando do jogo o sustento necessário para sobreviver no dia a dia. Esta dualidade na relação dos jogadores com a plataforma do jogo em si reflete não apenas a diversidade de experiências e realidades socioeconômicas presentes na comunidade, mas também a complexidade das estratégias de sobrevivência e adaptação adotadas em meio a um contexto de incertezas e desafios. Essa análise preliminar nos prepara para uma compreensão mais profunda das motivações, aspirações e dificuldades enfrentadas por esses jogadores em sua jornada dentro do universo online.

Neste contexto, não é surpreendente que este cenário esteja intrinsecamente ligado às dinâmicas mais amplas da sociedade, incluindo a precariedade do trabalho contemporâneo, a falta de segurança social e a crescente desigualdade e escassez de oportunidades,

que antes eram mitigadas pela presença de uma cobertura social mais robusta. É interessante observar como muitos dos jogadores brasileiros já estiveram envolvidos com a modalidade física do jogo, utilizando cartas reais e frequentando locais muitas vezes marginais, como lojas apertadas em subúrbios e periferias urbanas, às vezes até mesmo em cenários associados à prostituição, uso e venda de drogas. Embora muitos jogadores possam não estar cientes disso, *Magic: The Gathering*, antes de sua versão virtual, era parte de uma cultura profundamente underground.

As escassas lojas especializadas em jogos como este enfrentam grandes desafios para se manterem em funcionamento no Brasil. Há dificuldades enfrentadas por esses estabelecimentos para garantir sua sustentabilidade em meio a um mercado competitivo e às mudanças nas preferências e hábitos dos jogadores. Esse contexto revela as origens humildes e muitas vezes marginalizadas do jogo em questão, bem como sua evolução de uma subcultura urbana para um fenômeno globalmente reconhecido em sua plataforma digitalizada. A Caverna do Dragão, uma loja de longa data para jogadores de *Magic* em Recife, tem uma história marcante que se estende por vários anos, culminando em sua recente reabertura em 2022. Localizada em Boa Viagem, um bairro de classe média da cidade, a loja sempre esteve imersa em um ambiente caracterizado por suas profundas desigualdades sociais.

Apesar de estar situada em uma área de classe média, a Caverna do Dragão compartilha suas proximidades com vários pontos de prostituição e áreas ocupadas por pessoas desabrigadas. Nestas áreas, camas improvisadas se erguem e pessoas compartilham bebidas e cigarros, enquanto o lixo se acumula nos arredores. Os comércios próximos à loja frequentemente mantêm-se trancados com fortes cadeados, refletindo o medo e o sentimento de falta de segurança, em uma área que enfrenta desafios sociais evidentes. Essa descrição revela não apenas a complexidade do ambiente físico em que a loja está inserida, mas também a interseção de diferentes realidades

sociais que coexistem lado a lado. Para os frequentadores da Caverna do Dragão, esse contexto social variado pode influenciar suas experiências e percepções enquanto participam do universo do jogo.

Antigamente nos eventos presenciais era comum observar alguns jogadores bebendo e outros fumando nos intervalos entre as partidas. Quando eu era mais jovem, percebia uma tensão no ar devido aos frequentes relatos de furtos e assaltos em parte destas áreas. Essa atmosfera era permeada pelo medo não apenas de ser vítima de roubo, mas também de ser enganado por outros jogadores em relação às regras do jogo ou até de ter objetos subtraídos de suas coleções.

Para muitos jogadores que iniciaram sua jornada com o jogo no formato físico, o convívio com diversas formas de interações marcadas pelo medo era uma experiência comum desde cedo. Nesse ambiente, todos, de alguma forma, já enfrentaram situações imprevisíveis e entrelaçadas pela atmosfera de apreensão. Em contraste, o espaço do jogo online representa uma espécie de refúgio de ordem e estabilidade. Apesar das mensagens de ódio durante as partidas e da instabilidade ocasional da plataforma devido a manutenções, o ambiente virtual oferece uma sensação de estabilidade relativa. A plataforma atua como intermediária do jogo, impedindo que as regras sejam burladas, diferentemente da forma que no jogo físico. Por outro lado, existem alguns “bugs”¹, que podem surgir de diversas maneiras, desde erros de programação até problemas de comunicação entre o cliente e servidor. Quando os bugs ocorrem, podem afetar negativamente a experiência do jogador, causando frustração, interrupções no jogo ou até mesmo vantagens injustas para alguns jogadores. Embora os desenvolvedores de jogos geralmente se esforcem para corrigir esses problemas por meio de atualizações e correções de software, alguns bugs podem persistir por longos

¹ Em contexto de jogos online, um “bug” pode ser definido como uma falha ou anomalia no sistema do jogo que resulta em comportamentos inesperados ou inadequados.

períodos, especialmente em jogos complexos ou em plataformas com uma base de usuários em constante expansão.

Para os jogadores, a descoberta e exploração de *bugs* pode se tornar uma parte integrante da experiência de jogo, com alguns buscando ativamente maneiras de se beneficiar dessas falhas para obter vantagens competitivas. No entanto, é importante destacar que o aproveitamento destas falhas no sistema para obter vantagem injusta muitas vezes é considerado uma violação das regras do jogo e pode resultar em punições por parte dos desenvolvedores e administradores do jogo. Aqueles que são identificados nesse comportamento são sujeitos a punições. Como resultado, pressões externas, como a desconfiança em relação ao comportamento do oponente, apesar de existirem, são menos prevalentes no ambiente online.

O *Magic Online* se insere em uma vasta rede global, conectando jogadores ao redor do mundo e estabelecendo laços transnacionais. Embora seja difícil quantificar o número exato de jogadores envolvidos, diversos grupos se formam, realizando uma variedade de atividades que incluem análises de desempenho, exercícios de prática e orientação para novatos. Estes serviços são financiados pelos próprios jogadores, que buscam aprender, participar e apoiar o trabalho desses grupos. Embora essa atividade não enriqueça financeiramente, muitos jogadores encontram valor nessa participação, seja pela sensação de contribuição ou pela ajuda no orçamento mensal. Em contraste com situações de desemprego ou marginalização econômica e social, essa atividade pode ser vista como uma forma de inclusão e empoderamento. Alguns jogadores compartilham que encontraram no jogo em si uma oportunidade de contribuir para o sustento da família, como expresso por um jogador: "Comecei a jogar quando estava desempregado e essa foi a maneira que encontrei para ajudar minha mãe". Esses relatos destacam a importância e o significado que essa atividade pode ter para os jogadores,

transcendendo os aspectos puramente recreativos e revelando seu potencial para gerar impacto e transformação nas vidas daqueles que participam dela.

É interessante observar como os estereótipos em torno dos jogos online — como a crença de que a maioria dos participantes dos jogos online é financeiramente abastada — vão sendo desafiados à medida que adentramos mais profundamente na comunidade. Muitos desses jogadores percebem o jogo como uma metáfora da sobrevivência: a vitória em um torneio pode garantir seu sustento pelos próximos dias ou semanas. Por meio de uma aprendizagem contínua e proativa, esses indivíduos cultivam talentos e habilidades que se tornam fontes de autoestima e reconhecimento dentro da comunidade. Essas habilidades, apesar de oferecerem gratificação imediata, não necessariamente abrem portas para oportunidades futuras, fazendo com que o caminho adiante permaneça incerto. Nesse contexto, como já podemos esperar, o jogo online não é apenas uma forma de entretenimento, mas também um espaço onde os jogadores encontram significado, uma certa realização pessoal e a possibilidade de construir recompensas imediatas, desafiando assim as percepções convencionais sobre sua identidade e motivações.

Nos lares desses jogadores, os espaços dedicados ao jogo ocupam uma parte significativa, muitas vezes encontrando moradia em seus quartos ou salas de estar. Alguns modificam esses espaços para transformá-los em pequenos estúdios improvisados, onde podem transmitir suas partidas para uma audiência online, convertendo o ambiente privado em entretenimento público (Taylor, 2018). Em uma conversa com um jogador, senti um certo constrangimento ao perguntar em qual cômodo de sua casa ele realizava suas transmissões, talvez devido à natureza íntima do assunto. O cômodo em questão se assemelhava muito ao quarto da filha do jogador, o que sugeria uma sobreposição entre os espaços domésticos e as atividades de jogos online.

De fato, é comum ver crianças fazendo aparições nas transmissões, enquanto seus pais tentam equilibrar o jogo com as demandas familiares, evidenciando a coabitação dos jogos online com a vida doméstica. Essa dinâmica parece ser mais prevalente em transmissões “amadoras”, onde as fronteiras entre o privado e o público se tornam fluidas. Por outro lado, nas transmissões consideradas “profissionais”, há uma clara distinção material e espacial, com os jogadores utilizando espaços dedicados exclusivamente para esse fim, que não se assemelham a ambientes infantis, mas sim a estúdios e escritórios. Essas observações destacam a interseção complexa entre o mundo dos jogos online e o espaço doméstico, revelando as múltiplas camadas de significado e prática que caracterizam a vida dos jogadores. Quando mencionamos que transmissões “amadoras” frequentemente mostram essa mistura entre o espaço doméstico e o público, o conceito de “amadorismo” não deve ser atrelado necessariamente à presença de crianças ou à responsabilidade parental. Isso pode ser visto em termos da informalidade da configuração técnica ou do ambiente não dedicado exclusivamente ao jogo. Enfatizo que a questão é sobre a configuração do espaço e não sobre gênero ou a presença de crianças em si.

Ao observar várias transmissões de jogos na *Twitch* ao longo dos anos de elaboração deste trabalho, nos deparamos com quartos cujas paredes exibiam sinais de desgaste, com tintas descascadas e tons amarelados, sugerindo o passar do tempo. A qualidade pixelada da imagem transmitida também indicava que o equipamento utilizado para as transmissões talvez não fosse dos mais sofisticados. No entanto, ao contrapormos essa imagem ao talento do jogador em questão, a sensação de precariedade do cenário de fundo não se refletia em sua habilidade. Pelo contrário, o contraste entre a qualidade material do ambiente e a destreza demonstrada pelo jogador era evidente. Apesar das limitações físicas do espaço, sua habilidade era inquestionável, sendo reconhecido como um dos melhores — senão o melhor — jogador do mundo em seu arquétipo escolhido.

Essa discrepância entre a qualidade do ambiente e a excelência do desempenho do jogador ilustra de forma vívida a complexidade das experiências dos jogadores de elite, que muitas vezes conseguem superar as adversidades do contexto em que estão inseridos para alcançar o sucesso em seu campo de atuação.

Esse jogador brasileiro em questão possui uma base de seguidores no *Twitter* que não é inferior a dois mil seguidores, dedicando-se exclusivamente ao universo do *Magic Online*. Seus tweets abrangem desde dicas úteis até serviços de consultoria para aqueles interessados em seu estilo de jogo específico. Embora o número de seguidores possa parecer modesto quando comparado às estrelas dos esportes convencionais, podemos atestar que alcançar esse patamar como jogador brasileiro não é uma tarefa fácil. Essa presença nas redes sociais não apenas destaca a popularidade do jogador dentro da comunidade, mas também revela o alcance global e a influência que ele exerce, mesmo em um contexto em que os jogadores brasileiros enfrentam desafios únicos em termos de visibilidade e reconhecimento internacional.

Mais do que o número de seguidores, são as representações simbólicas que conferem poder, significado e prestígio aos jogadores. É evidente que essa dinâmica se manifesta no prestígio atribuído aos campeões, que ocupam um lugar de destaque na hierarquia social do jogo e são reconhecidos internacionalmente por jogadores de diversas nacionalidades. Essas percepções revelam uma associação que transcende o local, conectando os jogadores que se encontram regularmente nas lojas físicas de suas cidades aos campeões, que não apenas demonstram habilidades excepcionais, mas também acumulam recompensas financeiras significativas por meio de premiações. Essa dinâmica de prestígio e reconhecimento reflete não apenas a excelência técnica dos jogadores, mas também a maneira como suas conquistas são valorizadas e celebradas dentro e fora das comunidades virtuais.

Dessa forma, podemos observar claramente a existência de uma hierarquia social dentro do jogo: há uma progressão que vai desde o jogador anônimo nos circuitos locais ou regionais mais modestos até um tipo de “estrelato” — ou pelo menos algum nível de reconhecimento, mesmo que não venha acompanhado de luxo — em uma escala internacional. Esse status é conquistado, medido e aprimorado por meio das métricas fornecidas pela própria plataforma do jogo, o que pode render popularidade ao nome dos jogadores e até mesmo intimidar alguns adversários. É como se os jogadores seguissem a mesma lógica que Wacquant (2004) descreve em relação aos boxeadores, que todos compartilham de uma essência comum, mas é a dedicação e a determinação individuais que decidem quem dos “meninos se tornará um homem”. Essa estrutura reforça a crença de que há uma hierarquia simbólica capaz de elevar os jogadores da base até o topo da cadeia alimentar, assim como em outros esportes mais tradicionais.

Não é surpresa que o tema predominante nas conversas online seja o próprio jogo, discutido intensamente entre os jogadores. Termos como “o circuito do Pro Tour,” “o caminho para o MOCS,” “jogar o *Showdown*,” e “vencer o RPTQ” são frequentemente mencionados, especialmente quando esses eventos envolvem a participação de um conhecido ou de jogadores mais populares. As discussões giram em torno das habilidades e performances desses competidores. Esses campeonatos, que variam de caráter regional à internacional, são regularmente transmitidos pela *Twitch*, pelo canal oficial da empresa que produz o jogo, ou por lojas e patrocinadores específicos, e às vezes até por jogadores independentes. Essas transmissões fornecem material essencial para as discussões, sociabilidade e engajamento dentro da comunidade, tornando-se temas extremamente comentados. O restante das interações, como já mencionado, gira em torno de treinamento, criação e divulgação de novas estratégias, ou aprimoramento de ideias mais antigas. Os jogadores trocam conselhos e dicas, enquanto se atualizam sobre

novos eventos onde poderão colocar essas habilidades em prática. Esses debates e trocas de experiência revelam que alguns jogadores possuem um conhecimento enciclopédico sobre os baralhos que escolheram jogar. Eles sabem como “navegar” as partidas, sequenciar suas jogadas, tomar decisões em diferentes cenários, calcular as probabilidades dos inúmeros cenários hipotéticos que surgem, e identificar qual baralho ou carta está bem-posicionado no momento. Essas interações demonstram um nível profundo de expertise e uma dedicação intensa à prática e ao estudo do jogo, destacando a complexidade e a sofisticação da cultura que os jogos online possuem de modo geral.

Apesar de toda a qualidade, investimento de tempo, energia e dinheiro, alguns jogadores não alcançam a mesma popularidade. Muitos dos jogadores mais frequentemente comentados pertencem a um circuito mais midiático, predominantemente nos EUA e na Europa. É nesses momentos que a conversa desliza do jogo e recai em debates sobre a má distribuição de vagas para torneios globais, como o circuito profissional e o próprio campeonato mundial, e como isso afeta jogadores fora dos circuitos norte-americano ou europeu. Sob esta perspectiva, muitos profissionais acabam comentando questões sobre as desigualdades inerentes ao sistema competitivo adotado. Essas opiniões funcionam como um palco no qual cada um pode concordar ou discordar, exercendo algum tipo de capital cultural ou social quando esses debates são tramados, especialmente no contexto da percepção de um sistema profissional de jogo desigual.

As interações são altamente ritualizadas, refletindo uma hierarquia distinta entre os interlocutores e suas interações diretas. A posição que cada jogador ocupa no espaço social delineia uma estrutura particular e complexa, que se assemelha ao mercado simbólico das relações sociais encontradas em outros espaços, sejam eles online ou offline. Essas interações ritualizadas não

apenas definem as dinâmicas internas da comunidade, mas também ecoam os padrões de status e prestígio observáveis em contextos sociais mais amplos.

É perceptível como novos integrantes se inserem nessas comunidades com o objetivo de aprender e socializar, mas enfrentam uma espécie de teste implícito: devem provar seu valor antes de poder criticar ou opinar livremente. Há uma regra tácita de que, antes de questionar a opinião de alguém, é necessário demonstrar contribuições significativas, evitando assim um clima de “quem é você para me criticar?”. Essa dinâmica reflete a função simbólica de cada membro na comunidade. Existem lugares de liderança e autoridade que exercem influência e poder, gerenciando as relações sociais de maneira estruturada e hierárquica.

A importância dessas regras e interações é significativa, pois elas são completamente virtuais tanto em sua execução quanto em seu estabelecimento. Essas normas não estão escritas em nenhum lugar, mas são comunicadas aos aprendizes e novatos como parte do *ethos* de jogador. É através dessas interações, entre uma mensagem e outra sobre um jogo ou jogada específica, que são transmitidos valores, ensinamentos e categorias de entendimento sobre o universo do jogo. Essas formas de transmissão de conhecimento estão intrinsecamente ligadas a categorias esportivas tradicionais. Há uma mistura de desconfiança individual e solidariedade em grupo, semelhante à dinâmica de muitas equipes esportivas. Os jogadores aprendem a navegar essa dualidade, compreendendo que, embora cada partida seja um teste de habilidade pessoal, o apoio e a troca de informações dentro da comunidade são essenciais para o desenvolvimento e o sucesso contínuo. Dessa forma, as comunidades de jogadores analisadas perpetuam um sistema de valores e práticas que, embora virtuais, têm um impacto profundo e tangível na experiência e na evolução dos jogadores.

A FORMAÇÃO DE UM *ETHOS*

Contrariando o senso comum e o imaginário popular, muitos jogadores de *Magic Online* vêm de meios populares, das classes mais baixas. Esse ambiente revela uma grande diversidade geográfica, com jogadores de várias regiões do Brasil, de diferentes raças, mas predominantemente do gênero masculino. A “ascensão” — ou reconhecimento no campo dos jogos, dependendo do ponto de vista — é perceptível tanto economicamente quanto socialmente. Participações em grandes torneios funcionam como uma tradução da ideia de mérito, refletindo aqueles que conseguem alcançar o topo das competições.

Nesse contexto, podemos observar o talento de jogadores brasileiros em campeonatos diários, frequentemente dominados por jogadores daqui e de outras origens latinas. Isso indica como alguns levam a atividade a sério, conseguindo ganhos relativamente altos para os padrões das classes baixas, embora ainda insuficientes para as classes mais altas. Essa dinâmica lembra a situação dos trabalhadores em empregos uberizados, que trabalham em horários variados seguindo seus próprios calendários, demonstrando uma diversidade intrínseca mesmo entre os membros das camadas mais baixas da sociedade. A estrutura do jogo, portanto, reflete um microcosmo da realidade social brasileira, onde a habilidade oferece uma forma de mobilidade econômica e social limitada, mas significativa.

Em uma tentativa de corroborar — ou ao menos sugerir — essa hipótese, conduzimos entrevistas com vários jogadores, e a maioria deles transmitiu a impressão de não possuir qualificações educacionais elevadas o suficiente para ingressar em empregos mais qualificados. Mesmo entre aqueles que possuíam tais credenciais, ouvimos relatos de dificuldades em encontrar oportunidades de trabalho compatíveis com suas credenciais educativas. Evitamos perguntas diretas sobre renda mensal, pois acreditamos que as

nuances culturais e sociais seriam mais reveladoras do que o valor literal de seus ganhos. Por outro lado, é importante ressaltar que, apesar de desafiar a noção comum (de que dedicar tempo aos jogos online é algo reservado aos mais abastados), os jogadores de *Magic Online* no Brasil não representam necessariamente as camadas mais marginalizadas da sociedade. Em vez disso, são muitas vezes parte da classe trabalhadora, o que Jessé Souza (2010) denomina de “batalhadores”, indivíduos que subsistem por meio de árduo trabalho, à margem de uma integração socioeconômica plena.

Observo, então que, para alguém optar por buscar lucro no jogo, é necessário que essa pessoa não faça parte das camadas mais desfavorecidas da sociedade, pois, obviamente, é preciso dispor de recursos que os mais marginalizados não têm, como habitação, computadores, acesso à internet e a competência cultural para acessar bens e serviços online, como comprar, vender e alugar artefatos digitais, além de ter conhecimentos básicos de inglês. Em nossa experiência, a maior barreira não foi a monetária, apesar de representar um custo significativo. A barreira cultural do mundo online foi ainda mais desafiadora: sentimos muita dificuldade em aprender a negociar com bots online, onde adquirir as cartas, como registrar um cartão de crédito, bem como dominar a própria interface digital e conhecer os atalhos para jogar online. É nesse sentido que percebemos como as práticas virtuais dos jogos online podem excluir pessoas que não têm os recursos financeiros necessários, mas também um tipo de capital cultural que não pode ser adquirido por indivíduos marcados por instabilidades socioeconômicas ou diversas desigualdades sociais. É preciso uma certa estabilidade emocional e social para tornar a atividade viável e desenvolver as características essenciais para construir um *ethos* de jogador, com sucesso e aprendizado contínuo.

A análise preliminar dos perfis dos 20 jogadores entrevistados, com idades entre 18 e 40 anos e engajados em algum nível de atividade no *Magic Online*, confirma — ou, mais uma vez, sugere,

dada a natureza da amostra limitada — que essas pessoas pertencem a um estrato social relativamente estável. Todos eles receberam auxílio social durante a pandemia da COVID-19; por exemplo, 14 deles estiveram desempregados ou enfrentaram o desemprego durante seu envolvimento com o jogo, e 100% dos entrevistados consideraram jogar para tentar ganhar algum dinheiro. O restante mantém uma renda convencional por meio de empregos tradicionais. Todos completaram o ensino médio, embora apenas metade possua diploma universitário.

Esses dados provavelmente serão relevantes para futuras pesquisas que visem fortalecer comparações com estudos semelhantes. Podemos inferir que o perfil socioeconômico e educacional desses jogadores que encaram o *Magic Online* como uma ocupação remunerada é substancialmente mais elevado do que o perfil médio das classes mais baixas. Com base em nossas observações de campo e nos relatos dos jogadores, parece que a maioria que frequenta o jogo e as comunidades online provém de pessoas com melhores condições sociais ou menos precárias. Portanto, essas pessoas estão longe de serem encontradas em situações de desespero, mas sim de enfrentarem desafios. Tudo indica que esses jogadores se distinguem por uma integração social relativa e um certo capital cultural, mas ainda enfrentam incertezas significativas em suas vidas.

Os jogadores dedicaram grandes esforços para solidificar um status profissional, imbuindo a atividade de um valor e reconhecimento que a elevam a um nível de proficiência, prontamente difundido dentro do ambiente online. Essa dedicação oferece a perspectiva de ganhos financeiros significativos em um período relativamente curto, mas intenso de preparação. A grande maioria dos jogadores entrevistados está envolvida em uma variedade de profissões, incluindo nutricionistas, motoristas de ubers, técnicos em informática, professores, entre tantas outras. Embora essas ocupações não sejam consideradas as mais precárias, como muitas das

encontradas em grupos marginalizados em empregos altamente precários — como aqueles experienciados por imigrantes, por exemplo —, elas servem como uma fonte adicional de renda, complementando os ganhos mensais e auxiliando na sobrevivência financeira. Não encontramos nenhum jogador que estivesse vivendo em situação de extrema precariedade ou dependendo permanentemente de assistência social. Apesar dos desafios enfrentados, pareciam estar lidando adequadamente com suas respectivas circunstâncias.

Além disso, como mencionado anteriormente, muitos jogadores são casados e alguns têm filhos, o que significa que precisam conciliar sua atividade de jogar com outras responsabilidades familiares. A dinâmica familiar pode ser ambígua: como em outros esportes, a família pode fortalecer os laços esportivos e competitivos dos jogadores, proporcionando responsabilidade e motivação para a prática. No entanto, por outro lado, uma conexão familiar muito forte pode representar um obstáculo, já que a família pode competir com o tempo e o foco necessários para treinar e praticar, atuando como uma espécie de concorrente direto.

O contingente de jogadores é altamente volátil, com flutuações grandes de público, às vezes ultrapassando 10 mil jogadores online simultaneamente. Por meio de relatos próximos, observei que muitos ingressam na plataforma, mas uma parcela considerável também a abandona ao perceber o alto nível de competição e a dedicação exigida, que pode ser demasiadamente intensa em relação aos benefícios percebidos. Assim, enquanto nos situamos nesse ambiente, testemunhamos a entrada, permanência e partida de muitos jogadores, deixando a possibilidade de um retorno posterior em aberto.

Os jogadores mais assíduos, conhecidos como *grinders*, são os mais engajados na comunidade, liderando grupos, compartilhando conhecimento e serviços, o que lhes confere um status relativo e reconhecido. Eles mantêm uma rotina intensa, jogando diariamente,

todas as semanas, sem exceção. Esse comprometimento reflete em suas preparações intensivas para as competições. Por outro lado, há aqueles que jogam ocasionalmente para ganhar algum dinheiro extra, sem se imergir completamente no jogo: “quero juntar dinheiro para comprar uma moto, então jogo de vez em quando para ganhar algum trocado”, explicou um deles. Alguns jogam para manter o contato social e permanecerem atualizados na cultura compartilhada, mantendo-se em contato com amigos ou, como alguns expressaram, “não enferrujar”, aprimorando sua compreensão do jogo.

A comunidade de jogadores de videogame se divide internamente, estabelecendo uma distinção clara entre aqueles que se dedicam seriamente à prática, conhecidos como *grinders*, e os jogadores mais casuais, que equilibram de forma ainda mais evidente o jogo com outras responsabilidades cotidianas e são submetidos às exigências da vida familiar e profissional. Entre os entrevistados, o mais jovem tem 18 anos e o mais velho 40. Todos são homens, e os canais de comunicação refletem uma energia predominantemente masculina. No entanto, isso não significa que mulheres não joguem; pelo contrário, há grandes comunidades exclusivamente femininas. Porém, não foi possível determinar se alguma mulher está entre os jogadores mais sérios nas comunidades analisadas.

Assim, quando uso o termo “os jogadores”, não estou generalizando de maneira normativa e sexista, mas refletindo a predominância masculina nas minhas interações. Durante minha observação e interação com a comunidade, quase todas as minhas interações pareciam ser com homens. No entanto, essa percepção é incerta, pois a identidade de gênero é fluida no ambiente virtual. Atrás de um avatar, a identidade de gênero pode ser irrelevante, seja homem, mulher ou nenhum dos dois. A elasticidade do gênero no espaço virtual é significativamente maior. É muito provável que eu tenha interagido com algumas mulheres, mas essa suposição nunca poderá ser confirmada com precisão.

Entre os jogadores, a principal divisão é entre os *grinders* e os jogadores comuns. Esses dois grupos coexistem no mesmo universo, mas suas experiências são muito diferentes. Um jogador comum pode passar anos jogando ao lado dos jogadores mais sérios sem compartilhar o *ethos* que define esses jogadores mais dedicados, como ganhos monetários ou reconhecimento subjetivo, como status e prestígio. Mesmo assim, muitos campeonatos diários e competições mais competitivas não fazem essa distinção, permitindo que amadores e *grinders* se enfrentem regularmente. Para os jogadores mais sérios, o objetivo é acumular *play points*, *qualifier points*, dinheiro e treinos de experiência. Para os jogadores comuns, o objetivo máximo é obter um resultado razoável enquanto tentam se divertir, uma vez que possuem menos habilidades. Como observou um amigo: “no *Magic Online*, se você for um desavisado, você vai ser ‘atropelado’ quando enfrentar os *grinders*. Parece que lá é outro jogo. É outro nível”. A grande maioria dos jogadores não se torna *grinder*, mas existe uma clara transição para aqueles que adotam um *ethos* mais forte, aumentando suas chances de “subir” na categoria.

À medida que os aprendizes melhoram e evoluem, começam a compartilhar desse novo *ethos* que se forma. Alguns passam a jogar mais horas por dia, outros realizam treinos para não apenas melhorar, mas também testar novas estratégias e cartas. Há aqueles que se engajam na comunidade, compartilhando pensamentos e resultados, enquanto outros buscam com regularidade o cenário competitivo, tornando-se parte mais séria do jogo ou, de fato, um *grinder*. A diferenciação também é visível nos investimentos feitos pelos jogadores: alguns compram imediatamente as cartas de que precisam, enquanto outros optam por planos de aluguel de cartas. Geralmente, os jogadores mais sérios possuem suas próprias cartas, adotando um baralho e dedicando-se a ele por longos períodos. Por outro lado, os *grinders* frequentemente utilizam o aluguel de cartas, pois a troca rápida de baralhos é crucial em um cenário competitivo virtual, onde tudo muda constantemente. No entanto, essa observação não

é uma regra rígida. O inverso também pode ser verdadeiro, embora tenhamos observado menos casos dessa natureza.

O aluguel de cartas representa um custo relativamente alto para aqueles que optam por essa modalidade. Diversos serviços oferecem aluguel de cartas, todos situados no Norte Global, como América do Norte e Europa. Os planos de aluguel variam: quanto menor o número de cartas disponíveis, mais barato é o serviço; quanto maior a quantidade de cartas disponíveis, mais caro é o serviço. O aluguel opera com base na “capacidade de empréstimo”. Por exemplo, o plano mais básico custa 40 dólares americanos por mês, permitindo alugar cartas com um valor total máximo de 400 dólares. O segundo plano custa 65 dólares americanos, com uma capacidade de empréstimo de até 850 dólares em cartas. O plano mais caro, a 110 dólares por mês, permite alugar cartas até um total de 1250 dólares. Existem muitos outros planos, mas esses valores fornecem uma boa base para entender como o serviço funciona.

A compra de cartas é uma prática comum entre os jogadores, mas muitos preferem o aluguel devido à percepção de instabilidade no mercado. O aluguel oferece a liberdade de usar as cartas disponíveis nos serviços contratados. Às vezes é impossível não os comparar com os trabalhadores do iFood que dependem de bicicletas alugadas para realizar suas entregas. Apesar de serem funções bem diferentes, acredito ainda que isso seja um reflexo da nossa crescente dependência com a tecnologia e com suas economias digitais para participar ou competir em campos sociais distintos.

Nesse contexto, a cultura dos jogos online incorpora valores que, juntos, formam um *ethos* que atribui profundo significado à atividade de jogar. Esta prática não é apenas um entretenimento isolado, mas uma construção social que permite aos jogadores aplicarem e expandirem seus conhecimentos, muitas vezes incorporando elementos do mundo real. A interação entre o jogo e a comunidade cria uma relação contínua, complexificada pelo intenso regime de

dedicação e busca por aprendizado, caracterizado pela rigorosa adesão a qualidades específicas. A moral, ética e comportamento dos jogadores sugerem que este é um exemplo de instituição social total, que regulamenta quase todas as experiências dos jogadores: desde o uso de seu tempo literal até os ganhos financeiros, as recompensas emocionais, suas ambições e desejos.

Assim, segundo o nosso olhar, o *Magic Online* — e, quem sabe, outros jogos online — define-se como uma relação significativa com o restante da sociedade. Além de oferecer um regime de grande esforço e dedicação, fundamentado em ideais de mérito e perseverança da cultura mais ampla, ele também reflete aspectos variados que transcendem o empreendedorismo digital. Estes jogos abrangem camadas culturais, sociais, competitivas e de lazer, cada uma contribuindo de maneira única para a experiência dos jogadores. Essa complexidade se estende além das simples dinâmicas econômicas, ilustrando sua influência multifacetada na vida dos seus participantes, tanto no universo digital, quanto no mundo físico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ambiente online, encontramos um espaço onde a maioria dos jogadores que acompanhamos são homens, predominantemente de classes sociais mais baixas e de diversas regiões do Brasil, que constroem suas identidades e buscam algum reconhecimento social e econômico por meio das competições online, embora essa realização nem sempre se concretize de forma plena. O jogo ultrapassa o mero entretenimento, funcionando como uma estratégia de resistência e adaptação às restrições sociais e econômicas. Muitos jogadores utilizam os jogos online como uma fonte complementar de renda, de forma semelhante à economia informal e aos trabalhos em aplicativos, com alguns chegando a depender deles como principal

meio de sustento. A progressão no jogo, evidenciada pelo desempenho em grandes torneios, se torna uma via para reconhecimento e conquistas econômicas e sociais. Jogadores brasileiros destacam-se em competições diárias, obtendo ganhos significativos em relação aos padrões das classes mais baixas. O envolvimento dos jogadores vai além do lazer, transformando-se em uma forma de sobrevivência e expressão de uma ética de trabalho contemporânea.

O conceito de trabalho não clássico (De la Garza Toledo, 2017) tornou-se parte fundamental para compreender o universo dos jogos como uma atividade que transcende os paradigmas tradicionais do trabalho. Quando exploramos o engajamento com videogames, estamos lidando com uma forma de trabalho não convencional, permeada por relações laborais complexas e influências de diversos atores, sejam eles laborais ou não. Esta realidade assume relevância numa cultura laboral digital, configurando um cenário antropológico onde indivíduos constroem, apoiam-se e reinventam-se por meio da interação com outros. Ao focar nas dimensões simbólicas do trabalho, este estudo contempla elementos culturais e econômicos, destacando a busca por reconhecimento e mérito em competições, assim como da própria sobrevivência para alguns indivíduos.

REFERÊNCIAS

- BOELSTORFF, T., NARDI, B., PEARCE, C. & TAYLOR, T.L. (2012). **Ethnography and Virtual Worlds**. Princeton University Press.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. ¿Qué es el trabajo no clásico? **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, 2017.
- NARDI, Bonnie. **My life as a night elf priest**: An anthropological account of World of Warcraft. University of Michigan Press, 2010.

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**, UFMG, 2010.

T.L TAYLOR. **Watch me play**: Twitch and the rise of game live streaming. Princeton, N.J: Princeton University Press. 2018.

WACQUANT, L. 2004. **Body & Soul**: Notebooks of an Apprentice Boxer. Oxford: Oxford University Press.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

3

Guilherme Rebonato Rosi

O SOFRIMENTO DOS ENTREGADORES POR APLICATIVO SOB A ÓTICA DO CONFIGURACIONISMO E DO TRABALHO NÃO CLÁSSICO¹

1

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-599-2.3

INTRODUÇÃO

No mundo do trabalho de entrega por aplicativo, os sujeitos estão expostos a vários fatores de interferência ao seu modo de trabalhar em questão. Essas interferências envolvem meios internos ao trabalho – como o próprio aplicativo, os clientes, a moto e a bicicleta –, mas também fatores externos ao trabalho e é o caso dos agentes de segurança, os transeuntes, o trânsito, a cidade. Essas variadas formas de influências no trabalho por *delivery* acabam se introduzindo na própria subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras. Não são apenas questões prescritas do trabalho por entrega de aplicativo, ou fatores de riscos e de intervenções capazes de serem pontuadas e apresentadas aos trabalhadores de forma prévia à efetivação da ação do trabalho; pelo contrário, esse tipo de serviço envolve uma infinidade de incertezas capazes de elevar o grau, por parte dos trabalhadores, de indecisão, de imprecisão, de ambiguidade, de confusão, de ansiedade, de sofrimento.

Por conta dessa perspectiva, é importante colocar o tratamento do sofrimento dentro de uma base teórica da psicologia do trabalho. Christophe Dejours (2009) elabora uma ampla teoria em que o sofrimento no trabalho é justamente o motor capaz de modificar o ato de trabalhar para combater o cerne causador do sofrimento. O conhecimento do trabalho real – e não do trabalho prescrito – passa pelo sofrimento e pelo próprio corpo, porque é o corpo que toca o mundo físico e executa as técnicas de trabalho ao mesmo tempo em que, essa ação de trabalhar, é pensada, refletida e reformulada.

Com o avanço neoliberal, para Ricardo Antunes (2014; 2018), há uma nova morfologia do trabalho que traz, em uma outra roupagem, elementos antigos da sociedade e também do mundo do trabalho. As pessoas têm uma nova forma de ser e de pensar na

racionalidade liberal que Foucault chamou de neoliberalismo americano² (Branco; Silva, 2023; Foucault, 2008). Existe, na contemporaneidade, uma diversidade de mecanismos de vigia e de controle do trabalho, além de importantes ferramentas de opressão contra os trabalhadores e as trabalhadoras. O que há não é a existência da vigia em comunhão com a violência física, mas é a existência de uma violência psicológica e, por conta disso, uma violência disfarçada. Esse controle está presente por parte dos chefes, dos aplicativos – em se tratando dos entregadores –, dos algoritmos, dos clientes, dos agentes externos, mas também no autocontrole em que o trabalhador gerencia o seu próprio trabalho (Abílio, 2020; Antunes, 2018; Jesus 2018; Scasserra, 2019).

Portanto, esse artigo apresenta reflexões epistêmico-teórico-metodológico sob a ótica do trabalho não clássico, oriunda de um trabalho realizado empiricamente com entregadores por aplicativos na região Metropolitana de Vitória-ES. É uma pesquisa interessada em analisar e trazer reflexões sobre as subjetividades, o controle, as relações pessoais e com a cidade, além de uma construção social do trabalho de *delivery*. Dessa forma, as reflexões aqui apresentadas estão fundamentadas na perspectiva do Configuracionismo e do Trabalho não clássico.

Caracterizando brevemente o Trabalho não clássico de De la Garza (2017), há o envolvimento ativo do cliente, há a criação de símbolos e o que está sendo vendido é a interação entre os interlocutores. No caso do trabalho por entrega de aplicativo, o envolvimento com o cliente é o principal fator. O cliente detém não só o poder do produto transportado – logo, o poder do serviço –, mas também detém o

2 É uma redefinição do *homo oeconomicus*, agora sendo empreendedor de si e, consequentemente, existe uma competição entre os trabalhadores. Determina-se maximizar o desempenho, suportar qualquer dificuldade na vida social e no trabalho, ao mesmo tempo que coloca suas qualidades para render mais e ser um "vencedor na vida" – aprimoramento constante das habilidades (Branco; Silva, 2003; Dardot; Laval, 2016; Foucault, 2008).

poder do controle e, até mesmo, da subjetividade dos trabalhadores dependendo da relação pessoal na hora da entrega do serviço.

Metodologicamente, o trabalho de campo foi realizado em 2023, sendo sete entrevistas aprofundadas com entregadores por aplicativo – seis *motoboys* e um *biker* –, além de várias incursões em grupos de *Whatsapp* onde se encontrava grande parte dos trabalhadores por entrega. Essas análises são importantes para entender a realidade do trabalho e mensurar, a partir de suas falas, gestos e posturas de comunicação, a importância dos atos relatados para a ocorrência ou não do sofrimento no trabalho por entrega de aplicativo. Todos os entrevistados são do sexo masculino pela dificuldade em encontrar mulheres nesse tipo de serviço. Para entender a dinâmica do trabalho, os estudos de De la Garza são importantes ferramentas para se ter uma compreensão do campo visando a subjetividade dos trabalhadores a partir do entorno desse sujeito, mas também para entender a ação do indivíduo a partir da subjetividade. Já o sofrimento no trabalho tem fundamental atenção da teoria dejouriana.

Este artigo está dividido, para além da introdução e das considerações finais, em três partes. Primeiramente, é apresentado as dinâmicas do trabalho por aplicativo, as relações com a cidade, com os agentes em seus vários estágios, as relações entre os próprios trabalhadores e também com os aplicativos. No segundo momento, são apresentadas as questões do controle sobre o processo de trabalho de entrega e as várias dimensões de vigilância presentes nessa prestação de serviço por ser um importante mecanismo de interferência na subjetividade dos indivíduos. Posteriormente, o artigo apresenta a questão do sofrimento, como o trabalho de *delivery* afeta a subjetividade do ser – laboral e social. Também vale ressaltar a forma estruturada utilizada ao mesclar as teorias com as questões encontradas no trabalho de campo.

A DINÂMICA DO TRABALHO DE *DELIVERY*

Há um falso sentimento de liberdade quando o assunto é o trabalho de entrega por aplicativo. Por não ter um chefe diretamente se relacionando com os trabalhadores, os próprios algumas vezes ignoram o constante julgamento e controle por conta da sua atividade ser resultado de uma ampliação da lógica existente dentro de um trabalho clássico. No neoliberalismo, parece não existir ameaças e tudo acontece de uma forma mais orgânica. Como coloca Han (2023, p. 10), “o sujeito do desempenho, que se julga livre, é na realidade um servo: é um servo absoluto, na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo”. Alguns entrevistados ainda se colocam nesse lugar de microempreendedores. Algo simples como trabalhar em determinados horários porque são os horários com maiores pedidos, ou em determinados lugares, não passam a impressão de terem o tempo e o modo de agir controlados.

O próprio corpo social torna-se um mecanismo empresarial onde os sujeitos são empresários de si e há uma racionalidade de investimento onde o corpo – físico e mental – são objetos de produção. Como colocado na próxima parte deste artigo, há uma internalização do controle com a autoavaliação de prestação do serviço (Dardot; Laval, 2016; Safatle, 2021). Mas é um autocontrole retirante do livre-arbítrio através das tecnologias, chamado de psicopolítica digital por Han (2023).

Em se tratando do espaço de trabalho – o espaço urbano, público –, a dinâmica dos entregadores perpassa por vários fatores. Do local público é demandado consensos além de ser um local de disputas e conflitos. Entender a existência dessas questões e elas serem inerentes ao próprio exercício do trabalho dos sujeitos é um ponto importante para a elaboração configuracionista de De la Garza (2018, 2020). No trânsito, por exemplo, necessita-se de

concessões dos sujeitos visando a locomoção em determinado tempo e espaço. Esse meio consensual – mesmo pela imposição de várias leis – é imprescindível para o exercício do trabalho dos *motoboys*. E as ciclovias – em cidades cada vez mais inundadas de veículos – se tornaram importantes concessões para a possibilidade da atividade de entrega através das *bikes*.

Pensando nos sujeitos, há uma constante reflexão tanto das pessoas objetos de pesquisa, quanto das pessoas indiretamente relacionadas com o objeto – como é o caso do pesquisador, por exemplo. Essa múltipla reflexão reflete na transformação do próprio objeto estudado. A realidade, como é colocado pelo configuracionismo, se transforma na relação sujeito-objeto porque há um processo de conhecimento e de mudança nesses sujeitos. Por conta disso, as dimensões da estrutura, da subjetividade e da ação ganham uma importância dialética fundamental para essa abordagem. De la Garza se atenta a todos os fatores do processo de trabalho e na atuação dos sujeitos na realidade do trabalho (De la Garza, 2017, 2018).

Pensando nos entregadores por aplicativo, essa é uma leitura importante por contribuir com ferramentas para entender processos e escolhas desses trabalhadores. Determinadas aproximações no campo empírico aconteceram por causa de uma troca de favores não estabelecidas previamente, mas só percebidas no ato dos encontros. Favores por eles se consideram sem voz ativa perante a sociedade. Para mitigar essa situação, os grupos de *Whatsapp* se tornaram ferramentas importantes de aproximação.

Como colocado, o pesquisador em seu ato de pesquisar também está modificando o próprio objeto e construindo um novo objeto a ser pesquisado diferente daquele percebido anteriormente e também já averiguado (De la Garza, 2018). Dessa forma, esse fluxo contínuo deve ser levado em consideração no momento da reflexão e da exposição de resultados por parte do pesquisador. Nesse caso

exposto, o pesquisador tornou-se uma forma de expandir os horizontes dos próprios trabalhadores e de alguns contatos de outros sujeitos da sociedade sobre questões importantes para os entregadores. Não por acaso, existiu um grupo de *motoboys* procurando no pesquisador uma forma de aproximação com outros grupos de *motoboys*, com políticos, ou com parceiros da sociedade para conseguir um apoio político no desejo de lançar algum deles para vereador – como acabou ocorrendo. Não é um simples truque do entrevistador, mas é uma importante ferramenta visualizada no horizonte onde a pretensão de modificar as próprias realidades no trabalho ganham contornos ainda maiores. Mesmo que o objetivo da pesquisa em questão não tenha sido fazer intermediações e alianças entre grupos distintos, naturalmente isso aconteceu e foi sustentado.

AS MULTIDIMENSÕES DO CONTROLE

Entender como o controle acontece no trabalho de entrega por aplicativo é também traçar um mecanismo importante de desumanização desses trabalhadores e, muito por conta disso, de sofrimento. Como coloca Cavalcanti (2021), no mundo do trabalho contemporâneo existe uma negação da condição do ser humano para se extrair mais valor. É uma situação de “livre e não livre” desses trabalhadores. O discurso mascara a existência de uma integralização da servidão e da escravidão em nossos tempos envoltos principalmente nesses serviços resultados do avanço da flexibilização do trabalho.

Os trabalhadores por entrega de aplicativo são obrigados diariamente a lidarem com vários agentes. Esses agentes, para além de ocuparem os mesmos espaços urbanos, também são responsáveis pelo controle exacerbado. Além do controle dos aplicativos e da própria cidade com videomonitoramento, os clientes, os agentes de

segurança e os transeuntes são fundamentais dispositivos de controle para o exercício desse serviço. O controle do trabalho clássico perde espaço por agora estar se tratando de um espaço urbano, ampliado, onde a atividade não é desempenhada em um lugar fixo e diminuto. Dessa forma, a relação clássica entre patrão ou patroa, trabalhador ou trabalhadora, perde espaço para os novos entrantes responsáveis por esse controle dilatado mesmo sem esses novos agentes perceberem (De la Garza, 2005; 2017; 2020).

Os sujeitos do *delivery* estão constantemente sendo observados e controlados por várias faces. Esse controle no processo de trabalho é entendido pelo Trabalho não clássico como ferramenta de intervenção no próprio modo de trabalhar. As relações de trabalhos são relações sociais passíveis de cooperação ou de conflitos por existir uma troca de significados tanto em dimensões culturais, como políticas e econômicas (De la Garza, 2017). Esses atores em interação e ação, no caso específico pesquisado empiricamente, passam não só pelos próprios trabalhadores, mas também pelos clientes, transeuntes e agentes de segurança.

Primordialmente, os espaços urbanos se apresentam como espaços de coação para os entregadores. Assim como um dos entrevistados comenta sobre as câmeras da cidade o tempo todo vigiando até mesmo se eles estão usando o capacete de forma adequada, outros três entrevistados comentam sobre a fortificação em condomínios de luxo ou em bairros de alto padrão. Sobre as câmeras, é interessante perceber a ambiguidade da situação relatada. É uma relação ambígua porque, ao mesmo tempo em que se tem o controle por videomonitoramento observando cada movimento – como a retirada do capacete –, também há a vigilância e controle por parte do tráfico quando a entrega é realizada em bairro controlado. Nesse caso, os *motoboys* necessitam abrir a viseira ou retirar o capacete. Da mesma forma, comenta-se sobre ultrapassar o sinal vermelho em situações de alto risco quando há pouco movimento.

No caso das fortificações, há o relato – sobre uma entrega de supermercado na Ilha do Frade, local de altíssimo padrão – em que quem recebeu a encomenda não foi o cliente, mas o guarda; nas palavras do entrevistado: “parecia um policial”. Em outra situação relatada, um dos entrevistados fez uma entrega em um condomínio de luxo; relatou ser seguido por um vigia de moto por toda a extensão do condomínio até chegar na casa do cliente mesmo depois de já ter passado todas as informações na portaria e ter sido revistado. Um outro relato é sobre a necessidade em passar por várias portarias dentro de um determinado condomínio até chegar no apartamento do cliente – e em todas as portarias há a necessidade de se cadastrar.

Os guardas de segurança, agentes clássicos de vigilância do poder estatal, também fazem parte desse controle ampliado. Os grupos de *Whatsapp* são importantes ferramentas de troca de informação sobre o trânsito, por exemplo. Além de comentarem sobre acidentes ou locais com muito trânsito, comunicar os locais com *blitz* tem relevância não só por questões de mobilidade, mas porque muitos desses trabalhadores não conseguem, por exemplo, pagarem o IPVA e ficam com receio de perder a moto – o seu meio de trabalho. Além disso, em cidades grandes, tornou-se fundamental o uso das ferramentas de aplicativo dos mapas para conseguirem se localizar.

Olhar o mapa também pode levar à constrangimento. Há um relato do olhar diferente dos guardas quando os *motoboys* estão parados nos sinais e começam a mexer no celular para conseguirem se localizar ou arrumar uma rota melhor para chegar no local da entrega. Em outras situações – não mais se tratando de guarda de trânsito, mas de policiais –, os trabalhadores de entrega por aplicativo são monitorados em seus locais de espera de pedido. Trata-se de um serviço marginalizado e a espera acontece muitas vezes em praças de bairros de classe média e alta. Além disso, a *bag* se tornou um símbolo de trabalho e, muito por conta disso, foi cooptada por

ladrões para facilitar os roubos. Outra questão importante foi percebida no próprio momento da entrevista, quando um carro da guarda passou e o entrevistado parou de responder no mesmo instante e ficou acompanhando o carro para ver se “encravavam” com o lugar em que estacionou a sua moto. Como será exposto mais à frente, o controle constante contra esses indivíduos – até mesmo fora do momento de exercer a atividade – contribui para uma extensa fadiga mental por necessitar de atenção não somente com o serviço e com o deslocamento, mas também com o “estar agindo de forma correta”.

No caso dos clientes, eles têm um papel importante no controle porque podem ser os responsáveis pela perda do trabalho dos entregadores. E quando perdem a conta, o aplicativo mantém o controle por pedir um reconhecimento facial de quem está entrando com aquela conta – dificultou para os trabalhadores alugarem uma outra conta ou pegarem uma conta emprestada. O aplicativo também consegue controlar até mesmo as reivindicações. Aumenta a bonificação de quem decide trabalhar – furam as paralisações – e, às vezes, consegue descobrir até os responsáveis e os organizadores.

O próprio funcionamento da lógica de entrega não deixa de ser um meio controlador e até mesmo de descontrole subjetivo e físico, fisiológico, do ser. Como relatado por um deles: “A única coisa que adotei assim como medida de lucro [...] foi uma ideia que tive de não almoçar meio-dia. Normalmente como na parte da manhã e só vou comer [de novo] depois das três horas. [...] [Meio-dia] é um horário que tem muitas entregas”. Além disso, o próprio ato de tomar água ou ir ao banheiro é racionalizado. Os pedidos de *Shopping Center* são os mais agraciados por poderem usar o banheiro e terem bebedouros. O controle demasiado casado com a necessidade de um envolvimento maior na atividade por parte dos trabalhadores, está gerando um peso psicológico grande e, conseqüentemente, causando problemas sociais e mentais para além do desgaste físico (Neffa, 2015) como será tratado na próxima parte.

O SOFRIMENTO NO TRABALHO POR *DELIVERY*

Para De la Garza (2017), a subjetividade está no centro dos indivíduos trabalhadores no Trabalho não clássico. E essa subjetividade é fruto não só do reflexivo – da forma de agir no mundo através da reflexão como coloca Dejours (2022), ou da forma, *a posteriori*, materializada do produto anteriormente imaginado, no olhar marxiano (Marx, 2011) –, mas também de questões estéticas e emocionais. Essas situações emocionais são diversas, como mencionado, e a descompensação acaba se mostrando algo iminente mesmo que os próprios trabalhadores não consigam perceber. O uso desenfreado de cigarros por alguns, a necessidade de estar reforçando – durante a entrevista – o desejo de estar mais presente com a família, os remédios antidepressivos, ou o uso abusivo de remédios para dormir, são mecanismos presentes na vida desses profissionais.

Para Perrusi (2015), o sofrimento psíquico é manifestado de forma individualizante mesmo sendo uma construção social. O caráter socializante se perde quando se apresenta ao ser de uma forma física e mental – em seu corpo e em sua psique. O trabalho por aplicativo apresenta sua perversidade já em seu ponto inicial. Um dos entrevistados relata a ansiedade apresentada no primeiro dia de trabalho. Estava necessitando desesperadamente de emprego e teve a ideia de começar a trabalhar com entregas. Mas não há demanda para os novos entrantes. A realidade é ficar *logado* o dia todo – estar disponível para o aplicativo, estar trabalhando sem receber – e receber poucas chamadas. Ao ver muitos entregadores conseguindo sair para entrega, o próprio entrevistado falou, “esse começo do aplicativo é a pior parte... Porque isso sim te afeta psicologicamente. Por que? Você vê todos os *motoboys* saindo com entrega... O aplicativo deles tocando o tempo todo e o seu nada.”

O controle do trabalho também se torna um componente importante para a subjetividade no serviço de entrega por aplicativo. Como relatado acima, questões como usar ou não o capacete geram insegurança e ambiguidade na hora de exercer suas atividades. Ademais, seu trabalho estar sempre sendo observado gera desconforto para os trabalhadores que sempre sentem a necessidade de comentar sobre os ocorridos. Outro ponto interessante para se colocar relacionando o controle e a ansiedade é o próprio uso do aplicativo. Além do já exposto anteriormente, quando há pedido no *iFood*, repete incansavelmente o toque que é o nome da empresa. Esse foi um áudio não só relatado pelo entregador de *bike*, mas também captado em um áudio mandado por um entregador em um dos grupos do *Whatsapp*. O entregador de *bike* relatou esse ser um barulho de tormenta por não deixar o indivíduo pensar ou fazer outra coisa naquele tempo do chamado tocando.

No trânsito a situação não é diferente. A pilotagem dos *motoboy*s é sempre motivo de questionamento. O entregador deve cumprir o seu horário porque se chegar alguns minutos atrasado, o cliente, com o poder de controle sobre o trabalho deles, pode dar uma nota baixa ou até mesmo abrir uma reclamação na entrega. Essa forma de agir com celeridade no trânsito é motivo de reclamação por parte dos outros motoristas e também de alto risco de acidente – todos os entrevistados já sofreram acidentes. Alguns deles relatam existir uma certa experiência depois de algum tempo exercendo essa atividade. Existe um certo cuidado maior e formas de entender o trânsito como, por exemplo, um indicativo quando um carro está mudando de faixa e, por acaso, o *motoboy* esteja em um ponto cego. Ou também a questão de passarem nos “corredores” do trânsito buzinando para chamar a atenção dos motoristas. O desgaste mental, a fadiga, é visível pela necessidade em estarem atentos aos carros mudando de faixa, parando, ou atenção aos pedestres querendo atravessar; como colocado por um deles: “você tem que ir no corredor, mas sem estar acelerando muito... Com o pé no freio e o dedo na buzina... E atenção

a todo momento.” Essas formas de entendimento do trânsito, o experienciado, demonstram a importância do sofrimento para esses casos na leitura dejouriana.

Essa experiência, em E. P. Thompson (2021), é uma resposta emocional e mental podendo ser do indivíduo ou do grupo social. Os indivíduos são seres racionalizantes e refletem sobre os acontecimentos do dia a dia. As experiências vividas agem sobre a consciência social existente e acontece uma mudança no ser social. Dessa forma, acontece um desenvolvimento intelectual sobre o objeto, sobre o trabalho exercido. Essa dialética do aprendizado presente no trabalho de Thompson se aproxima do trabalho dejouriano. A pulsão, a excitação do corpo manifestado no psíquico necessitando de uma descarga, provoca uma desestabilização e exige um trabalho racionalizante de contraste para reorganizar o psíquico já estabelecido apresentando um novo resultado – uma resolução a partir de uma reflexão do fracasso, do sofrimento, ocorrido anteriormente (Dejours, 2022). Essa é uma ideia que não se perde na abordagem do configuracionismo. A realidade é modificada justamente por existir um processo de conhecimento e de mudança dos próprios sujeitos. O objeto se modifica, a relação sujeito-objeto se modifica, porque há reflexão por parte desses trabalhadores (De la Garza, 2018).

Pode-se concluir o trabalho sendo o motor da inteligência, a superação de um obstáculo encontrado no mundo externo (Dejours, 2022). Além do exemplo acima, o próprio ato de amarrar a *bag* na moto por causa de dores nas costas também se torna um importante mecanismo de demonstração de inteligência onde o sofrer pela dor se ameniza. Por outro lado, como citado pelo *motoboy* que falou usar desse artifício, em avenidas o controle dos agentes são um empecilho para essa forma amenizante por ser algo ilegal a amarração da *bag*.

O trabalho real se apresenta aos indivíduos e o fracasso é inerente. Com o fracasso aparece a angústia, a raiva, a surpresa e

a necessidade de solucionar os problemas encontrados (Dejours, 2009). A chuva, o sol, a própria mobilidade urbana, a moto ou a bicicleta com algum defeito, necessitam de formas de superação para conseguirem atingir os objetivos – muitas vezes acompanhados de alto risco e sofrimento. As manobras arriscadas no trânsito são relatadas como medo constante e adrenalina, mas não deixam de ser utilizadas constantemente por esses trabalhadores. São esses trabalhadores levando para fora do trabalho as dificuldades encontradas para conseguirem solucionar o problema e engajando, dessa maneira, toda a subjetividade do ser nesse processo (Dejours, 2009). O trabalho se desenvolve no mundo objetivo, subjetivo e social e, por conta disso, trabalhar é modificar o mundo objetivo que se apresenta, além de encarar nesse mundo objetivo as relações de dominação e também as relações sociais (Dejours, 2022).

Existe, para Dejours, estratégias defensivas dos trabalhadores contra o próprio sofrimento. Em seus estudos na França, trabalhadores da construção civil competiam em cima dos andaimes – lutas, por exemplo – como uma forma de confrontar o próprio medo de altura (Dejours, 2003). Assim como Dejours, Julio César Neffa (2015) também acredita na necessidade das estratégias contra o sofrimento para não acontecer a descompensação e, em consequência, o adoecimento psíquico. O importante é pensar esse sofrimento sentido também não sendo apenas algo passivo. O trabalhador, como em todas as outras questões apresentadas até aqui, não trata o seu próprio sofrimento com passividade; pelo contrário, é uma dimensão subjetiva também de reflexão. Os atores atuam de várias formas para se defenderem do sofrimento e, dessa forma, acabam transformando a própria realidade (De la Garza, 2020; Dejours, 2003; Neffa, 2015).

Outras situações importantes de sofrimento para seres mencionadas são as próprias violências urbanas. O medo de serem assaltados ou de fazerem entregar em lugares perigosos se apresenta em constância nos grupos de *Whatsapp*. Informações de locais

onde está tendo confronto são colocadas nos grupos para que não sejam realizadas entregas. Outro fator importante com menos visibilidade é a linha de pipa com cerol. Um acidente grave onde um dos *motoboys* teve um corte profundo na garganta, na cidade da Serra, acabou sendo um importante gatilho de mensagens entre os grupos para se comprar antenas colocadas no guidão e, consequentemente, cortar as linhas que eventualmente estejam no caminho desses trabalhadores.

Aliás, por se expor questões urbanas, um dos entrevistados demonstrou um certo sofrimento com um problema social ao exercer a sua atividade em que percebeu a segregação espacial do local em que reside com um parquinho para as crianças brincarem dentro de um condomínio de luxo – algo inexistente em seu bairro. Sua filha não tem um local para brincar no próprio bairro. Como ele mesmo coloca: “Você entra lá dentro e tem segurança, tem área de lazer para as crianças. Se você comparar com meu bairro, você olha e vê que não tem nada para as crianças... Não tem nada para os moradores... Não tem uma segurança decente... É outra realidade”. Além disso, ao enxergar uma placa escrita “cuidado com as nossas crianças”, uma reflexão crítica tomou conta do seu ser por se questionar sobre quais crianças estão querendo falar: são todas as crianças ou só as crianças daquele lugar fortificado?

Para finalizar, pensar no processo de trabalho em que a estrutura é a própria cidade, é levar em consideração toda a sua gama de interações sociais e com o próprio espaço urbano. A cidade pode ser limitada, mas não há um limite aparente para quem trabalha com entrega por aplicativo. A cidade se torna um organismo vivo e multifacetado colocando o trabalho real sempre à prova – sempre há algo novo acontecendo. Estudar a estrutura, a subjetividade e a ação é entender também como a atividade se desenvolve para o sujeito e modifica a realidade (De la Garza, 2020). Em um trabalho dinâmico como o de entregador, o sofrimento muitas vezes nem se

torna aparente para o próprio trabalhador. A inteligência, a reflexão, as estratégias defensivas, necessariamente entram em jogo a todo momento para esses trabalhadores conseguirem exercer as suas funções. Modifica-se a realidade modificando a própria forma de exercer sua atividade para escapar da fadiga, da ansiedade, do sofrimento, do adoecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão desse trabalho é a importância massiva do entorno na subjetividade e no sofrimento do entregador de aplicativo. A cidade é um ente orgânico em que se encontram variados agentes em meio ao concreto e às ferragens. Esses agentes, intencionais ou não, de diferentes formas, moldam a ação do sujeito. Há uma modificação na vigilância da atividade por ter se tornado mais ramificada saindo das mãos do patrão clássico. Existe uma vigilância por parte dos donos dos aplicativos por também serem donos dos códigos e também uma autovigilância além do controle do Estado, dos clientes e dos outros indivíduos.

O trânsito torna-se um local de medo e de sofrimento. Os transeuntes tornam-se sujeitos de sofrimento ao controlarem seus atos – quando estão esperando chamados em praças, por exemplo – ou quando acham que se trata de assalto e, por conta disso, correm do trabalhador. Os clientes se tornam fonte de sofrimento principalmente por terem o controle do trabalho em suas mãos ao darem a nota de satisfação com o trabalho. Os agentes de segurança se tornam fontes de sofrimento quando tentam interferir, de alguma forma, o trabalho ser realizado – e, por conta disso, muitos tentam fugir de *blitz*.

O trabalho por aplicativo é uma mina sutil de adoecimento. O trabalho de quase 14 horas por dia, 6 vezes por semana, são as

dimensões mais visíveis de precariedade. O alto risco por muitas vezes é comentado, mas as manobras arriscadas são tratadas apenas como imprudência. Entender como é explorado o sofrimento no trabalho é também entender como alguns mecanismos são utilizados contra o próprio medo. Mesmo se aquele trabalhador se arriscando não está atrasado com a entrega, a explicação da manobra absurda pode estar no enfrentamento ao próprio medo daquele trabalho. Em consequência, pode-se perceber a subjetividade do sujeito sendo afetada diretamente por causa da sua relação com o trabalho. Estar exposto às dinâmicas sociais, como é teorizado no Configuracionismo, é estar exposto há uma constante transformação da atividade humana do trabalho através da reflexão dos sujeitos com o seu próprio dinamismo social no processo de produção.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos Estudos - Cebrap**, São Paulo, v. 39, n. 03, p. 579-597, set./dez. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. 1ª edição.

BRANCO, P. M. C.; DA SILVA, S. J. Uberização: as quatro facetas do controle. **Rev. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 19, n. 56, p. 303-318, abr./jun., 2023.

CAVALCANTI, Tiago M. **Sub-humanos**: o capitalismo e a metamorfose da escravidão. Boitempo Editorial, São Paulo, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. 1ª edição.

DE LA GARZA, E. Del concepto ampliado de trabajo al de sujeto laboral ampliado. *In*: De la Garza, E. (Comp.). **Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

DE LA GARZA, E. ¿Qué es el trabajo no clásico? **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, 22 (36), 5-44, 2017.

DE LA GARZA, E. **La metodología configuracionista para la investigación**. Ciudad de Mexico: Universidade Autónoma Metropolitana/Gedisa, 2018.

DE LA GARZA, E. "Configuraciones Productivas, Circulatorias y Trabajo no Clásico en los Servicios". In: DE LA GARZA, E.; HERNANDEZ, M. (Coords.). **Configuraciones Productivas y Circulatorias en los Servicios y Trabajo no Clásico**: Fundamentos teóricos y estudios de caso (61-96). Ciudad de México: Editorial Gedisa, 2020.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

DEJOURS, Christophe. **Trabalho Vivo I**: sexualidade e trabalho. São Paulo: Editora Blucher, 2022. 2ª edição.

DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. **Suicídio e Trabalho**: O que fazer? Brasília: Paralelo 15, 2009. 1ª edição.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Yiné, 2023. 10ª edição.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, **Livro I**: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. 2ª edição.

JESUS, Cristian A. S. de. Resenha: **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal (Pierre Dardot e Christian Laval). Miolo Rev. Crítica Marxista - 47, 2018.

NEFFA, Julio César. **Los riesgos psicosociales el en trabajo**: contribución a su estudio. Ciudad Autónoma de Buenos Aires - Argentina: Centro de Estudios e Investigaciones Laborales - CEIL-CONICET, 2015.

PERRUSI, A. Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópicos: Saúde mental e individualidade contemporânea. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, n. 1, v. 27, Jan-Jun 2015.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. /n: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 2021. 1ª Edição, 2ª reimpressão.

SCASSERRA, S. El despotismo de los algoritmos: cómo regular el empleo en las plataformas. **Revista Nueva Sociedad**, Venezuela, nº 279, enero-febrero, 2019, ISSN: 0251-3552, www.nuso.org.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Petrópolis - Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2021. 1ª edição.

The background of the entire page is an abstract composition of various spheres and cones in shades of red, pink, and purple. Some objects are in sharp focus, while others are blurred, creating a sense of depth. The lighting is soft, highlighting the textures of the objects.

4

Isabela de Carvalho Neves

ENTRE EMPREENDEDOR E INFORMAL: AS RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-599-2.4

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a informalidade tem se entrelaçado com o empreendedorismo, que emerge como um tema relevante nos debates sobre o mercado de trabalho brasileiro. Esta pesquisa busca analisar o impacto dessa interação, considerando sua importância para o entendimento do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea. Os dados que aqui foram analisados partiram de uma pesquisa de dissertação para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro orientada pelo professor do programa Marco Aurélio Santana (PPGSA/UFRJ) e coorientada por Bruno José Durães Rodrigues (UFRJ), sendo apresentados no Encontro Anual da ANPOCS em 2024. Tal pesquisa considera que o campo do trabalho é central na sociabilidade, moldando a maneira como os indivíduos se posicionam no mundo. Por sua vez, trabalho informal, que deixa suas marcas no imaginário coletivo brasileiro, combina o desejo de prosperar com a necessidade de improvisar para sobreviver. Dessa forma, uma identidade cultural, social e política se forma em torno da informalidade.

A história do que hoje se denomina como trabalho informal no Brasil está ligada à trajetória de grupos marginalizados, como os ganhadores e ganhadoras do período escravocrata, que exerciam o trabalho de rua. Esses trabalhadores experimentavam uma dualidade entre libertação e dominação, já que a atividade permitia a alforria, mas sob a estrutura colonial escravista (Reis, 1991). É possível constatar que existem questões que colocam o trabalho de rua em condições de vulnerabilidade até os dias de hoje, devido sua disputa pelo espaço público e repressão em diferentes pontos da cidade, o que tem sido denunciado na esfera dos movimentos sociais¹.

1 O Movimento Unidos dos Camelôs por exemplo vem denunciado ações violentas da Guarda Municipal. Um dos debates desta arena política foram as manifestações contrárias a guarda armada, que utilizou a hashtag #GuardaArmadaNão.

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a informalidade passa a ser vista como o “outro lado” da modernização industrial, muitas vezes associada à periferia, ao atraso e ao subdesenvolvimento. Entretanto, surgem análises que revelam uma simbiose entre o trabalho formal e informal, desafiando a visão dualista tradicional, como realiza Francisco Oliveira (2003). Oliveira (2003) argumenta que existiria uma simbiose entre o formal e o informal, de modo que esta coexistência seria parte estruturante do capitalismo, seguindo a conceituação de exército industrial de reserva marxista. Para Durães (2013) o trabalho informal nas ruas representa uma forma de trabalho gratuito para o capital, ao facilitar a circulação de mercadorias sem qualquer retorno financeiro para os informais.

No capitalismo contemporâneo, insurgem outras informalidades produzidas em diferentes configurações. Mesmo diante de uma heterogeneidade já existente no setor, estas atividades passam a ser reconhecidas por mudanças que tornam este campo ainda mais amplo e divergente. O conceito de *nova informalidade* (Filgueiras; Druck; Amaral; 2006) busca captar tais mudanças no campo do trabalho no Brasil. Esta noção sugere uma ressignificação da informalidade, agora associada a um contexto de reestruturação produtiva e avanço do neoliberalismo no tecido social brasileiro. Em síntese, a nova informalidade pode ser definida por três características principais: 1- um aumento da escolaridade média de trabalhadores informais, que além de mais escolarizados tornam-se mais qualificados para a atividade que exercem 2- a implementação da ideia de inovação e da tecnologia no formato interno do trabalho, que associa-se ao mundo globalizado, 3- a flexibilidade e rotatividade que é demandada a este novo informal, acompanhando os moldes de organização do trabalho no sistema toyota.

Assim, nesta conjuntura, várias atividades informais estão intimamente ligadas ao neoliberalismo e a uma série de reformas estruturais, um movimento que, de acordo com a literatura, costuma

ser delimitado a partir dos anos 1990, definido como década neoliberal (Cardoso, 2003) e se racionaliza com o governo FHC (Santana; Antunes; Fraga, 2019). Deste modo, a informalidade passa a abranger uma ampla gama de ocupações caracterizadas por regulações flexíveis, associadas às transformações do capitalismo, por via de sua roupagem neoliberal.

O neoliberalismo não se limita a políticas econômicas; ele se manifesta também como imposição ideológica. Essa ideologia é produzida e disseminada por grandes conglomerados de telecomunicações, pelo sistema educacional, nas redes sociais e mesmo no discurso religioso, se inserindo no senso comum de maneira até “pedagógica”. Deste modo, cabe considerar que a estrutura deste sistema transcende ações objetivas e penetra a racionalidade dos indivíduos. Em *A Nova Razão do Mundo*, Dardot e Laval (2016) argumentam que o neoliberalismo cria uma nova maneira pela qual o homem “se governa”.

O empreendedorismo, por sua vez, é um dos expoentes dessa racionalidade neoliberal, que fortalece e normaliza o individualismo, ao romantizar a gestão de risco e a competitividade. A flexibilidade torna-se, então, a palavra que organiza uma nova concepção acerca do trabalho, gerando tendências e um outro olhar sobre a informalidade. Diante disto, se é possível apresentar a hipótese testada nesta pesquisa, que considera que a interação entre informalidade e empreendedorismo é moldada por uma racionalidade e ideologia neoliberal onde tanto o significado social do empreendedorismo quanto o de informalidade sofrem transfigurações.

Dada esta natureza multifacetada da informalidade, este texto, retirado de uma análise destinada a um trabalho de dissertação, visa explorar as diversas interpretações e abordagens do trabalho informal ao longo do tempo, destacando como algumas definições se relacionam com o conceito de empreendedorismo

em tempos de neoliberalismo e, como via de mão dupla, o empreendedorismo se mostra enquanto um dos produtos desta ascensão do neoliberalismo.

A relevância deste estudo reside em duas questões principais. Primeiramente, na necessidade de desvendar as múltiplas representações do trabalho informal. Segundamente, o fato de que o empreendedorismo é atualmente um aspecto central da sociedade brasileira, promovido como uma solução para a prosperidade dentro do capitalismo contemporâneo. Essa influência é visível nos meios de comunicação, em grupos religiosos (Costa, 2022), e em iniciativas educacionais. Dentre estes tantos conteúdos, o foco aqui recai na análise dos conteúdos digitais do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que englobam tanto programas e notícias ligadas ao mundo do trabalho, quanto projetos para a educação.

AS METAMORFOSES DO TRABALHO INFORMAL

A partir dos anos 1980, mesmo com a promessa de redução da informalidade pela expansão capitalista, as taxas referentes a esta atividade se mantiveram altas e diversificadas, resultando em uma crise do emprego. Autores como Ricardo Antunes (2006) ressaltam a importância do trabalho como elemento central para o rumo das discussões sociológicas. Paralelamente, o processo de informalização vem sendo estudado como um desafio à centralidade do trabalho assalariado na sociologia. Algumas teoria consideram que estaria ocorrendo um “o fim do trabalho” ou “o fim das classes”. Para Santana (2005) este tipo de abordagem se pauta justamente transformações materiais e simbólicas e a velocidade

vertiginosa com que a realidade tem se transfigurado, dificultando sua compreensão e interpretação.

Como foi discutido, no Brasil o trabalho informal, que inclui o trabalho de rua, reflete as estruturas sociais históricas e é uma característica marcante do imaginário social. Cacciamali (2007) destaca que o estudo do setor informal nas ciências sociais tende a focar no mercado de trabalho de países periféricos, que, embora integrados aos circuitos capitalistas, vivenciam, de modo coexistente, as economias populares. Apesar da falta de consenso sobre a definição de informalidade, o debate se intensificou nas últimas décadas. Busca-se, pois, entender como a informalidade se tornou ainda mais complexa no Brasil, alterando aspectos como escolaridade, estilo de vida, renda e horas de trabalho dos trabalhadores informais.

Diante disto, as tentativas de conceituar o trabalho informal podem ser divididas em três principais perspectivas, cada uma moldada por seu contexto histórico e econômico. Segundo Filgueiras, Druck e Amaral (2004), a primeira análise surgiu com base na distinção entre setores formal e informal, abordando a economia de forma dualista. Esse conceito inicial, desenvolvido a partir de um estudo da OIT sobre a estrutura produtiva do Quênia nos anos 1960, observava a informalidade como um resultado do crescimento populacional urbano não absorvido pelos segmentos modernos. Embora o estudo tenha identificado características do setor informal, como a pequena escala de produção e a falta de regulamentação estatal, foi contraposto por outras teorias por simplificar as relações entre formalidade e informalidade. Lima e Soares (2002) apontaram que o setor informal possui relações estruturais com a formalidade, funcionando em complementaridade. Um retrato desta condição está na investigação de Durães (2005) sobre a informalidade, em que menciona que os trabalhadores informais, como vendedores de rua, atuam na circulação de mercadorias para grandes empresas sem obter um retorno financeiro destas, exercendo uma funcionalidade gratuita para o capital.

A partir da metade dos anos 1970, a informalidade começou a ser examinada em grande medida através das relações dos trabalhadores com os meios de produção, destacando a subordinação ao processo capitalista. Nesse período, a teoria estruturalista da CEPAL descreveu o capitalismo nos países periféricos como incompleto, por se tratar de uma ampla categoria de trabalhadores inseridos em atividades supostamente não capitalistas. No entanto, Francisco Oliveira (2003) questionou tal dualidade, argumentando, em uma perspectiva marxista, que a informalidade era essencial para o novo modelo de acumulação vigente, sendo o subdesenvolvimento desses países uma consequência direta do capitalismo. No final dos anos 1970, um segundo conceito insurgiu, focando no aspecto jurídico, e a informalidade passou a ser estudada a partir da noção de economia subterrânea, refletindo mudanças na regulamentação e na estrutura produtiva global.

Finalmente, na década de 90, as análises incorporaram um contexto de globalização e reestruturação produtiva, que produz altas taxas de desemprego tanto nos países centrais, como nos periféricos. Neste sentido, a América Latina registrou um aumento do trabalho informal em detrimento de uma redução daqueles inseridos no setor industrial. Filgueiras, Druck e Amaral (2004) argumentam que este movimento aumenta a precarização do trabalho e o número de trabalhadores por conta própria. Isto associa-se a uma mudança das formas de acumulação capitalista, que podem ser caracterizadas, neste marco, pelo o sistema Toyota.

De acordo com Antunes (2006), o Toyotismo é marcado pela flexibilização do sistema produtivo, que está intimamente ligado à flexibilização das relações de trabalho. Nesse contexto, os direitos trabalhistas se configuram conforme as demandas de produção, o que leva ao aumento de práticas como a extensão de jornadas de trabalho, o trabalho temporário e a subcontratação. Antunes (2006) destaca que esse modelo de acumulação tem gerado mudanças na composição da classe trabalhadora, que se torna cada vez mais

heterogênea e complexa. A fragmentação, nesse caso, refere-se ao crescente aumento desta diversidade, dificultando o reconhecimento de interesses comuns dentro de um grupo, que torna-se pouco coeso. Este processo impacta as condições de trabalho, benefícios e salários, o que é resultado das diferenças entre as categorias de trabalhadores. Embora essa heterogeneização da classe trabalhadora não seja novidade, ela tem se intensificado com o surgimento de novas formas de trabalho, como o temporário, o intermitente e o autônomo. Dessa maneira, com as mudanças nas configurações do trabalho, surgem também novos mecanismos ideológicos que influenciam a forma como os indivíduos pensam e enxergam suas atividades laborais.

Durante a industrialização, o assalariamento fazia com que as massas se reconhecessem em seus hábitos de vida, nos locais de moradia e nos espaços de trabalho compartilhados, o que gerava fortes tensões para o capital. As relações de subordinação ao empregador ficavam mais evidentes. Com a flexibilização da acumulação e do trabalho, os trabalhadores adotam um modo de vida menos interdependente, o que contribui para a atenuação da fragmentação da classe. Assim se dá a fragmentação, heterogeneização e complexificação do trabalho, como subproduto da era da acumulação flexível e do neoliberalismo. Dentro deste panorama, o empreendedorismo torna-se uma forma de organizar esta nova visão e sentido dada ao trabalho. Isto é: as práticas modernas, que se combinam com formas tradicionais de “ganhar a vida” no Brasil, em relação ao trabalho informal, têm sido representadas pela ideia de “empreendedorismo”.

É possível partir do pressuposto que a relação entre trabalho informal e empreendedorismo altera a noção pré-existente de empreendedorismo. Portanto, é necessário compreender como essa disputa de significados se relaciona com o neoliberalismo, impactando as subjetividades e criando novas formas de enfrentamento político e perspectiva dos atores sobre o trabalho. Se aqui o objetivo foi de

resgatar as transformações tanto das análises quanto dos elementos estruturantes do trabalho informal, na próxima seção busca-se justamente adentrar estes novos significados que o conceito de empreendedorismo reverbera.

AS CONCEPÇÕES DE EMPREENDEDORISMO

Atualmente, o empreendedorismo tem um papel destaque como uma possível solução para os problemas de emprego e renda na sociedade brasileira. Há uma ampla convergência - tanto direta quanto indireta - entre grandes veículos de comunicação, instituições educacionais e muitas vezes políticas governamentais, que promovem e incentivam o empreendedorismo. Entretanto, à medida que o conceito se espalha, observa-se uma diversidade nas definições de "empreendedor", o que pode levar a uma certa diluição desta noção.

O ideal de empreendedor sempre esteve enraizado na cultura do trabalho a partir do liberalismo. Max Weber (2005) refletiu sobre o comportamento do trabalhador moderno, destacando que o espírito capitalista moderno é impulsionado por uma racionalidade voltada para a previsibilidade. Weber distingue entre o capitalista aventureiro, que age por ganância sem disciplina, e o capitalista racional, que adota um *ethos* de planejamento e trabalho árduo.

Joseph Schumpeter (1982) destaca o papel da inovação na definição do empreendedor, considerando que suas ações devem gerar novas formas de desenvolvimento econômico. No contexto brasileiro, inspirado pela teoria de Weber, Sérgio Buarque de Holanda combina as características do trabalhador calculista e do aventureiro para definir o empreendedor. Em "Raízes do Brasil" (1995:44), Buarque descreve o empreendedor como alguém que

deve ser tanto metódico quanto flexível, capaz de experimentar mudanças (Colbari, 2007).

Embora o conceito de empreendedor não seja novo, ele assumiu novas formas na sociedade brasileira. Ao longo da expansão capitalista, a definição de empreendedor tem sido idealizada como um indivíduo com habilidades excepcionais (Colbari, 2007). Existe ainda o arquétipo tradicional do empreendedor, intensamente reproduzido em filmes estadunidenses, frequentemente associado ao “self-made man”, geralmente representado por homens dos grupos étnicos dominantes (Colbari, 2007). Contudo, no Brasil, esse arquétipo tem se rearranjado com o aparecimento de conteúdos do empreendedorismo que se destinam a negros e mulheres, como é o caso do afroempreendedorismo e do empreendedorismo feminino, o que reverbera múltiplas formas de opressão e identidade. Vale destacar que esses perfis de grupos de gênero e raça já estão presentes no trabalho informal desde o início, desafiando o arquétipo tradicional do empreendedor do liberalismo clássico, que aparece como persona do trabalho autônomo. Araújo e Lombardi (2013) analisam que de 2001 a 2009, com base nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio/IBGE, o pequeno crescimento registrado no trabalho informal refere-se ao ingresso das mulheres e, particularmente, das negras, mesmo com uma diminuição do trabalho informal em geral em relação a anos anteriores.

Diante da crescente precarização do trabalho nos últimos anos e da ascensão da racionalidade neoliberal, que transforma o Estado em um facilitador da livre concorrência, os projetos voltados para a gestão do emprego e da renda no Brasil têm considerado a interpenetração do empreendedorismo. Como é o caso da criação do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que foi recriado em 2023 e formalizado como lei em 2024 (Lei 14.816/24).

O conceito de sujeito neoliberal é crucial para compreender a nova abordagem do “novo trabalhador”. Dardot e Laval (2016)

empregam esse conceito para ilustrar a transformação do indivíduo no capitalismo neoliberal. O surgimento do sujeito neoliberal (Dardot, Laval, 2007) desafia a noção de que o neoliberalismo desapareceria com uma crise econômica, evidenciando que ele também se configura como uma racionalidade. Esta racionalidade permeia tanto a existência dos governantes quanto a dos governados. A própria concepção da função do estado passa a ser condicionada pelo mercado, e não mais pelo bem comum e a proteção social. Isto faz com que este aparelho entre na dinâmica de concorrência neoliberal, que se generaliza a todas as dimensões da existência (Dardot; Laval, 2007).

A competição é um elemento central na discussão sobre o neoliberalismo, assim como o conceito de liberdade, de modo que este conceito essencial do capitalismo em sua fase liberal, é reverberado no neoliberalismo. Desta forma, como apontam Dardot e Laval (2016), a liberdade neoliberal é derivada da ideia de competição, que, por sua vez, se baseia no conceito de seleção natural, como se pode verificar em teorias de escolas que ajudam a formar o pensamento neoliberal (como a escola Austríaca), apresentando a competição como um princípio de progresso humano. Assim, a competição no mercado está interligada com a noção de luta vital no contexto neoliberal. Se em etapas anteriores do capitalismo a especialização era um motor de desenvolvimento, no neoliberalismo, essa ênfase se traduz na ideia de seleção, onde os menos aptos ou fracos são deixados à própria sorte, como argumentam Dardot e Laval (2016).

SEBRAE: NEOLIBERALISMO, EMPREENDEDORISMO E IDEOLOGIA

A transformação do significado social do empreendedorismo e do próprio conceito de “empreendedor” resulta de uma série

de influências que permeiam a sociedade brasileira. Anteriormente foi discutido como o neoliberalismo molda o empreendedorismo, destacando algumas contribuições para a definição do conceito. Nesta seção, a análise se aprofunda na forma como o fator ideológico se articula com a realidade do empreendedorismo, elencando o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas enquanto uma instituição central para o entendimento desta linguagem no contexto brasileiro.

Neste fluxo, elementos como liberdade, flexibilidade e autonomia costumam estar presentes, seja a partir de cursos, artigos ou pela via da educação. Criado em 5 de julho de 1972, como o CEBRAE (Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa), a instituição foi privatizada em 1990 e renomeada como SEBRAE. Desde então, o SEBRAE tem se expandido significativamente, estabelecendo parcerias com diversos setores, como alimentos, construção civil, economia criativa, moda, petróleo e gás, entre outros. Esta tem promovido uma nova pedagogia que molda o sujeito neoliberal, conforme a análise dos materiais e cursos da instituição. A instituição tem projetado um ideal de trabalhador que valoriza a autonomia. Sua função pode ser traduzida como uma via de reprodução de uma ideologia que se enraíza a partir do neoliberalismo.

Para Gramsci (2007), a ideologia desempenha um papel crucial na organização social, moldando tanto a consciência quanto às ações dos indivíduos. O autor define ideologia como uma “unidade de fé” entre uma visão de mundo e normas de comportamento. Também, é ressaltada a importância da hegemonia, que é reproduzida por instituições como escolas e meios de comunicação, na construção e manutenção de ideologias dominantes. Deste modo, se é o empreendedorismo um subproduto do neoliberalismo, que tem um caráter justificador da formação de um novo trabalhador, perante o desemprego estrutural e a informalidade, o SEBRAE reflete este sentido em sua atuação.

Um exemplo dessa ideologia que é vista em conteúdos do SEBRAE, é a matéria com título “Empreender é um ato de liberdade e de sujeitos sociais” (SEBRAE, 2022) e o artigo “Como conquistar sua liberdade econômica através do empreendedorismo” (SEBRAE, 2022). Ambos os textos reforçam a centralidade da liberdade, que é alcançada por meio do empreendedorismo, refletindo a importância desse conceito arraigado ao empreendedorismo. Ainda, o conteúdo do SEBRAE apresenta contradições ao lidar com questões de opressão e desigualdades relacionadas à raça, gênero e classe: muitos materiais analisados reconhecem que alguns grupos sociais estão sistematicamente imersos em processos de desigualdade social, no entanto, as formas emancipatórias que se pretendem inverter esse quadro, costumam estar inseridas no empoderamento econômico pela via do empreendedorismo.

Nestes conteúdos, se organizam grupos como: o empreendedorismo materno, feminino e afroempreendedorismo. No caso do empreendedorismo materno, por exemplo, ser empreendedor e obter prestígio é apresentado como uma maneira de lidar com a dupla jornada das mulheres, proporcionando flexibilidade entre o trabalho remunerado e as tarefas domésticas. Um artigo de 10 de maio de 2023, intitulado “Empreendedorismo materno: desafios e oportunidades” (SEBRAE, 2023) defende que o empreendedorismo oferece maior controle sobre horários e presença em casa, uma alternativa à discriminação enfrentada por mães no mercado de trabalho. No entanto, não se desenvolve a fundo políticas públicas que visem dar conta de questões de cuidado, amparando esta desigualdade em um debate privado.

A instituição oferece também o programa Sebrae Delas, que apoia o empreendedorismo feminino, reconhecendo as desigualdades de gênero e promovendo o empoderamento das mulheres. O programa não se restringe ao desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também foca em competências socioemocionais, incentivando a liderança e a autoconfiança das empreendedoras. A ênfase

nestas competências socioemocionais pode corresponder a uma dinâmica de generalização da forma empresa, que segundo Dardot e Laval passam a organizar todas as dimensões da vida. Assim, as formas adaptativas deste novo trabalhador não se restringem ao ambiente de trabalho, mas tornam-se uma forma de existência.

Além disso, nesta plataforma, a meritocracia é enfatizada em premiações como o Prêmio Sebrae Mulher de Negócios e no programa “Histórias de Sucesso de Mulheres Empreendedoras”, que destacam mulheres que superaram desafios e se tornaram modelos de inspiração para outras. Essa abordagem ideológica cria uma tensão entre o coletivo e o individual.

Enquanto os conteúdos promovem o empreendedorismo como um ato de liberdade e emancipação coletiva, o foco no crescimento individual e no sucesso financeiro reduz o debate sobre justiça social a uma questão de prosperidade individual. Esse discurso reflete que as soluções para desigualdades estruturais devem ser tratadas como uma questão de sucesso individual no mercado, o que, por sua vez, reforça a lógica neoliberal. Esse foco reflete uma abordagem individualista que coloca a responsabilidade não apenas pelo sucesso pessoal dos trabalhadores, mas também pelo acesso a direitos sociais fundamentais. Promessas de liberdade, autogestão e competição reforçam essa visão.

Além do empreendedorismo como ideologia voltada para o campo do trabalho, isto se estende à educação, campo em que o SEBRAE vem desempenhando um papel importante. A pedagogia empreendedora, que incentiva a auto-gestão e a autonomia dos estudantes, reflete a racionalidade neoliberal, que busca moldar indivíduos capazes de se adaptarem às demandas do mercado. Esta pedagogia pode ser vista por exemplo pela substituição da ênfase em qualificação para competência nos relatórios ligados à educação, que relata o foco na formação de um futuro trabalhador auto regulado e flexível.

Outra influência da educação empreendedora na formação pedagógica da educação básica está contida no documento da UNESCO, em que se elaborou quatro pilares principais para a educação a partir do livro “Educação: Um Tesouro a Descobrir” de 1999, baseado no relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors., sendo eles 1- Aprender a conhecer; 2- Aprender a fazer; 3- Aprender a conviver; 4- Aprender a ser. Estes pilares refletem a substituição antes mencionada, por se tratar de um documento que focaliza na noção de aprendizagem a partir de comportamentos que devem estar compassados com situações de incerteza (Alves, Klaus, Loureiro, 2021). Ainda, há a soma de mais um pilar neste documento, o que foi realizado a partir do Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (PRELAC) em 2004: aprender a empreender. A metodologia já existia e foi implementada junto ao SEBRAE, estando em 86 escolas na Educação Básica do Paraná em 2003. Há também uma série de outras iniciativas do SEBRAE voltadas para a educação. O Centro SEBRAE de Referência em Educação Empreendedora (CER), desenvolve programas que incentivam a cultura empreendedora nas escolas públicas, contribuindo para a formação de indivíduos voltados para o sucesso individual em um ambiente de incertezas econômicas.

Em resumo, a ideologia do empreendedorismo promovida pelo SEBRAE reflete as contradições do neoliberalismo, que ao mesmo tempo em que promete liberdade e autonomia, reforça a individualização e a precarização das condições de trabalho e vida, negligenciando as dimensões coletivas da justiça social. Neste sentido, a investigação deste instrumento sintetiza como a ideologia empreendedora produz e justifica seu poder de catalização dentro destas esferas fundamentais e, mais do que isso, reafirma uma hegemonia (Gramsci, 1977).

Em outras palavras, utilizando principalmente a noção de hegemonia gramsciana, foi possível identificar uma série de valores

promovidos pela educação empreendedora e por estes meios digitais que, enquanto ideologia, pertencem ao campo onde os indivíduos formam sua visão de mundo e tentam representar e garantir os interesses da elite dominante. Além do alcance do empreendedorismo enquanto ideológico, é possível considerar também sua tentativa de difusão na racionalidade tanto das organizações (como o Estado e sua função) como das pessoas, passando o empreendedorismo a uma estruturação socioemocional. O que ainda precisa ser compreendido é como esses elementos ideológicos são recebidos por alguns trabalhadores que trabalham por conta própria, cada um em seu contexto particular, mas com similaridades e divergências dentro da diversidade do trabalho informal. Esta análise será abordada a seguir.

INFORMALIDADE OU EMPREENDEDORISMO: NA RUA, NO DOMICÍLIO E NA PLATAFORMA

Esta seção busca descrever como um grupo de trabalhadores, que se encontram entre a informalidade tradicional e o empreendedorismo “moderno”, percebem essa nova configuração do trabalho. Para isso, foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas entre julho de 2023 e fevereiro de 2024, que exploram uma série de questões sobre as dinâmicas de trabalho para as atividades informais. Estes dados foram aproveitados aqui a partir da pesquisa de dissertação de mestrado que inspirou este trabalho. As entrevistas iniciais ocorreram nos locais de trabalho: a feira da Glória e a Praia do Flamengo, as demais entrevistas foram realizadas por telefone. A forma como os entrevistados foram nomeados neste trabalho corresponde a nomes fictícios, já que se trata de uma entrevista anônima. Questões como empreendedorismo por necessidade versus opção, flexibilidade versus regulamentação, e a relação entre

individualismo e laços familiares, entre outras, foram discutidas nas falas dos entrevistados. Além das entrevistas, foram aplicados questionários socioeconômicos que abordaram aspectos como idade, gênero, estado civil, grau de escolaridade, e renda familiar. Esses questionários foram distribuídos de forma online via WhatsApp.

Foram articulados também as condições dos diferentes ambientes onde as entrevistas ocorreram – em casa, no camelódromo, nas feiras e na praia – e como esses contextos influenciam as condições de trabalho. Embora existam semelhanças entre os trabalhadores informais nesses ambientes, também há uma significativa heterogeneidade nas condições de trabalho e nos lucros obtidos, bem como no que se define pelas dinâmicas de exploração do trabalho. Estas diferenças podem ocorrer por exemplo entre a concepção de nova informalidade e uma informalidade tradicional. Um exemplo, se encontra nos camelôs de tecnologia do chamado Camelódromo da Uruguaiana, local onde foram realizadas duas das entrevistas. Durães (2013) observa que neste lugar há uma simbiose entre as dinâmicas de uma informalidade tradicional (até mesmo por se tratar de um espaço que costuma ser associado a esta forma de atividade) mas com uma roupagem de loja e trabalhadores que geralmente possuem cursos superiores ou qualificação profissional para conserto de celulares. Este estudo reflete a ideia complexa presente nos limites entre a nova informalidade e a informalidade tradicional.

Em síntese, as entrevistas podem ser divididas em três dimensões: os relatos sobre as trajetórias e organização do trabalho destes trabalhadores, as estratégias de trabalho e a identidade profissional. A trajetória e a organização do trabalho destes trabalhadores apontam para uma inserção no mercado de trabalho que se dá de forma precária, sendo que a maioria dos entrevistados passou grande parte da vida sem carteira assinada. A entrada no trabalho informal foi, para muitos, uma necessidade e não uma escolha planejada,

embora alguns tenham seguido tradições familiares. Casos como os de Mauro e Magda (2023), que veem o comércio como um “dom” herdado, exemplificam essa continuidade familiar.

Além disso, o trabalho informal é muitas vezes uma atividade complementar ou transitória, especialmente entre os jovens, como Maria e Igor (2023), entrevistados que equilibram seus empregos com estudos. Para Juliana e Beatriz (2023), o trabalho informal permite conciliar a maternidade com a geração de renda, mas também expõe desigualdades de gênero e estigmas sociais ao colocá-las entre as duas atividades no âmbito de casa.

O depoimento de Mauro destaca a falta de regulamentação no trabalho de motoristas de aplicativos, e como a “flexibilidade” é romantizada, mesmo quando a renda é incerta. Essa instabilidade leva a uma necessidade de gerenciar riscos de maneira racional, conforme argumenta Igor (2023). Os autores Braga e Santana (2020) afirmam que a uberização do trabalho (caracterizada pelo uso dos aplicativos, de entrega e de transporte) se utiliza de um mascaramento entre a relação de empregador empregado os nomeando de “parceiros” (motoristas parceiros ou entregadores parceiros). Este fator expressa uma estratégia linguística para estas empresas se distanciarem de um vínculo de trabalho, o que representa uma forma de responsabilização do trabalhador pelos riscos da atividade (Braga, Santana, 2020).

Se tratando das estratégias de trabalho, que significam os mecanismos que facilitam a execução do trabalho dos entrevistados, categorizando-os em cinco principais: o auxílio das redes sociais e sites, os laços sociais, a extensão das horas de trabalho e as localidades de circulação em relação a eventos com bastante movimentação. A utilização de redes sociais e sites tem se mostrado crucial para os trabalhadores informais, especialmente para aqueles que operam a partir de casa. Laura exemplifica como a ajuda de sua filha

para gerenciar o site de vendas tem sido fundamental para o sucesso de seu negócio. As redes sociais também desempenham um papel significativo, como indicado por Madalena, que participa de grupos no Facebook voltados para o empreendedorismo. Esses grupos facilitam a comunicação e a troca de informações, promovendo vendas e aumentando as oportunidades de negócios.

Os laços sociais, constituem um elemento essencial na dinâmica do trabalho informal em detrimento da individualização incorporada pelo empreendedorismo. Magda e Paulo (2023), por exemplo, dividem suas atividades de trabalho com familiares, o que proporciona uma rede de apoio e colaboração. Madalena (2023) descreve a interação no Camelódromo da Uruguaiana, onde as relações de troca e a convivência estreita entre os trabalhadores criam uma dinâmica quase familiar, permitindo trocas de produtos que passam a circular entre os vendedores.

A extensão das horas de trabalho é uma característica marcante do trabalho informal, frequentemente associada à flexibilidade que o empreendedorismo promete. Luiz (2023), um motorista de aplicativo, revela como a regulamentação de 12 horas pode ser contornada ao “abrir o leque” e utilizar vários aplicativos simultaneamente. Este fenômeno demonstra como a flexibilidade do trabalho informal pode, paradoxalmente, levar a uma jornada de trabalho prolongada. Sadi Dal Rosso (2008) observa na tecnologia um elemento que propicia a extensão da jornada de trabalho, o que ocorre graças também a uma dissolução entre o tempo livre e o tempo de trabalho, complexificando os limites entre os dois.

As localidades onde os trabalhadores informais circulam, como feiras, camelódromos e praias, influenciam suas estratégias de trabalho. Magda, por exemplo, destaca a importância de estar presente em feiras para a venda de seus produtos, enquanto os ambulantes nas praias utilizam também a localização para atrair clientes.

Essas localidades não apenas definem onde os produtos são vendidos, mas também como a interação com o público é gerida.

Para as questões que se referem a identidade profissional, parte-se da ideia que trabalho informal tem se tornado cada vez mais diversificado, refletindo uma gama de atividades que evolui com o desenvolvimento da nova informalidade, como foi citado nesta pesquisa. Esta transformação trouxe algumas disputas linguísticas no campo do trabalho, afetando a forma como os trabalhadores se veem e se identificam com suas atividades. As entrevistas revelaram uma mudança na concepção de empreendedorismo, que agora se divide entre duas visões: o empreendedor como proprietário de um negócio “maior” e o empreendedor como “empresário de si” (Costa, 2022) focado na autonomia e na responsabilidade individual sobre um produto. Esta distinção destaca uma mudança do foco material (em relação ao meio de produção) para a dinâmica comportamental e a inovação.

Contrário à ideia tradicional de informalidade, associada a baixa escolaridade e desqualificação e uso de poucos recursos materiais, físicos ou financeiros, sem separação entre capital e trabalho (Durães, 2020), os trabalhadores informais estão apresentando um perfil mais qualificado e com anos de escolaridade mais elevados, de modo que a maioria apresentou ensino superior incompleto. Essa mudança também reflete uma reavaliação do conceito de empreendedor, que para alguns entrevistados, ainda está associado a um grande negócio, enquanto outros o veem como um esforço individual que não necessariamente requer grandes investimentos financeiros, mas se pauta na possibilidade de inovar, ser criativo e qualificado, evidenciando um prisma mais comportamental.

Além disso, foi possível notar nestes depoimentos a intensificação da informalidade em função da pandemia de Covid-19, forçando muitos trabalhadores a adotar essa forma de trabalho por necessidade. Ronaldo e Nelson (2023) são exemplos de

trabalhadores que, devido à crise, passaram do emprego formal para o trabalho informal.

Por fim, a popularização do empreendedorismo no Brasil é vista por alguns como uma necessidade diante da crise econômica, enquanto outros percebem isso como uma forma de dignificar e legitimar atividades que, por outro prisma, seriam vistas enquanto informais, termo que carrega uma significação social atrelada a exclusão e a vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido, é possível considerar que o empreendedorismo se torna um instrumento relevante para gerenciar e justificar o desemprego, visando à redução de gastos públicos e a promoção desta forma de ganhar a vida como solução para a precarização do trabalho. Iniciativas como o Empreende Brasil, o Ministério do Empreendedorismo da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e programas como o Crédito Brasil Empreendedor reforçam a existência de uma ideologia neoliberal, promovendo o empreendedorismo como esta estratégia que tem emergido no debate sobre as políticas públicas. Neste sentido, o SEBRAE atua como mecanismo justificador do desemprego ao mesmo tempo que opera a partir de uma lógica muitas vezes de empoderamento destes trabalhadores, fomentando o conteúdo do empreendedorismo.

A interação entre empreendedorismo e trabalho informal revela uma disputa hegemônica e linguística. O neoliberalismo de cima para baixo utiliza o empreendedorismo como mecanismo ideológico para conformar a precarização do trabalho. Por outro lado, o trabalho informal se adapta à realidade da precarização, revelando contradições entre a flexibilidade promovida pelo neoliberalismo

e as condições do tempo de trabalho. A análise do significado de empreendedorismo nos meios midiáticos e documentos pedagógicos mostra sua assimilação à racionalidade neoliberal, associada à liberdade e autonomia.

A flexibilidade do trabalho autônomo, apresentada pelos conteúdos ligados ao empreendedorismo, foi examinada através das rotinas destes trabalhadores. Este atributo pode ser desmistificado por não se tratar de uma condição onde os sujeitos trabalham o quanto (e quando) desejam, incorporando valores de liberdade, mas um cenário em que se estende ao máximo as horas de trabalho, muitas vezes em âmbito caseiro, âmbito onde a divisão entre lazer e trabalho torna-se mais indefinida.

A discussão aqui apresentada também revela a mudança na concepção de empreendedor: entre o proprietário e o empresário de si mesmo. Nesta transmutação, valores do trabalho ligados ao liberalismo clássico como disciplina, liberdade e autonomia, são mantidos, mas insurgem outros valores que guiam o comportamento do que é ser este "empreendedor." A flexibilidade, como característica do trabalho informal, e a autonomia são elementos centrais nesta nova cultura do trabalho, refletida nas práticas cotidianas e moldando a vida dos trabalhadores informais.

Finalmente, a análise sugere que o mundo do trabalho informal tem sido reexaminado e reconfigurado em seus significados. O empreendedorismo se torna um pilar do neoliberalismo, enquanto as contradições e resistências permanecem presentes, refletindo a pluralidade de condições laborais e os desafios existentes no desemprego estrutural. Diante disso, é possível considerar que o empreendedorismo tem moldado às expectativas e práticas no contexto da informalidade. Portanto, o incentivo à opção de empreender é um significado relevante para o entendimento do mundo laboral além da fábrica, e vem se edificando enquanto um objeto que influencia as formas e possibilidades de ação coletiva.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2006.

ARAÚJO, Angela; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, 2013.

BRASIL. Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte — portal oficial**. Disponível em: <https://www.gov.br/memp/pt-br>. Acesso em: 17 dez. 2025.

CACCIAMALI, M. C. (Pré-)conceito sobre o setor informal: reflexões parciais, embora instigantes. **Econômica**, v. 9, 2007.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLBARI, Antônia de Lourdes. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. **SINAIS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Vitória: CCHN/UFES, edição especial, n. 1, v. 1, p. 75–111, abr. 2007.

COSTA, Henrique Bosso da. **Um lugar ao sol**: utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURÃES, Bruno. **Camelôs globais ou da tecnologia**: novos proletários da acumulação. Salvador: EDUFBA, 2013.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça; DO AMARAL, Márcio Ferreira. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, v. 17, n. 41, 2006.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LIMA, Jacob; SOARES, Márcio. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, n. 37, p. 163–180, jul./dez. 2002.

MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Movimento Unido dos Camelôs**. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/>. Acesso em: 12 set. 2024.

NEVES, Isabela de Carvalho. **Todo mundo quer ser empreendedor de si mesmo?: informalidades plurais na era da flexibilidade**. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, out. 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista; O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PRELAC – Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe. Uma trajetória para a educação para todos: panorama socioeducacional. **Revista PRELAC**, ano 1, n. 0, ago. 2004. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/search/756e466a-359e-430a-83be-cbfd1fce691a>.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista da USP**, São Paulo, n. 18, jul./ago. 1991.

SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo; FRAGA, Alexandre Barbosa. Forças sociais do trabalho e a nova desertificação neoliberal no Brasil. In: SANTANA, Marco Aurélio; ANTUNES, Ricardo; FRAGA, Alexandre Barbosa (org.). **Trabalho, regressão de direitos e serviço social**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

SANTANA, Marco Aurélio; BRAGA, Ruy. #BrequeDosApps: enfrentando o uberismo. **Blog da Boitempo**, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedosapps-enfrentando-o-uberismo/>. Acesso em: 12 set. 2024.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE. **Como conquistar a sua liberdade através do empreendedorismo**. Sebrae PR, 16 nov. 2022. Disponível em: <https://sebraepr.com.br/comunidade/artigo/como-conquistar-a-sua-liberdade-atraves-do-empreendedorismo-2>. Acesso em: 12 set. 2024.

SEBRAE. **Empreender é um ato de liberdade e de sujeitos sociais**. Portal Sebrae, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/empreender-e-um-ato-de-liberdade-e-de-sujeitos-sociais>. Acesso em: 12 set. 2024.

SEBRAE. **Empreendedorismo feminino**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/empreendedorismofeminino>. Acesso em: 12 set. 2024.

SEBRAE. **Mulheres em foco**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/mulheres-em-foco>. Acesso em: 12 set. 2024.

SEBRAE-SC. Empreendedorismo materno: desafios e oportunidades. **Sebrae SC**, 10 maio 2023. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/empreendedorismo-materno-desafios-e-oportunidades>. Acesso em: 12 set. 2024.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2005.



5

Lethícia Sthefany Ferreira de Oliveira

RELAÇÕES DE TRABALHO EM DISPUTA:

A INTRODUÇÃO DE UM NOVO *HABITUS*
DO TRABALHO EM GOIANA-PE

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto o Polo Automotivo *Stellantis*¹, localizado no município de Goiana, na Zona da Mata Norte de Pernambuco. A implantação da fábrica ocorreu no ano de 2012 e, desde então, tem despertado a curiosidade devido à escolha da região, tendo em vista a ausência da indústria de veículos no estado e as características socioeconômicas do território.

Localizado a 60 km da capital pernambucana, Recife, a cidade de Goiana cresceu à sombra dos canaviais e atravessado por rios, mangues e marés. Durante grande parte da sua trajetória, a região se destacou pelo seu potencial agrário. Seja na produção agrária do açúcar e do álcool, primeiro nos engenhos, ainda durante o período colonial, e depois com as usinas, ou da produção extrativista da pesca artesanal, a cidade nunca teve grande potencial industrial, ao menos, não até a chegada do Polo.

Um município relativamente afastado do centro urbano, de tradição agrária, qual atrativo poderia oferecer a uma montadora de veículos? Para Bubbico (2021), essas exatas características foram as responsáveis por despertar o interesse do Grupo Fiat, isto é, um território com abundante mão de obra, sem tradição industrial, logo, sem cultura sindical.

Diante desse cenário, a chegada da Jeep exigiu a readequação de todo o sistema produtivo, econômico e social da cidade. Para o *Supplier Park* do Polo foram necessários investimentos para estruturação física da fábrica, mas também investimentos de formação

1 Quanto às referências ao nome da fábrica, há um esclarecimento a ser feito. A abertura da nova filial em Goiana foi anunciada em 2011 pela Fiat. Anos mais tarde, em 2014, a empresa comprou o Grupo Chrysler, passando a se chamar Grupo Fiat-Chrysler Automobiles. No ato de inauguração, a subsidiária de Goiana recebeu em sua fachada o nome Jeep, marca que viria a ser produzida ali. Todavia, em 2019, a FCA foi vendida para o Grupo PSA, tornando-se o Grupo *Stellantis*.

de aptidões profissionais e simbólicos dos operários e operárias que viriam a integrar os postos de trabalho.

Para tanto, a montadora tem investido na introdução de um novo *habitus de trabalho*, que partilhe dos ditames e interesses na natureza do trabalho capitalista, isto é, mais flexível, multitarefa e individualizado. Em vistas do trabalho anteriormente desempenhado no território, a mudança desses *habitus* têm produzido consequências em diferentes ordens, dentro e fora do ambiente laboral.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo analisar o processo de introdução desse novo *habitus de trabalho*, possível de ser pensada após a instalação da fábrica de veículos automotivos da Jeep, quais as suas características e como estes tem sido visto pelos trabalhadores.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, com entrevistas em profundidade conduzidas com cinco trabalhadoras e trabalhadores do polo industrial, sendo três homens e duas mulheres, empregados da montadora e de empresas sistemistas.² Os entrevistados atuam, respectivamente, na Stellantis, Stefanini, Magneti Marelli, Stellantis e PCMA. Além disso, utilizamos a análise de trajetórias de Pierre Bourdieu, na qual os agentes foram convidados a rememorar suas experiências por meio de questões relacionadas às suas instâncias de socialização³. A partir do material coletado, aliado ao levantamento bibliográfico sobre o tema, foi possível compreender como as relações de trabalho estabelecidas dentro da fábrica repercutem nas dinâmicas socioculturais locais, além de captar as perspectivas desses trabalhadores em relação a essas transformações.

2 Para garantir a segurança e o anonimato dos participantes, utilizou-se a nomenclatura "E" seguida da ordem de entrevista (E1, E2, E3, E4 e E5). As entrevistas ocorreram entre 2022 e 2023, realizadas via a plataforma on-line Google Meet, com o apoio de um gravador.

3 As entrevistas foram trabalhadas nos seguintes blocos de socialização: educação, trabalho, político e cultural.

A SAGA DA FIAT E A ESCOLHA POR GOIANA

A vinda do Polo Automobilístico para Pernambuco esteve imersa em uma longa trama de acontecimentos e expectativas. De um lado, a abertura da fábrica em Goiana surgia como um passo essencial para a consolidação do Grupo Fiat na América Latina; do outro, o governo do Estado, sob a liderança de Eduardo Campos (PSB), esperava que a instalação da montadora atraísse múltiplos investimentos para a região.

A fábrica da Jeep foi diretamente beneficiada pela reestruturação produtiva e financeira de Pernambuco, bem como do país, em curso desde o início dos anos 2000. O alvo era a melhora do poder de consumo brasileiro, cuja repercussão no mercado consumidor pernambucano foi intensa, o que estimulou a instalação de indústrias no Estado. “Mirando essa fatia de mercado, a FCA decidiu que a marca de luxo Renegade, da Jeep, seria o principal produto da nova fábrica” (Ladosky; Cortes; Chaves, 2017, p. 11). O clima de retomada econômica possibilitou ao Grupo Fiat bons benefícios fiscais, advindos de acordos com diferentes instâncias de governo.

Junto ao governo federal, a Fiat usufruiu da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), conquistada pelo grupo após a compra da fábrica de chicotes TCA⁴, localizada em Jaboatão dos Guararapes. Além disso, a TCA também dispunha de benefícios fiscais provenientes do Programa de Desenvolvimento do Setor Automotivo do Estado de Pernambuco (ProdeAuto), os quais foram incorporados pela montadora.

4 Por coincidência histórica, o terreno da fábrica da TCA no passado abrigou, entre 1966 a 1981, uma sessão de montagem do Jeep Willys, veículo projetado para o exército americano no início dos anos 1940 pela Willys-Overland que deu origem à marca icônica, incorporada pelo Grupo Chrysler em 1987 (*Automotive Business*, 2015, p. 10).

As possibilidades de investimentos e financiamentos foram decisivas para a instalação da Fiat em Pernambuco. Contudo, para a escolha de Goiana, especificamente, duas questões foram relevantes. Em primeiro lugar, o espaço para o Polo. Inicialmente, cogitou-se a possibilidade de instalar a nova filial no Cabo de Santo Agostinho, localizado no litoral sul do estado; entretanto, o terreno disponível foi considerado pequeno. Foi então que Goiana surgiu como a nova casa da montadora, após o governo estadual doar um terreno de 14 milhões de metros quadrados no município. O segundo ponto relevante para a escolha da Fiat pelo território goianense foi a possibilidade de construção de uma fábrica inteiramente nova em um território *greenfield*, com menor potencial de conflito devido à pouca experiência industrial e à escassa organização sindical local (Ladosky; Cortes; Cháves, 2017, p. 11).

O interesse por territórios com as características de Goiana não é novidade na trajetória do Grupo Fiat. Os acontecimentos em torno da implantação da fábrica em Goiana são muito similares ao empreendimento de Melfi, no sul da Itália, nos primeiros anos da década de 1990. Em ambos os casos, salvo diferenças entre o Nordeste do Brasil e o Sul da Itália, observa-se a escolha de áreas afastadas, sem tradição industrial e sindical, com grande “disponibilidade de mão de obra ociosa devido ao desemprego crônico” (Bubbico, 2021, p. 31).

No caso da Itália, “foram as condições sociopolíticas que ensejaram a migração das fábricas da Fiat do norte da Itália em direção ao sul” (Oliveira, 2024, p. 36). Insatisfeitos com os conflitos trabalhistas nas fábricas do Norte na década de 1960, “e as consequentes conquistas laborais dos trabalhadores das fábricas da Fiat no norte da Itália, somados aos incentivos governamentais para incrementar a industrialização do sul do país” (Bubbico, 2021, p. 30), a Fiat decidiu pelo deslocamento.

Chamada de SATA – Sociedade Automobilística de Tecnologia Avançada, a unidade de Melfi abrigava, já naqueles tempos, cerca de

“7.000 funcionários, em um ciclo de produção de 18 turnos semanais, de segunda-feira a sábado” (Bubbico, 2021, p. 40). Objetivamente estruturada para garantir o máximo de controle, a região escolhida permitia ao grupo a contratação de pessoas “suficientemente qualificadas para desempenhar os novos padrões de produção, mas que desfrutavam da falta de oportunidades de emprego, logo, tinham disponibilidade para aceitar condições de trabalho, no mínimo questionáveis” (Oliveira, 2024, p. 36).

A classe operária construída pela Fiat em Melfi tinha um perfil bem definido. Os trabalhadores e as trabalhadoras eram jovens, com a idade máxima de 32 anos. Também eram consideradas “as características socioemocionais dos candidatos, não apenas as profissionais. Lealdade, atitude cooperativa, capacidade de interação e absorção do estresse eram algumas das habilidades requeridas pela empresa”, destacam Camuffo e Volpato (1995, p. 808). “Esperava-se que o engajamento comportamental diminuísse, ou mesmo acabasse, os atritos dos trabalhadores contra as práticas da empresa a partir da criação de novas culturas e valores de trabalho” (Oliveira, 2024, p. 37).

As atenções voltadas para a formação da classe operária pela montadora evidenciam o caráter subjetivo da reestruturação produtiva. Não basta erguer um novo polo de produção, é preciso garantir que o corpo de funcionários esteja suficientemente inserido nos ditames da empresa. Por essa razão, o grupo de jovens trabalhadores, sem tradição industrial, é tão desejado. Estes são mais facilmente atraídos pelas relações de trabalho da fábrica, que se destaca como novidade diante de uma realidade social tão desigual, onde as oportunidades de trabalho são limitadas, precárias e mal remuneradas.

O recrutamento dos mais jovens para a ocupação de postos de trabalho figura como uma primeira medida nesta estratégia de mobilização da classe trabalhadora. Para engajá-los em um novo *habitus de trabalho*, mais condescendente aos modos capitalistas de produção, é preciso criar um reconhecimento destes com a montadora.

Os valores da cultura organizacional da fábrica, seus substratos de crenças, “são difundidos entre os operários de forma a produzir novas disposições, práticas e representações, ligadas à experiência de trabalho, mas que também são transponíveis, já que têm efeitos sobre outras esferas de experiência social” (Rombaldi, 2007, p. 47).

É a partir da integração do corpo de trabalhadores que a montadora garante o controle sobre as dinâmicas sociais. O grupo tem plena consciência de que os investimentos na montagem do polo não seriam suficientes sem o engajamento ativo da força de trabalho local, pois “não existe especialização flexível sem a presença de fortes vínculos extraeconômicos unindo firmas, trabalhadores, consumidores, poder local e sociedade civil” (Roese, 2013, p. 26).

Na experiência de Goiana, a montadora tem se aproximado da população local reforçando “que esse investimento é o único que pode resgatar econômica e socialmente uma área de baixos salários e alta desocupação” (Bubbico, 2021, p. 28), aproveitando-se do contexto histórico e social do território, tal como fez em Melfi. A forte presença da agroindústria sucroalcooleira e da pesca artesanal, cujo surgimento remonta ao período colonial, legou à região um panorama social precário e bastante desigual, conforme apontado por Oliveira (2017, p. 36):

Na cidade de Goiana ainda está na memória das pessoas e nos registros históricos um tempo de apogeu econômico vivido no Brasil Colônia: de um lado, os donos de engenhos Banguês e depois das usinas do açúcar e suas famílias patriarcais, são as classes abastadas do território, além de uma classe intermediária de comerciantes e funcionários públicos, e, por outro lado, uma grande massa de escravos africanos e índios, que mais tarde tornar-se-ão os párias esquecidos nas comunidades rurais, a mão de obra das usinas de cana-de-açúcar, os pescadores e marisqueiras, com predomínio da população negra, como nas comunidades pesquisas de São Lourenço e Tejucupapo.

Assim, a “fábrica mais moderna do mundo”, como ficou conhecido o Polo Automobilístico Jeep, nasceu com a promessa de desenvolver a cidade em termos econômicos, sociais e culturais. Para tal empreitada, percebe-se a realização de dois movimentos: em uma frente, o grupo tem retomado alguns elementos sociais da cidade, visando tornar-se parte da “família”; e, por outro lado, tem alimentado o estigma de atraso que recai sobre as atividades laborais locais.

Esse estigma, no entanto, deriva de uma noção limitada acerca da relevância do trabalho, a saber, a pesca artesanal e a agroindústria sucroalcooleira, para a estruturação da sociedade, posto que a contribuição dessas atividades está além da sua capacidade de geração de valor econômico. O do trabalho e as relações de trabalho produzem elementos materiais e simbólicos, disseminando técnicas, métodos, crenças, representações, costumes, sabores, saberes, conceitos éticos e morais. Elas sedimentaram em Goiana dinâmicas que, a partir do mundo do trabalho, se complexificaram em outras esferas da socialização.

No território de Goiana, é possível encontrar elementos construídos mundo do trabalho sucroalcooleiro e da pesca artesanal em diferentes instâncias de sociabilidade, como na cultura, na família, na educação e na organização política.

ANTIGAS RELAÇÕES DE TRABALHO: A PESCA ARTESANAL E A AGROINDÚSTRIA DA CANA EM GOIANA

Apesar de conhecida pela tradição de cultivo e produção da cana-de-açúcar, a história de Goiana, bem como suas relações sociais, não pode ser contada sem a presença e a devida relevância

da pesca artesanal. Estas, como veremos, se entrelaçam para a constituição do território.

Tanto a pesca artesanal quanto os engenhos na região foram beneficiados por fatores geográficos.

A Zona da Mata pernambucana oferecia condições propícias ao desenvolvimento da cultura da cana; o seu clima tropical, com chuvas distribuídas em duas estações [...] permitindo que se fizesse o plantio da cana na estação chuvosa e a colheita se efetuasse no estio (Freyre, 2013, p. 12).

As condições territoriais foram decisivas para o desenvolvimento da região, como fica claro na passagem de Andrade (1999, p. 103):

[...] formada por duas povoações, a de São Lourenço com duas igrejas, a Matriz de São Lourenço e a do Rosário dos Pretos, situada nas proximidades da costa, e a outra a cerca de nove quilômetros, onde foi construída a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos. Possuía cerca de seis engenhos de açúcar a tração animal, e grandes plantações de mandioca e de tabaco que eram exportados para o Recife e para os sertões do norte, em sumacas que entravam pela barra dos Marcos - canal de Santa Cruz - e subiam o rio Jaguaribe; era rica em pescado e dispunha de grandes coqueirais, muitas frutíferas e expressiva criação de gado bovino. A freguesia possuía nove capelas filiais, seiscentos e sete fogos e cerca de duas mil e seiscentos e trinta e seis pessoas de desobriga.

A atividade pesqueira foi de suma importância para o desenvolvimento dos engenhos. Os senhores de engenho dependiam dos ecossistemas da pesca,

dos peixes, dos caranguejos, dos pitus, dos camarões, dos siris, que a dona de casa mandava os moleques apanhar pelos mangues, pela água, pelos arrecifes. Esses pescadores a serviço da casa patriarcal tornaram-se jagadeiros iguais aos caboclos; tão peritos quanto eles no

traquejo das jangadas, das canoas e da rede de tucum (....) o negro que a princípio só trabalhou no verde-mar dos canaviais depois tornou-se também operário do mar (Freyre, 2013, p. 60).

Assim, mesmo se tratando de naturezas do trabalho em domínios diferentes, tanto a pesca artesanal quanto o trabalho nos engenhos, e posteriormente nas usinas, refletem seus valores, práticas e sentidos de vida na natureza do trabalho uma da outra.

Em sua particularidade, a pesca artesanal pode ser caracterizada pelo uso de tecnologias simples e de baixo custo, com técnicas ancestrais e construídas coletivamente, segundo Targino (2012), e envolve um conjunto de valores construídos ao longo de anos em contato com os ecossistemas, o chamado saber-fazer. "É marcada por constantes relações simbólicas e econômicas com a terra, o mar e seus ciclos, sendo construída nas práticas de uso de ambientes costeiros e marinhos" (Diegues, 2004 *apud* Targino, 2012, p. 131).

Em pesquisa realizada na Reserva Extrativista Acaú-PE/Goiana-PE, Targino (2012) observou o desenvolvimento da atividade pesqueira entre homens e mulheres de diferentes idades⁵. Segundo a pesquisadora, a pesca artesanal é uma das principais atividades econômicas desempenhadas pelas famílias da reserva, cujo ofício foi passado através das gerações familiares. De acordo com Ramalho (2015), é a partir do elo familiar que a pesca artesanal se recria, sendo, portanto, uma dimensão fundamental nesse tipo de atividade produtiva. É entre os familiares que se adquire o conhecimento de quando "se olha, se escuta, faz e repete o que ensinam, dizem e executam os mais velhos, os mestres da pesca" (Ramalho, 2015, p. 57).

5 Entre as comunidades pesqueiras do território de Goiana, os tipos de pescados mais comuns são os peixes, a pesca de lagosta, catação ou coleta de marisco, moluscos ou crustáceos, como o caranguejo, e a pesca de camarão, segundo dados da UFPB e IBAMA (2006, p. 18 *apud* Targino 2012, p. 140). Entre as mulheres, prevalece a catação dos mariscos, enquanto entre os homens, a pesca do peixe, segundo Targino (2012, p. 140).

Nessa lógica de trabalho, a cooperação surge como uma forma de dar cabo da continuidade das linhagens familiares e da cultura do trabalho. Para Ramalho (2012), a cooperação entre os indivíduos é uma norma a ser respeitada.

Essa forma de cooperação simples funciona como uma norma, um código de honra que deve ser respeitado e nunca infringido; o respeito ao trabalho e seu saber-fazer não deve ceder lugar à exploração entre os próprios pescadores artesanais, pelo mestre ou qualquer um deles que detenha a posse do barco e das armadilhas (Ramalho, 2012, p. 15).

A cooperação entre os trabalhadores lhes serve ainda como instrumento de resistência contra as investidas do mercado privado sobre seu meio de vida.

Esse sentimento de corporação, presente nos costumes possibilita, dentre outros aspectos, forte resistência à proletarianização, que significaria a perda de autonomia e poria em xeque a força da cultura artesanal pesqueira, pois a ideia de liberdade dos pescadores nasce, em suas representações, vinculados à noção de arte da pesca e das suas objetivações (Ramalho, 2012, p. 15).

A rotina de trabalho é ditada pelo tempo dos mares e das marés, que, de tão inconstantes, corporificam nos homens e mulheres verdadeiros sentidos e práticas, construídas ao longo de suas trajetórias de trabalho e que são próprias da ecologia marinha. Tão diferentes de outros circuitos produtivos, revelando um campo de trabalho mais aberto à autonomia no desenvolvimento de novas subjetividades e objetividades. Ramalho (2017) destaca que isso se deve ao fato de que o trabalho artesanal da pesca é feito diretamente pelos pescadores, "que possuem seus próprios meios de produção (barcos, armadilhas, saber-fazer, águas de acesso livre), não se sujeitando às amarras plenas e absolutas do capital" (Ramalho, 2017, p. 130). Isso não significa uma liberdade irrestrita frente ao capital, mas uma autonomia possível.

A natureza do trabalho nesse tipo de ofício contrasta com o trabalho nos engenhos e nas usinas. Hoje, em Goiana, predominam as usinas. O trabalho nas usinas é marcado pela dualidade entre o trabalho rural e industrial para os trabalhadores que atuam dentro da fábrica e das oficinas. *Os operários do açúcar* (Lopes, 1978) encontram-se sobrepujados, sendo “operários por excelência, destituídos dos meios de produção, do controle do processo de produção” (Lopes, 1978, p. 8), ao mesmo tempo em que convivem com os dilemas do trabalho rural.

Os trabalhadores das usinas estão divididos entre aqueles que plantam e colhem a cana, mais ligados à rotina de trabalho rural, e entre os trabalhadores que desempenham funções dentro das fábricas, seja na produção de açúcar e álcool, ou na manutenção do maquinário. José Sérgio Leite Lopes (1978), em pesquisa na Usina Catende, no município de Catende – Pernambuco, encontrou a seguinte distinção entre os operários do açúcar: profissionais, artistas e serventes. “O caráter específico dessas categorias não se encontra no nível da terminologia, mas sim no nível do significado que elas adquirem no contexto da usina, em particular o seu caráter de ‘reinterpretação criativa’ por parte dos operários” (Lopes, 1978, p. 23).

Essa ‘reinterpretação criativa’ dos trabalhadores lhes permite socializar e desenvolver laços sociais entre si. Por mais distintos e opostos que possam parecer em suas obrigações laborais, atribuir sentido ao trabalho, mesmo que de forma limitada, permite aos trabalhadores a criação, por meio da socialização no ambiente de trabalho, de relações solidárias que serão transportadas para outras instâncias da vida social, como as atividades de lazer, as atividades familiares, entre outras.

É de suma relevância ter em vista a contribuição das atividades citadas para a formação do território em questão, o município de Goiana. Elas formaram os trabalhadores locais, em termos de desenvolvimento corporificado das práticas e habilidades de trabalho,

bem como das formas de se relacionar com o próprio processo de trabalho. E, tendo em vista esta complexa teia de relações na qual o município esteve imerso por anos, é de se imaginar que a introdução de um novo circuito produtivo, como foi o caso da chegada da Jeep, provoque distintas reações entre o operariado local. A mudança no espaço de trabalho é mais do que uma simples transferência: “constitui uma forma de desenraizamento ligada à perda de pontos de referência familiares (visuais, corporais) que haviam permitido a apropriação local do trabalho” (Beaud; Pialoux, 2009, p. 54).

Assim, as razões que levaram à escolha do território pela montadora precisam ser tratadas como pontos de destaque. Esta, como vimos, não foi feita ao acaso. As características socioeconômicas da região foram determinantes para a instalação da fábrica na região, que atraída pela possibilidade de estruturação da classe de trabalhadores e trabalhadoras, com características que atendesse aos seus ditames, realizou um dos maiores investimentos já praticados em Pernambuco – sendo R\$ 7 bilhões iniciais. Ainda assim, as novas práticas de trabalho ensejadas pela Jeep encontraram resistências frente ao enraizamento dos *habitus de trabalho* locais.

UMA NOVA CULTURA DO TRABALHO?

NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES PRODUTIVAS DA JEEP

A experiência de trabalho na Jeep não foge à regra das praticadas em outras indústrias de grande porte. A rotina de trabalho na fábrica mescla características tayloristas, fordistas e toyotistas, representando uma grande mudança nos *habitus de trabalho* tendo em vista aos anteriormente praticados na região. Quanto às mudanças na esfera do trabalho, afirmou a *Automotive Business* em 2015 (p. 20):

O início da operação do Polo Automotivo Jeep na Zona da Mata Norte de Pernambuco, inaugurado em abril na pequena Goiana, substitui a monocultura agrária da cana-de-açúcar – primeira grande riqueza brasileira que começou a ser explorada na região ainda no século 16 – pela sofisticação tecnológica da indústria de transformação do século 21, onde entram chapas de aço de um lado e saem automóveis de alto valor agregado de outro, não sem antes passar por 700 robôs de última geração e pelas mãos bem treinadas de mais de 2 mil trabalhadores, muitos deles ex-lavradores. Eles poderão somar 3,8 mil quando a planta atingir a capacidade plena de 250 mil veículos/ano.

Tendo em vista o trabalho praticado no território, a rotina na produção de automóveis representou uma transformação drástica. O Polo funciona com jornadas de trabalho de 8 horas, com os operários produzindo em três turnos. A classificação do trabalho também varia, com um conjunto de trabalhadores empregado diretamente pela montadora, em torno de 3.000, e os terceirizados, divididos entre o trabalho na produção dos componentes – junto às empresas sistemistas – e o setor de serviços – manutenção, alimentação, segurança etc.

Em 2015, ano de inauguração da fábrica, o *Supplier Park* da Jeep já era responsável por produzir 40% dos componentes, “especialmente as peças maiores e mais difíceis de transportar, como painel, chaparia e bancos” (Kutney, 2015, p. 18). Os demais itens eram até então, transportados do Sudeste para a fábrica. Entretanto, destaca-se os frequentes investimentos anunciados pela direção, com o objetivo de construir a maior autonomia possível para o Polo pernambucano.

Uma verdadeira nave espacial aportada em meio ao canavial, a fábrica de veículos da Jeep destaca-se como um case de sucesso tecnológico. A montagem dos veículos congrega o trabalho humano e de máquinas, a exemplo da soldagem e da pintura dos automóveis, etapas com grande participação de robôs. A soldagem é onde “todo

o “esqueleto” principal do carro (assoalho e laterais) é unido e armado por 18 robôs que executam perto de 150 pontos de solda em apenas um minuto e meio” (Kutney, 2015, p. 22). Em seguida, o carro é transferido para a pintura, na qual recebem “dois banhos de imersão (limpeza e cataforese anticorrosão), selagem de frestas, além de pintura e aplicação de verniz totalmente automatizadas, executadas por 48 robôs” (Kutney, 2015, p. 22).

A Jeep espera dos funcionários uma intensa rotina de qualidade na checagem dos veículos. “Todas as ocorrências durante a montagem são registradas em um monitor com tela sensível ao toque instalado em cada estação, que alimenta o sistema central e avisa as estações responsáveis sobre possíveis problemas a resolver” (Kutney, 2015, p. 22). Ao final, todos os automóveis são reavaliados e testados.

A intensidade da rotina de trabalho cobra seu preço dos operários e das operárias, que são frequentemente pressionados a entregar números em tempos cada vez menores. Abaixo, alguns apontamentos dos trabalhadores sobre o assunto:

A cobrança, né, todo dia. Se a linha parava, por qualquer coisa, não queriam nem saber porque era. Começavam a gritar para soltar. Supervisor ia lá, supervisor quando vê que a linha tava parada ele liga para o team leader, pro team leader resolver lá com a gente. É sempre assim essa cobrança (E1, 2022).

Uma vez eu fui dar um suporte a um gerente e ele abriu um programa lá e ficou me explicando que era um programa que ele conseguia de qualquer lugar do Brasil ver a planta da fábrica, ele via o status de produção, de cada linha. E ele podia não só ver a produtividade, mas os sensores dos equipamentos funcionando. Então se a máquina abre e fecha alguma coisa, ele sabia se estava aberta pelo sensor se estava aberta ou fechada. Então ele conseguia ver toda a produção, de qualquer lugar do mundo, pelo computador dele com o programa (E2, 2023).

A inserção dessa dinâmica produtiva tem produzido desgastes entre os trabalhadores e as trabalhadoras, que se queixam da intensa rotina de trabalho. O trabalho nas células é um ponto comum nas avaliações negativas do operariado, pois a montagem dos grupos é feita pela gestão, com o auxílio dos *team leaders*, desconsiderando a vontade e a aptidão dos empregados, como ficou claro na fala do entrevistado E1 (2022): “Também, porque tinha um lá que ele não queria sair da operação que ele entrou, desde que ele entrou só ficou em uma. Aí ele tinha problema quando alguém ia para a dele, que ele tinha que sair, ele achava ruim isso. [risos]”.

Outro caso emblemático de queixas na divisão das atividades foi encontrado por Valéria Oliveira (2017), em pesquisa junto às marisqueiras contratadas pela *Lear Corporation*, empresa responsável pela fabricação dos bancos dos veículos da Jeep⁶. A pesquisa de Oliveira (2017) revelou o descontentamento dessas trabalhadoras quanto à organização do trabalho na Lear, resultando, em casos extremos, na saída voluntária de algumas operárias, o que demonstra como a transferência de um sistema de trabalho para outro pode representar rupturas significativas na vida desses indivíduos.

Portanto, o trabalho nas células de produção na fábrica da Lear em Goiana tem exigido das costureiras especialização e a rapidez da fábrica em moldes fordista associada a flexibilidade de atender múltiplas demandas de produtos diferenciados, com uma qualidade superior, a partir das exigências requeridas pela fábrica líder. As mulheres das comunidades pesqueiras de Goiana, ao se inserirem nas indústrias do Grupo Jeep/Fiat/Chrysler em Goiana, experimentaram mudanças nas relações de trabalho e na vida familiar, com modificações nas temporalidades tradicionais (Oliveira, 2017, p. 160).

6 Segundo Oliveira (2017, p. 157), a Lear Corporation “capacitou trinta e nove mulheres e somente um homem para a fábrica de Goiana. O processo de qualificação foi uma parceria com o Governo do Estado, através da Secretária de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo (STQE) e a Secretária da Mulher (SecMulher-PE)”. A capacitação também contou com o apoio do Município de Goiana, através da Agência de Desenvolvimento e do SENAI.

Em grande medida, a recusa ao processo de trabalho na *Lear* está ancorada nas sociabilidades produzidas em torno da pesca artesanal. Mesmo em meio a profundas desigualdades sociais, o trabalho da pesca organiza esses indivíduos em volta de valores, práticas, sentidos e modos de existência comuns.

A trajetória de expansão do grupo Fiat legou-os experiências quanto à implementação e absorção da classe operária em diferentes realidades sociais. Todavia, ainda assim, o ingresso em Goiana exigiu da direção do grupo novos esforços para a consolidação do Polo na região, dada a desconfiança e as chances de rejeição da atividade pelos moradores da região – a exemplo do caso encontrado e analisado por Oliveira (2017).

Para tanto, o grupo tem realizado diversos esforços para a integração da montadora com a comunidade. Ele agiu em diferentes frentes, desde a promoção de capacitação para os trabalhadores e as trabalhadoras, por meio de parcerias com diferentes instituições de ensino – operação necessária tendo em vista a ausência da indústria de veículos no estado –, e o financiamento e promoção de ações na esfera da cultura, do lazer e da saúde, com o objetivo de reforçar sua imagem como uma parceira da comunidade.

A montadora tem se aproximado da população local através da retomada dos símbolos do território, a exemplo da festa de carnaval. No ano de inauguração, foi noticiado que a linha de montagem contaria com músicas de frevo. “Na linha de montagem, o visitante pode ouvir cerca de 60 músicas diferentes a cada turno, do rock metal ao frevo. Elas são tocadas sempre que um operador precisa chamar o líder de equipe para resolver qualquer problema”, conforme a *Automotive Business* (2015, p. 22). O grupo também tem investido em outras atividades carnavalescas, como a confecção de estandartes para as agremiações e o auxílio financeiro aos grupos e nações, a exemplo da Nação Africana Pretinha do Congo de Carne de Vaca.

A festa de carnaval possui grande valor para o território da Mata Norte pernambucana. Goiana é reconhecida internacionalmente como “a cidade dos caboclinhos”, devido à importância das agremiações para a cidade. Nesta época do ano, diversos grupos de caboclinhos realizam seus desfiles nas ruas da cidade, portando seus estandartes, “onde estão bordados os nomes da tribo, sua fundação, o desenho do símbolo da tribo” (Silva, 2012, p. 3). Entre os personagens da festa estão “o Guia e o Contra-guia, que são os puxadores dos cordões; os Perós ou curumins; o Rei, também chamado de Cacique, e a Rainha, também dita Cacica; os Caboclinhos que formam dois cordões, o Pajé e também os caçadores” (Silva, 2012, p. 3).

Acerca, ainda, da aproximação da montadora com as atividades culturais locais, destacou Fernão Vieira, Diretor de Comunicação Corporativa e Sustentabilidade da Fiat-Chrysler Automóveis para a América Latina (2020): “É muito importante para a FCA estar inserida no tecido cultural, social e econômico das comunidades onde temos presença.”

A aproximação da cultura local como estratégia de mobilização⁷ da classe trabalhadora, tanto dos trabalhadores diretamente empregados no Polo, como dos demais moradores da região, demonstra a complexidade em torno da concepção do trabalho como uma esfera construída além do seu processo produtivo. Sendo a natureza do trabalho fabril solitária, fragmentada e individualizante – quase uma antítese dos *habitus de trabalho* presentes em Goiana – resgatar esses elementos culturais conhecidos pelos trabalhadores

7 Mário Ladosky (2015, p. 7) em pesquisa sobre a Jeep e Goiana também chegou à conclusão similar sobre a importância da proteção da cultura para o território. Diz ele sobre o assunto: a luta pela manutenção das tradições vai além da preservação de modos de vida e de trabalho artesanal. As manifestações culturais populares são mantidas vivas pela existência de inúmeros grupos de arte, cultura e de religiões de matriz africana, ligados à herança dos antepassados escravos e povos tradicionais indígenas, que promovem manifestações e festas no carnaval e em diversas outras ocasiões ao longo do ano, evidenciando uma luta simbólica pela preservação e respeito ao seu modo de ser.

atua como uma tentativa de criação de uma suportabilidade das condições fabris através da promoção de sociabilidades entre os operários e as operárias.

Não é suficiente para a montadora apenas a criação dos vínculos empregatícios como um demonstrativo da sua boa-fé com a comunidade goianense. As dinâmicas sociais locais têm exigido a mobilização do grupo e o estabelecimento de laços com os grupos da cidade, de modo a atrair e engajar suficientemente os operários e as operárias.

A mobilização da classe trabalhadora tem como objetivo a obtenção da lealdade dos trabalhadores. Para tanto, a montadora tem investido na readequação do *habitus no trabalho*⁸ do território, isto é, na transformação das “matrizes socialmente adquiridas de produção de conduta individual” (Peters, 2013, p. 52), que irão orientar os indivíduos nas relações sociais de trabalho. O *habitus*, enquanto princípio gerador, é capaz de ordenar

o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas (Bourdieu, 1996, p. 22).

8 Acerca do *habitus* no trabalho, a partir das leituras de Bourdieu, diz Quijoux (2021, p.234): “Seu conceito de *habitus* permite, assim, compreender melhor os mecanismos de apropriação de um cargo ou, mais amplamente, de socialização profissional: ao lançar luz sobre as condutas no trabalho por meio do encontro – feliz ou não – entre trajetória social, propriedades e definições de um cargo, Bourdieu supera a armadilha de uma leitura sincrônica – frequente nas análises das condições de trabalho – e mostra que a relação com o trabalho é o resultado de uma articulação complexa entre as socializações primária e secundária. O *habitus* no trabalho, portanto, não pode ser reduzido à expressão profissional de uma relação social situada.”

O *habitus*, conforme explica Peters (2013, p. 52), permite “compreender como a conduta social pode se ajustar objetivamente a determinados fins sem que estes tenham sido explicitamente e conscientemente visados pelos autores”. Por se tratar de uma interiorização da exterioridade, o ajuste do *habitus* ocorre “de maneira prático-intuitiva (daí a referência a um *sens pratique*) quando exigido nas diferentes situações da sua existência social” (Peters, 2013, p. 53). Essa mudança no *habitus* pode sofrer transformações diante de “condições de atualização diferentes daquelas em que foram produzidos” (Bourdieu, 2001, p. 196), como nas novas forças culturais, como exemplificado por Bourdieu (2001, p. 196):

Isso ocorre em especial em todos os casos em que os agentes perpetuam disposições tornadas obsoletas pelas transformações das condições objetivas (envelhecimento social), ou quando ocupam posições capazes de exigir disposições diferentes daquelas derivadas de sua condição de origem, seja de modo duradouro, como os arrivistas, ou de maneira conjuntural, como os mais destituídos quanto têm que se defrontar com situações regidas pelas normas dominantes, como certos mercadores econômicos ou culturais.

Assim, ao transmutar os “esquemas de percepção, apreciação e ação” (Bourdieu, 2001, p. 169) desses operários, a montadora caminha para a introdução de novas lógicas de sociabilidade. Como vimos, a esfera do trabalho possui um peso muito grande para essa comunidade; logo, os esquemas produzidos dentro do perímetro da fábrica devem refletir nas interações sociais construídas fora dela.

Uma rotina de trabalho parcializada em células, com a frequente troca de posições na linha, a divisão do espaço com outros colaboradores e a exigência de desenvolver diferentes funções na produção, configura-se como a antítese da dinâmica de trabalho na pesca artesanal, por exemplo. No caso do trabalho nas usinas, mesmo com sua natureza industrial e capitalista, havia espaço para a construção de autoclassificações entre os operários do açúcar, como demonstrado

por Lopes (1976). Diferentemente, no Polo Automotivo, a natureza do trabalho é projetada para controlar ao máximo o operariado.

Por outro lado, alguns acontecimentos demonstram que a dinâmica produtiva do Polo é permeada por processos de resistência entre o operariado. A pesquisa de Oliveira (2017) identificou a recusa de parte das marisqueiras capacitadas pela *Lear*, que antagonizaram o processo de trabalho da fábrica e optaram pelo retorno à pesca artesanal. Além disso, entre os entrevistados da presente pesquisa surgiram falas carregadas de descontentamento em relação à estrutura e ao funcionamento da fábrica. Como relatou o entrevistado E2 (2022), ao comentar sobre as exigências de funcionamento da linha: “Eu, por exemplo, parava quando não tinha outro jeito de fazer. Tinha que parar, e fazer o quê? Parar e resolver lá. Deixava eles gritando lá”

O enfrentamento à dinâmica da Jeep, ao nosso ver, não se limita ao embate direto dos operários e operárias com a direção, mas também se manifesta nas resistências quanto a “vestir a camisa” da equipe ou mesmo em querer construir uma trajetória de trabalho no Polo. Isso ficou evidente na fala da entrevistada E5 (2023), ao ser questionada sobre suas ambições profissionais. Ela afirmou não ter o desejo de se tornar líder, pois esse cargo exigiria lidar com muitas pessoas e demandaria muito do seu tempo, já escasso devido à rotina como operária da PCMA e mãe de dois filhos: uma adolescente de 12 anos e um filho adulto de 19 anos.

As falas dos entrevistados demonstram que a introdução desse novo *habitus de trabalho* não ocorreu de forma homogênea. O contexto social do território contribuiu para o interesse na montadora, que soube explorar suas características para sensibilizar o operariado local. A estabilidade funcional, a segurança social e o trabalho altamente moderno despertaram, entre a população, o desejo de alcançar um novo status social após o ingresso no Polo. Essas foram estratégias implementadas pelo Grupo, que, ao longo de sua trajetória, acumulou importantes experiências na formação do

operário – “sem vícios”, conforme Ketter (2015). Todavia, o slogan da montadora e a mobilização das disposições sociais de Goiana não asseguraram a subserviência da classe trabalhadora, que resiste às investidas do Grupo *Stellantis*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse texto foi analisar como ocorreu a introdução de um novo *habitus de trabalho* operário em Goiana, após a instalação da fábrica de veículos automotivos da Jeep, e identificar suas características. Partimos da perspectiva de que a criação de uma classe de trabalhadores “sem vícios” era um desejo expresso e público do Grupo Fiat, antigo proprietário da marca Jeep, atualmente pertencente à *Stellantis*. Para isso, iniciamos a investigação pela trajetória de expansão do grupo, buscando compreender o processo em curso em Goiana.

A análise de outros investimentos da montadora revela que a escolha por localidades como Goiana — afastada dos grandes centros urbanos, sem tradição fabril ou sindical — foi estrategicamente planejada. Experiências anteriores, como a chegada a Melfi, evidenciam o interesse da Fiat em regiões com características similares às da cidade localizada na Mata Norte de Pernambuco. Todavia, as particularidades do território pernambucano exigiram da montadora estratégias específicas para atrair e mobilizar seus trabalhadores.

As experiências de trabalho em Goiana, especialmente a pesca artesanal e a agroindústria sucroalcooleira, representam, para a região, uma base fundamental para a formação das suas relações sociais. O que se constrói no processo de trabalho — como a cooperação entre amigos e familiares, o senso de pertencimento, as práticas, o manuseio de ferramentas e o controle dos corpos — os *habitus*

de trabalho, são transportados para outras instâncias da vida social, como a cultura, o lazer, a religião e a política, entre outras. Assim, a introdução da Jeep precisou considerar toda essa bagagem social.

Por esse viés, acreditamos que a investida no território buscou não apenas a contratação do operariado local, mas também o envolvimento desses trabalhadores em novos *habitus de trabalho*, de modo a inseri-los e engajá-los a “vestir a camisa”, a seguir a representação e dos ditames da empresa dentro e fora do processo produtivo, possibilitando à Jeep torna-se a principal referência para a comunidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. O. **Itamaracá, uma capitania frustrada**. Recife: Centro de Estudos de História e Cultura Municipal, 1999.

BEAUD, S.; PIALOUX, M. **Retorno à Condição Operária**: investigação em fábricas da Peugeot na França. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BUBBICO, D. Melfi no Brasil vinte anos depois: semelhanças e diferenças entre os investimentos greenfield da FCA em Melfi e em Goiana. *In*: LADOSKY, M. H. (org). **A Indústria Automobilística vista do espaço local**: a experiência da Jeep (FCA) em Pernambuco e de outras montadoras. Paraíba: Ed. Eduepb, 2021.

BOURDIEU, P. A. **Razões Práticas**. Sobre a Teoria da Ação. Campinas: Papirus Editora, 1996.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. 2a. Ed. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2001.

CAMUFFO, A.; VOLPATO, G. The labour relations and lean manufacturing at Fiat. **The International Journal of Human Resource Management**, Inglaterra, v. 6, n. 4, dez. 1995.

DIEGUES, A. C. **A Pesca Construindo Sociedades**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

FREYRE, G. **Nordeste**. 1º ed digital. São Paulo: Global, 2013.

GRANDES NOMES DA PROPAGANDA. **Jeep apoia ciclo carnavalesco pernambucano.** Disponível em: <https://grandesnombresdapropaganda.com.br/mercado/jeep-apoia-ciclo-carnavalesco-pernambucano/>. Acesso em: 10 set. 2024.

KUTNEY, P. O ESTADO DA ARTE NO POLO JEEP. **Automotive Business.** Betim, jul. 2015. Edição Especial. Disponível em: https://issuu.com/automotivebusiness/docs/ab_jeep2015. Acesso em: 11 set. 2024.

LADOSKY, M. H. G. Tradição e modernização das relações de classe em Goiana (PE). *In*: ANPOCS, 39, 2015, Caxambu. **Anais do 39º Encontro da Anpocs.** Caxambu: ANPOCS, 2015, p. 1-24.

LADOSKY, M. H. G.; CORTES, O. M. D.; CHÁVEZ, M. H. Globalização e cultura trabalhista: estudo comparativo entre plantas automotivas no México e no Brasil. *In*: ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, XXI, 2017, Uruguai. **Anais ALAS Uruguai.** Disponível em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/1362_mario_henrique_guedes_ladosky.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

LOPES, J. S. L. 2 ed. **O vapor do diabo:** o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

OLIVEIRA, L. S. F. de. **A Fábrica Mais Moderna do Mundo?** Relações de trabalho e trajetórias sociais na Jeep/PE. 2024. 113 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

OLIVEIRA, V. C. A. **DE. DE MARISQUEIRAS A OPERÁRIAS:** experiências de trabalho e gênero nos territórios pesqueiros de Goiana/PE. 2017. 215f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

PETERS, G. **Habitus, reflexividade e o neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu.** RBCS, São Paulo, v. 28 n. 83 outubro 2013.

QUIJOUX, M. Reprodução, habitus, campo: como Bourdieu pensa o trabalho?. **Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho**, Paraíba, v. 1, n. 54, 2021.

RAMALHO, C. W. N.; MELO, Andrezza A. de. Uma Etnografia dos Mestres da Pesca Artesanal da Praia de Carne de Vaca, Goiana, PE. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. 1, n. 6, p. 50-71, jan./jun. 2015.

RAMALHO, C.W.N. Sentimento de Corporação, Cultura do Trabalho e Conhecimento Patrimonial Pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 8–27, jan/jun, 2012.

RAMALHO, C. W. N. **Embarcações do Encantamento**. Trabalho Sinônimo de Arte, Estética e Liberdade na Pesca Marítima. Sergipe: Editora UFS, 2017.

RIBEIRO, G. **Programa da Jeep de apoio à cultura dá novo fôlego a grupos carnavalescos tradicionais de Pernambuco**. Nós: ação social das empresas. Rio de Janeiro, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://nos.insightnet.com.br/programa-da-jeep-de-apoio-a-cultura-da-novo-folego-a-grupos-carnavalescos-tradicionais-de-pernambuco/>. Acesso em: 11 set. 2024.

ROESE, M. **Problemas Globais, Respostas Locais**: a indústria de móveis de madeira no Brasil à luz dos enfoques de cadeias produtivas e sistemas regionais de inovação. 2003. 260f. Tese (Doutorado em Políticas Científica e Tecnológica) – Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

ROMBALDI, M. **Os sindicalistas nas entrelinhas**: o caso do Sintetel pós-privatizações. 2007. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SALERNO, M. S. *et al.* Alavancando Pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor de autopeças: análise e propostas a partir de *survey* e estudo qualitativo focado. **Produção**, v. 20, n. 4, out./dez., p. 565-575, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/8hXjRgjr5rR4x98cTP4Nyqn/?lang=pt>. Acesso em: 22/12/2025.

SILVA, V. O sagrado no caboclinho em Goiana, PE. *In*: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA PESQUISA E HISTÓRIA DAS REALIÇÕES, 2011, Juiz de Fora. **Anais dos Simpósios da ABHR**, ISSN 2237-4132, vol. 13, 2012. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/437>. Acesso em: 10 set. 2024.

TARGINO, G. D. **Sobre as águas**: a tradição e a pesca artesanal em três comunidades da Reserva Extrativista Acaú-PB/Goiana-PE. 2012. 254 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

VICENTE, S. O sagrado no caboclinho em Goiana, PE. *In*: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA PESQUISA E HISTÓRIA DAS RELIÇÕES, 2011, Juiz de Fora. **Anais dos Simpósios da ABHR**, ISSN 2237-4132, vol. 13, 2012. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/437>. Acesso em: 10 set. 2024.

The background is a dark, textured surface with several glowing, translucent spheres and cones in shades of red, pink, and purple. The shapes are arranged in a way that suggests depth and movement, with some appearing closer and more detailed than others.

6

Luana Barbosa da Silva Cicone

PRA ME RECUPERAR FOI FODA, ARRANJEI UM TRAMPO, A ESCOLA:

**PUNIÇÃO, TRABALHO E CÁRCERE NAS
POLÍTICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DO
SISTEMA PENITENCIÁRIO DO MARANHÃO**

INTRODUÇÃO

Desde Foucault o sistema penitenciário tem sido analisado como uma máquina de condicionar os corpos à política, de modo que sua contenção e seu controle sejam os focos de repressão. A conclusão que se leva é que este condicionamento físico e psíquico de corpos torna-se a forma sofisticada e neoliberal de espoliação de pessoas consideradas cidadãos de segunda categoria no pós-abolição. Assim, o objetivo do sistema penitenciário em si é seguir condicionando à restrição de liberdade aos descendentes de escravos. O sistema de justiça criminal no Brasil tem como fim em si a perpetuação de novos modos de segregação e enclausuramento, sendo a abolição penal o único caminho viável para humanização destas pessoas.

Este capítulo utilizará especificamente o caso do estado do Maranhão, Brasil, para exemplificar como mesmo políticas consideradas boas práticas de ressocialização não são capazes de modificar o caráter repressor do sistema de justiça criminal.

Inserido no campo de estudos sobre sistema de justiça criminal, punição e ressocialização, o presente trabalho tem como objetivo compreender como as políticas de trabalho e educação do sistema penitenciário maranhense caminham lado a lado com a precarização e as novas formas de trabalho no neoliberalismo.

O objetivo do presente texto é apresentar um panorama contextual e teórico de meu objeto de pesquisa. Neste sentido, pretende-se criar: 1) um panorama de contexto sociopolítico do estado do Maranhão, principalmente no aspecto da segurança pública, focando neste momento na conjuntura; 2) trazer os papéis da educação e do trabalho como centrais para uma política que reorganiza o sistema penitenciário do estado; 3) o problema de pesquisa encontrado; 4) os caminhos teóricos escolhidos.

CONTEXTO POLÍTICO DO MARANHÃO DURANTE A GESTÃO SARNEY

Assumindo a governadoria do estado do Maranhão em abril de 2009, Roseana Sarney, filha de José Sarney, político de grande proeminência no estado desde o período da Ditadura Militar, já havia governado o estado entre 1994 e 2002. Seu terceiro mandato se deu após a cassação do então governador Jackson Lago, acusado de abuso de poder político e econômico nas eleições de 2006¹. Seu quarto mandato foi conquistado durante as eleições de 2010, em uma disputa acirrada com Flávio Dino.

O governo de Roseana Sarney (MDB) foi marcado por ciclos de rebeliões e descrédito do sistema de segurança pública no que se refere ao controle sobre as facções e ao público privado de liberdade.

Conhecido pelo seu histórico de severas e sistemáticas violações aos direitos humanos no sistema penitenciário, com decapitações e assassinatos, o sistema penitenciário do estado do Maranhão chamou atenção da mídia, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), dos mecanismos internacionais de direitos humanos e da população insatisfeita com a insegurança e com a violência mal geridas pelo estado.

Desde as rebeliões de 2012, 2013, 2014 e 2017, a pauta do encarceramento tomou centralidade nas políticas públicas governamentais e na própria impressão que o público possuía sobre o estado. Conhecido pelo seu sistema prisional extremamente violento e pelas carnificinas que aconteciam dentro e fora das cadeias, o estado do Maranhão por anos mostrou-se omissos e conivente

1 **G1.** "TSE cassa o mandato do governador do Maranhão, Jackson Lago". 2009. Disponível em <<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1026638-5601,00-TSE+CASSA+O+MANDATO+DO+GOVERNADOR+DO+MARANHAO+JACKSON+LAGO.html>>. Acesso em 12 de agosto de 2024.

às diversas violações aos direitos humanos que aconteciam entre trocas de tiros, esfaqueamentos e decapitações.

A verdade é que se o Estado cumprisse a Lei de Execução Penal essas mazelas não existiriam. Os presos não fazem nada. A vida deles é dormir, usar droga e comer. Nada mais. As celas são superlotadas, muitas não têm mais portões e os presos ficam soltos pelos corredores. Há uma falta de água crônica. Eles têm muitas doenças... doença de pele, hanseníase, tuberculose. É tudo muito sujo, cheio de ratos, baratas. *O maior torturador hoje é o próprio Estado.* Mas a ausência do Estado causa a proliferação da violência (EL PAÍS, 2014. Grifos meus).

Alguns fenômenos tornam-se centrais para a compreensão de como a desordem e o caos imperavam dentro do sistema penitenciário. São eles: superlotação, precariedade no acesso aos serviços básicos, mistura de facções nos mesmos pavilhões das penitenciárias, falta de controle na entrada de drogas e armas por parte do Estado, negligência na averiguação do processo de circulação de pessoas e, por fim, severos atentados aos direitos humanos.

Em dezembro de 2014, Roseana Sarney renunciou ao governo do estado do Maranhão sob alegações de problemas de saúde.

FIM DA GESTÃO SARNEY/ ENTRADA DO GOVERNO DINO

Após o fim do governo de Roseana, o estado do Maranhão presenciou uma virada de chave no que se refere às políticas prisionais.

Em seu programa de governo durante as eleições, Flávio Dino prometia incidência na adoção de penas alternativas, prevalência dos direitos humanos e combate ao crime organizado dentro e fora das prisões.

Dino foi eleito no 1º turno, com 63,52% dos votos válidos. O ex-juiz federal disse em seu primeiro discurso como governador:

Vamos fazer um governo bom, simples, com os pés no chão e que vai garantir que nosso estado caminhe na direção correta, enfrentar a corrupção, **fazer com que recursos a serviços da justiça social, tirar nosso estado das páginas policiais**² [...] (Grifos meus).

A chegada, em 2015, do governador Flávio Dino provocou um giro chamativo ao público e ao DEPEN. Sua gestão focou em reorganizar as políticas prioritárias no sistema penitenciário, tendo como foco políticas de “atendimento e humanização penitenciárias”, as quais tinham como norteadores os princípios presentes na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

Desde então, a educação prisional maranhense ocupou por três anos consecutivo o primeiro lugar no ranking educacional do Departamento Penitenciário Nacional (2020, 2021³ e 2022), possuindo 462,03% dos presos em atividades educacionais apenas no segundo semestre de 2021⁴ e, nesse mesmo período, contou com 69,24% dos presos em atividades laborais⁵.

Segundo as narrativas governamentais, as políticas de ressocialização “pacificaram” as prisões, reduzindo consideravelmente as rebeliões e os procedimentos de segurança necessários para o

2 GI. **Conheça o perfil de Flávio Dino, governador eleito do Maranhão**. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/eleicoes/2014/noticia/2014/10/conheca-o-perfil-de-flavio-dino-governador-eleito-do-maranhao.html>. Acesso em 13 de junho de 2024.

3 Ver em: <<https://www3.seap.ma.gov.br/2021/12/23/sistema-penitenciario-do-maranhao-e-1-lugar-em-educacao-e-trabalho-segundo-ranking-da-depen/#:~:text=Segundo%20o%20novo%20levantamento%20de,no%20primeiro%20semestre%20de%202021.>>. Acesso em 08 de outubro de 2022.

4 A porcentagem acima de 100% é fruto da forma como o DEPEN realiza a contagem de pessoas em atividades educacionais. Assim, um preso que realizou mais de uma atividade educacional no período analisado é contabilizado todas as vezes que tiver acesso a esta assistência.

5 Ver em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiNzAzOGQyZktMTQ2NS00ODQyLTk3M2ItYjk4NTk4NzdiZGYxliwidCI6ImVlMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em 12 de setembro de 2022.

funcionamento das cadeias. O foco desta pesquisa será o sistema prisional maranhense, por representar o atual *case* de sucesso do DEPEN e ter chamado atenção nacional e internacionalmente.

As principais estratégias para transformar o sistema penitenciário do Brasil transitam pelo uso eficiente do Fundo Penitenciário Nacional, ou seja, ampliar os recursos de colaboração do Governo Federal com os estados”, defendeu Flávio Dino, pontuando: “Em segundo lugar, modernização, com uma agenda de gestão do sistema prisional, garantindo medidas que deem mais eficiência a esse dinheiro utilizado. E em terceiro lugar, o sistema de alternativas penais, fazendo com que medidas alternativas ao encarceramento possam ser aplicadas com largueza e com isso passamos evitar ou amenizar o fenômeno da superlotação carcerária. E em último lugar, **destaco o investimento em educação e trabalho**, como temos conseguido fazer em nosso estado⁶ (Grifos meus).

O SISTEMA PENITENCIÁRIO MARANHENSE

Os desafios do sistema penitenciário maranhense se destacavam dentre os desafios de outros sistemas prisionais no Brasil. A divisão entre facções alcançava as ruas e os ataques nas ruas reverberaram as revoltas que aconteciam intramuros. Em 2014, por exemplo, em uma das queimas de ônibus orquestrada dentro do sistema penitenciário, foi morta uma criança de cinco anos com 95% do corpo carbonizado⁷.

6 SEAP-MA. **Flávio Dino apresenta êxitos da gestão do Sistema Penitenciário do Maranhão na Harvard University (EUA)**. Disponível em <<https://seap.ma.gov.br/noticias/flavio-dino-apresenta-exitos-da-gestao-do-sistema-penitenciario-do-maranhao-na-harvard-university-eua>>. Acesso em 12 de agosto de 2024.

7 G1. **Morre criança queimada em ataques a ônibus em São Luís**. 2014. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/politica/morre-crianca-queimada-em-ataques-onibus-em-sao-luis-11218068>>. Acesso em 12 de agosto de 2024.

O reconhecimento da existência e da relevância das facções criminosas gerou dois fenômenos que passaram a definir a reorganização das políticas de ressocialização: a) a contenção do espraiamento dos grupos de crime organizado entre presos que eram considerados “neutros”, portanto, sem nenhuma filiação às facções; b) a redução da incidência de revoltas dentro dos presídios entre facções rivais, uma das maiores causas de conflitos no ambiente prisional.

A partir de então, houve um robusto processo de investimento financeiro, logístico, de pessoal e organizacional para que os estabelecimentos prisionais pudessem superar as mazelas da superlotação e avançar em uma política prisional que seguisse a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984).

A partir de 2018, após a construção de novos estabelecimentos penais, também criados com foco no combate ao crime organizado, foram criadas unidades prisionais de segurança máxima, as quais acompanharam a chegada de novos procedimentos operacionais padrão e uma infraestrutura especializada em mecanismos de segurança.

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO MARANHÃO

A partir de 2018, após a construção de novos estabelecimentos penais, também criados com foco no combate ao crime organizado, foram inauguradas unidades prisionais de segurança máxima, as quais acompanharam a chegada de novos procedimentos operacionais padrão e uma infraestrutura especializada

em mecanismos de segurança, baseados nos procedimentos da Polícia Penal Federal.

A partir de então, a Secretaria Adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária (SAAHP) atuou em papel de centralidade na Secretaria no que se refere ao atendimento educacional, de saúde, trabalho, psicossocial, assistência religiosa, assistência às famílias e assistência ao egresso, conforme estabelecido na Lei de Execução Penal (LEP).

Este texto visa destacar a atuação da Unidade Gestora de Trabalho e Renda (UGTR), pertencente à SAAHP, no que se refere ao capítulo III da LEP. A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) estabelece o trabalho como obrigatório ao público privado de liberdade, exceto os presos políticos, tendo como fundamento legal a finalidade educativa e produtiva.

O fluxo dentro do sistema penitenciário maranhense funciona da seguinte forma: os presos são selecionados para as frentes de trabalho pela Comissão de Classificação Técnica (CTC). A CTC realiza reuniões semanais, organizadas por todos os estabelecimentos penais, com o intuito de selecionar e direcionar o público privado de liberdade para atividades de trabalho, educação e demais assistências. Através da equipe multidisciplinar da Comissão, composta por enfermeiros, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos e gerentes de produção, os presos passam por um procedimento linearmente traçado para a definição de suas necessidades e de sua utilidade à Secretaria.

Ocorre que no Maranhão boa parte dos presos ficam o dia todo fora da cela por atividades de educação e trabalho, além das demais assistências. Portanto, a expressiva parte do público privado de liberdade fica cerca de doze horas fora dos pavilhões, ocupado, em movimento e sob constante vigilância.

O PAPEL DO TRABALHO

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) em seu Capítulo III estabelece o trabalho como obrigatório ao público privado de liberdade, exceto os presos políticos, tendo como fundamento legal a finalidade educativa e produtiva.

Neste sentido, o estado do Maranhão desenvolveu oficinas especializadas em diversas funções. Criadas inicialmente com cunho educativo e pouco úteis para o contexto prisional e social como um todo, tornaram-se fábricas que agora possuem metas, indicadores, padrões industriais e parceiros privados.

O estado foi capaz de realizar uma produção em série em que os presos trabalham, quando remunerados, por $\frac{3}{4}$ de um salário mínimo. Estas oficinas são as principais mantenedoras de outras demandas do estado.

O destaque às políticas de trabalho do governo de Flávio Dino se dá devido à proporção e ao volume que elas tomaram ao longo dos últimos cinco anos. Oficinas especializadas em diversas funções, dentre elas serralheria, malharia, marcenaria, produção de blocos sextavados e estofamento, criadas inicialmente com cunho educativo e pouco úteis para o contexto prisional e social como um todo, tornaram-se fábricas que agora possuem metas, indicadores, padrões industriais e parceiros privados.

O grande destaque que as oficinas de trabalho possuem no sistema prisional maranhense é justamente por terem tornado vários aspectos de necessidades e demandas da própria Secretaria sanados pela produção em série que os presos realizam, além de serem as principais mantenedoras de outras demandas do estado⁸.

Um exemplo é a parceria realizada com a SEDUC (Secretaria de Estado de Educação do Governo do Maranhão), que demanda exclusivamente os uniformes e as carteiras escolares de todo o estado a partir da produção que os presos realizam nas oficinas. A meta de uniformes escolares demandada pela SEDUC em 2022 foi de 150.000 camisetas para a rede estadual de educação.

Quando comparado ao percentual nacional em presídios estaduais de população prisional trabalhando, o Maranhão demonstra seu destaque na capacidade de inserção de presos em laborterapia.

ORGANIZAÇÃO TEÓRICA

Após analisar o escopo de pesquisa previamente apresentado, chegou-se à seguinte sequência lógica: no capitalismo, embora o trabalho seja necessário, não é obrigatório perante a lei; entretanto, a Lei de Execução Penal estabelece que, exceto para presos políticos, o trabalho prisional é obrigatório, embora não compulsório; a pessoa em privação de liberdade que trabalha **pode** receber $\frac{3}{4}$ de um salário mínimo e para cada 12h de trabalho, há remição de um dia de pena. Ou seja: o sujeito privado de liberdade pode trabalhar para o estado ou para empresas privadas em troca de remição de pena e de histórico de bom comportamento, mas não necessariamente por dinheiro.

A ortopedia moral posta por Foucault (2013) representa um dos agentes responsáveis pela relação entre moralidade e trabalho com interesse social para pessoas presas. Esta moralidade garante a aceitação de que o Estado utilize mão de obra prisional precarizada e mal paga, ou em trabalho sem remuneração financeira⁹.

9

47,26% dos presos no Brasil trabalham sem remuneração financeira, apenas com a remição de pena por trabalho.

O próprio conceito de “laborterapia”, empregado pelo DEPEN com o intuito de ressocializar a pessoa presa por meio do trabalho, aceita que para que o trabalho prisional seja possível, os presos doem sua força de trabalho sem contrapartida financeira necessária. A obrigatoriedade do trabalho à pessoa presa¹⁰ a coloca em dupla condição de subalternidade perante o Estado e ao capital, não podendo optar pelo trabalho, tampouco, pela função que realizará¹¹.

Os presos, frutos de especialização educacional rápida, pouco qualitativa, que gera uma série de trabalhos simples (Catini, 2015), constroem uma mão de obra pouco valorizada, parte do exército de reserva que constitui o sub-proletariado (Antunes, 2011).

Esta pesquisa centraliza as temáticas relativas à punição, ao trabalho e à precarização no neoliberalismo, manifestadas por meio do sistema penitenciário. O complexo industrial-prisional manifestado por Davis (2018) explicita como as mudanças do mundo do trabalho podem ter gerado modificações centrais na coligação entre trabalho, punição e precarização.

Entretanto, a questão remanescente é ligada ao fato de que a premissa do trabalho livre no capitalismo, amplamente difundida entre o debate marxista, é confrontada com a configuração específica do trabalho prisional, especialmente nas proporções industriais que o estado do Maranhão apresenta. Esta pesquisa se dedicará a compreender como as relações específicas de disciplina e punição do sistema penitenciário são diretamente ligadas e afetadas pelas dinâmicas de trabalho, produção e precarização, pensando especialmente em uma configuração de trabalho que não é livre ou necessariamente remunerado.

10 Lei de Execução Penal, art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

11 O trabalho que o preso realizará é decidido por meio da CTC (Comissão Técnica de Classificação).

Foucault (2013) traz a economia do castigo a partir da perspectiva de sua transformação da punição ao longo da história na França a partir daquilo que se desloca da punição do corpo dos indivíduos para as suas “almas”, de modo a realizar uma “ortopedia moral”. A alma, para o autor, é aquilo que está no interior do corpo dos indivíduos, de forma que o poder é exercido sobre ela nos indivíduos que são punidos. A alma, portanto, é a prisão do corpo.

O processo de recodificação da punição ao longo do século XVIII na Europa criou a ideia de interesse útil e virtuoso à propriedade, à honra, à liberdade e à vida. Com base nesse rearranjo de valores, a pena do indivíduo punido passa a ser organizada a partir de interesses coletivos e caráter visível. Assim, aquele que é submetido à pena paga pelo trabalho que exerce e também pelos sinais que produz (Foucault, 2013).

O que Foucault (2013) denomina “economia da publicidade”, antes explicitada pelos suplícios, hoje representa o discurso, a lição e a exposição à moralidade pública. A publicidade da punição não deve causar terror, como à época dos suplícios, mas sim, gerar compreensões de utilidade sobre os condenados, sobre seus corpos, suas mentes e suas vontades. Assim, a apropriação sobre aqueles que são punidos deve ser útil à sociedade pelos danos que os criminosos teriam tirado da sociedade.

Obra pública quer dizer duas coisas: interesse coletivo na pena do condenado e caráter visível, controlável e castigo. O culpado, assim, paga duas vezes: pelo trabalho que ele fornece e pelos sinais que ele produz (p. 105).

Davis (2018) traz em seu texto o conceito de “complexo industrial-prisional”, no qual a autora atribui o trabalho de pessoas privadas de liberdade para empresas e entidades privadas como o principal motivo pelo qual as taxas de encarceramento nos Estados Unidos da América (EUA) seguem crescendo, ainda que a quantidade de

crimes contra a vida venha encontrando um número decrescente. Desde a década de 1990, cadeias na Califórnia rivalizam no mercado com empresas em termos de competitividade e preços.

O conceito de complexo industrial-prisional demonstra que o sistema punitivo sustentado pelo Estado não está descolado do sistema econômico capitalista e das estruturas políticas de punição. Indústrias de grande porte e importância têm contado com a mão de obra prisional nos EUA, com a precarização, os baixos salários, a organização militarizada dos empregados e com a parceria que o Estado tem feito para que o lucro das empresas possa ser garantido (Davis, 2018).

Davis (2018) demonstra que o encarceramento sistemático, principalmente de homens negros, considerados o excedente populacional, gera um sistema que lucra a partir da destruição social. A partir de então, a punição passa a ser um negócio lucrativo não apenas ao Estado, mas também àqueles que conseguem garantir que a opressão e o encarceramento se tornem negócios rentáveis.

A “economia correcional” cria um índice de rentabilidade sobre os presos pouco visto dentro do mercado de economia formal. Tanto os presos dos EUA, quanto os do Brasil não possuem direitos previdenciários, sindicais, de organização política ou qualquer tipo de seguridade social. Muitas vezes sendo as pessoas que compunham a reserva social no quesito do mercado de trabalho precarizado, as pessoas privadas de liberdade encontram centralidade no que se refere à necessidade da existência dessa mão de obra para o capital privado.

A economia correcional, focada em produzir modificação de subjetividades, por meio da correção e do ajuste da “alma” dos indivíduos, entra em concorrência com outras racionalidades punitivas. Assim, as condições sub-humanas às quais os presos

constantemente estão submetidos nas frentes de trabalho são justificadas como parte da pena e do processo de ressocialização (Machado; Sloniak, 2015).

Costa e Bratkowski (2017) afirmam que os sistemas punitivos configuram o trabalho prisional como aquele que requalifica o delinquente por meio da conversão do ladrão ao operário dócil, de modo que a submissão dos corpos gere uma esfera de poder que cria utilidade para si mesmo. Ao dissertar sobre o trabalho prisional na era do capitalismo flexível, Davis (2018) diz:

Quando se discute o significado do trabalho prisional, alguns tópicos são recorrentes: o trabalho para evitar o ócio que leva aos “maus pensamentos” (arquitetar novos crimes, alimentar sentimentos de raiva e de vingança para com a sociedade, aliar-se a elementos de alta periculosidade); o trabalho como fonte de reinserção social (ter papel, função e identidade reconhecidos e valorizados socialmente); o trabalho como fonte de auto-disciplina e de capacidade de aderir a rotinas socialmente úteis (a repetição e a seqüência); e o trabalho como forma de controle social (no sentido estrito, de avaliação da pontualidade e da assiduidade do indivíduo que trabalha e da qualidade do trabalho realizado).

Alexander (2017) afirma que o sistema de justiça criminal estadunidense produz cidadãos de segunda classe, principalmente através do sistema prisional. Deste modo, pessoas negras, proporcionalmente muito mais encarceradas nos EUA, mantiveram-se como uma subcasta que vive permanentemente em regime legalizado de exclusão social. O sistema prisional, que não apenas tranca milhares pessoas em grades literais, os mantém em grades virtuais por meio do sistema de inferiorização que trabalha através de suas instituições para manter presidiários e ex-presidiários com cidadãos de segunda categoria durante suas estadias nos presídios, mas também fora delas.

As leis anti-vadiagem, presentes nos EUA¹² no início do século XX, mas também no Brasil¹³, incidiram fortemente sobre as populações negras, atuando sob o estereótipo de que a população negra possuía menor propensão ao trabalho¹⁴. Elas cumpriram papel fundamental na criminalização, punição, encarceramento e condenação dos corpos negros no pós-abolição. Este mesmo estereótipo alimenta o apelo popular ao trabalho prisional, responsável por manter parte dos sistemas estatais e privados de ambos países.

Catini (2015) disserta em seu texto sobre a tendência histórica que o alargamento do acesso à educação formal possui em relação ao processo de simplificação do trabalho a partir do surgimento de novas tecnologias organizativas. O ascenso tecnológico regido pelo capitalismo tende a colocar os trabalhadores em condições de auxiliares da produção mercantil. Deste modo, as forças intelectuais do processo de produção modificam-se a todo tempo, transformando trabalho complexo em trabalho simples.

Portanto, o tempo investido em educação formal tem direta relação com a valorização social e financeira dos trabalhadores. Compreende-se, portanto, que formações de curta duração e baixa qualidade não tornam os trabalhadores competitivos no mercado de trabalho. Enquanto o trabalho complexo carrega em si um *quantum* de trabalho abstrato objetivado, o trabalho simples carrega em si a partir das revoluções tecnológicas presentes no capitalismo cada vez mais necessidade de especialização do trabalhador, mas ainda sim, baixa valorização monetária.

12 Alexander (2018) cita a situação na qual dez mil negros nos EUA foram presos sob leis contra a vadiagem e apenas puderam ser libertos após trabalharem para pagarem a própria liberdade.

13 Decreto-Lei n. 145, de 11 de julho de 1893.

14 Santos (2004) cita os casos de perseguição às populações negras, principalmente capoeiristas durante o período pós-abolição.

Um dos grandes paradoxos mostrados por Catini (2015) acerca do fenômeno da universalização da educação recai justamente sobre o aumento da quantidade de trabalhadores aptos a realizarem trabalhos complexos e, conseqüentemente, da concorrência para tais trabalhos, reduzindo os salários e a valorização da mão-de-obra. Assim, a generalização da educação contribui para a qualificação de uma massa de trabalhadores que realizam demandas simples. O tempo de escolarização se torna o que a autora denominou de “equivalente geral”, o qual ao mesmo tempo garante direitos básicos às classes populares, mas desvaloriza o valor de seu trabalho.

Quando o sistema prisional é avaliado, é possível notar um descompasso entre o processo crescente, ainda que lento, de escolarização dos presos e sua baixa competitividade no mercado de trabalho, em comparação ao público livre. Pessoas privadas de liberdade foram um dos últimos públicos a terem acesso à educação pública e normalmente a qualidade deste acesso é baixa qualidade e rápida qualificação. Todo esse processo de simplificação do trabalho os torna um dos públicos com o acesso mais dificultado para o trabalho complexo.

Partindo das palavras de Catini (2015, p. 74), a qual afirma que “[...] no capitalismo, a educação também é trabalho”, a própria tendência do tipo de escolarização que a educação prisional oferta aos presos, dada sua quantidade, intensidade e variabilidade, cria uma crise de sobre-educação, a qual mostra que o aumento do tempo de escolarização também cria uma tendência de simplificação do trabalho.

Catini (2016) afirma que a história do trabalho é a história da dominação, da servidão e da escravidão. A mercadoria ocupa um lugar central neste cenário, pois, dentro de um cenário capitalista, o sujeito apenas existe em oposição aos objetos, de modo que a

desigualdade e a violência legitimam e legalizam a desigualdade, aparatando o Estado para existir apenas sob o pressuposto da opressão contra as massas pauperizadas.

No que se refere ao mundo do trabalho, Antunes (2001) afirma que a globalização produtiva tem gerado, por meio da concorrência e da produtividade, um processo tão violento que aumentou a sociedade dos excluídos e dos precarizados, de modo que esse processo destrutivo tenha se virado, inclusive, contra a própria força humana de trabalho. O que o autor denomina “novo proletariado”, composto pelo subproletariado fabril e de serviços, tem cada vez mais composto o quadro das forças produtivas no Brasil.

Alves (2002) demonstra como o Estado e as entidades educacionais passaram a incorporar, no discurso e na lógica empresariais, a necessidade de empregabilidade, de modo que as habilidades cognitivas e comportamentais necessárias às novas formações capitalistas sejam cotidianamente ensinadas, e, assim, reformulem novas formas e práticas no mundo do trabalho. Assim, o neoliberalismo também demanda maiores investimentos em educação para que o capital e a prestação de serviços possuam mão-de-obra mais qualificada.

O processo de especialização, qualificação e profissionalização dos presos do sistema penitenciário maranhense vai ao encontro do processo de educação formal e técnica necessária para as novas formas que o neoliberalismo apresenta. Assim, oficinas centrais não apenas para o próprio sistema penitenciário em si, mas também para outras Secretarias do estado do Maranhão, garantem mão-de-obra barata, pouco qualificada, precarizada e capaz de ser qualificada e reutilizada em outras frentes com alta velocidade.

Byung Chul-Han (2023) traz reflexões interessantes sobre a transição da sociedade disciplinar (conceituada por Foucault) para o que ele denomina “sociedade do desempenho”. Neste sentido,

ele afirma que a transição do capitalismo fabril para o neoliberalismo trouxe diferenças sistemáticas no processo de opressão da população como um todo.

A opressão que antes era conformada por meio de polícia, hospitais, escolas, hoje é feita por meio de uma pressão social e psicológica pelo desempenho, pelo ganho, pela melhor performance. A figura do professor ou do policial foi substituída pela pressão feita pelos próprios indivíduos.

O autor traz à tona os impactos da globalização sobre os mecanismos disciplinares, retirando as trincheiras e os muros. A superprodução, o super-desempenho e a supercomunicação inundam o mundo do trabalho, preenchendo-o com exaustão e sufocamento por meio de violência neuronal que trabalha mediada pela aniquilação suave pelo consenso. Este processo foi marcado pelo surgimento de novos tipos de violência. Livre de dominação externa e submisso a si mesmo, o sujeito de desempenho vive uma situação na qual liberdade e coerção dividem papéis, uma espécie de liberdade paradoxal.

Neste sentido, cabe o questionamento acerca da aplicabilidade das ideias propostas por Chul-Han especificamente ao caso brasileiro no âmbito do sistema de justiça criminal. Embora sua análise englobe processos reais dentro do fenômeno da globalização e que tenham consequência prática na sociabilidade de pessoas em privação de liberdade, a transição entre a sociedade disciplinar e a sociedade do desempenho não foi completa, comportando características híbridas entre processos disciplinares estruturantes para o funcionamento do sistema penitenciário e processos que levam os sujeitos à mentalidade do sujeito responsável pelo próprio sucesso e bem-estar.

A coexistência entre ambos modos de socialização gera um processo de homeostase entre os sujeitos de desempenho e

os sujeitos de obediência. A sociedade do desempenho que gera depressivos e fracassados opera em um sistema de retroalimentação da sensação de sucesso através da motivação de si próprio, continuando disciplinado, vivendo violências sistêmicas, assim como o sujeito de obediência, sendo assim o seu próprio algoz.

Ao citar o conceito de *homo sacer* inaugurado por Nietzsche, Byung-Chul Han (2023) traz à tona aqueles que foram excluídos da sociedade devido ao cometimento de um delito, citando Agamben, ele afirma que o *homo sacer* é aquele que tem uma vida passível de ser retirada, sendo eles os presidiários, os doentes, os expatriados. Mediante este argumento, vale compreender aqueles que estão sob a mira da sociedade disciplinar, o que acarreta uma atomização entre o algoz e a vítima.

Sobre o *homo sacer* impera o soberano, o qual tem direito sobre a vida e sobre a morte dos sujeitos transgressores. Como Byung-Chul Han (2023, p. 103, grifos meus) diz,

o soberano não precisa ter direito para impor o direito. Na medida em que ele suspende a ordem do direito, o estado de exceção acaba produzindo um espaço desprovido de direito onde **ele pode intervir de forma absoluta em cada indivíduo.** [...] assim, **pode ser morto a qualquer momento.**

Sob o raciocínio previamente citado, questiono como compreender aquele que é considerado transgressor sob o âmbito da lei. Ele vive em um momento no qual há suspensão do estado de direitos, mas manutenção do estado de deveres. Neste sentido, cabe mencionar a Decisão emitida pelo Superior Tribunal Federal, que determina a constitucionalidade na exclusão de direitos trabalhistas para presos no Brasil.

Byung-Chul Han (2023) argumenta que existe uma profunda relação entre dever e desempenho, utilizando o trabalho como um

meio para atingir o seu “dever” para reprimir as “inclinações para o prazer” que os indivíduos possuem. O autor diz que

O sujeito de desempenho da modernidade tardia não se submete a nenhum trabalho compulsório. Suas máximas não são obediência, lei e cumprimento do dever, mas liberdade e boa vontade (Byung-Chul Han, 2023, p. 83).

Embora o contexto desta pesquisa se limite a demonstrar como mecanismos de coerção externa (geridos pelos aparatos estatais) e interna (contidos nos indivíduos) operam no sistema penitenciário, também há que se questionar em que medida em países colonizados é possível viver livre de coerções oriundas do Estado.

A Lei de Execução Penal determina o trabalho obrigatório, embora não compulsório, como uma regra a todas as pessoas em privação de liberdade, exceto presos políticos. Esta dialética da liberdade, que na visão de Byung-Chul Han (2023) concentra o algoz e a vítima nos mesmos sujeitos, mesmo entre aqueles que vivem sob a tutela estatal, não alcança modelos nos quais a polícia e as leis penais da década de 1940 gerem vidas.

Assim, as frentes de trabalho de marcenaria, serralheria, malharia e fábrica de blocos, por exemplo, garantem que cursos entre 160 e 200 horas possam ser feitos, e presos possam ser deslocados para as frentes de trabalho, de modo a alimentar o sistema que depende exclusivamente de mão-de-obra carcerária para existir. Este sistema não torna os trabalhadores efetivamente competitivos após o regime de privação de liberdade, mas os torna úteis para a máquina pública. Também é necessário ser destacado que existem parcerias privadas entre a mão de obra do sistema penitenciário e empresas, como a Lençóis Maranhenses, companhia que fornece galões de água na região de São Luís.

ORGANIZAÇÃO DO PROBLEMA TEÓRICO

A partir de agora, o texto irá versar sobre os eixos: mundo do trabalho, política social, educação e punição. Neste sentido, será apresentada uma planilha que organiza duas colunas com Momento A e momento B (retratando o capitalismo industrial e o neoliberalismo, respectivamente):

Imagem 1 - Organização do problema teórico

	Momento 1	Momento 2
	CAPITALISMO INDUSTRIAL	NEOLIBERALISMO
Mundo do Trabalho	▪ Produção em larga escala por meio de manufaturas ▪ Ascenso do imperialismo e aprofundamento das desigualdades	▪ Forte presença da informalidade, transmutada pela redução drástica de direitos trabalhistas ▪ Empreendedorismo de si ▪ Precarização do trabalho ▪ Escanteamento da presença do estado nas relações trabalhistas ▪ Sociedade do desempenho ▪ Surgimento do "novo proletariado", composto pelo subproletariado fabril e de serviços, tem cada vez mais composto o quadro das forças produtivas no Brasil (ANTUNES, 2001)
Política Social	▪ Benefícios de caráter universal e igualitário no 1º mundo ▪ Estado como principal mantenedor de condições básicas de vida para a população ▪ Regulação do estado sobre o mercado	▪ Aproximação do 3º setor com o estado ▪ Redução de perspectiva de estado como provedor de condições básicas para a população, mas sim a própria população como provedora de si

	Momento 1	Momento 2
	CAPITALISMO INDUSTRIAL	NEOLIBERALISMO
Educação	▪ Escolarização como uma exigência para todos ▪ Educação voltada para o mercado de trabalho	▪ O ascenso tecnológico regido pelo capitalismo tende a colocar os trabalhadores em condições de auxiliares da produção mercantil ▪ O tempo investido em educação formal tem direta relação com a valorização social e financeira dos trabalhadores ▪ Formações de curta duração e baixa qualidade não tornam os trabalhadores competitivos no mercado de trabalho ▪ Enquanto o trabalho complexo carrega em si um quantum de trabalho abstrato objetivado, o trabalho simples carrega em si a partir das revoluções tecnológicas presentes no capitalismo cada vez mais necessidade de especialização do trabalhador, mas ainda assim, baixa valorização monetária ▪ O tempo de escolarização se torna o que a autora denominou de "equivalente geral", o qual ao mesmo tempo garante direitos básicos às classes populares, mas desvaloriza o valor de seu trabalho ▪ "[...] no capitalismo, a educação também é trabalho", a própria tendência do tipo de escolarização que a educação prisional oferta aos presos, dada sua quantidade, intensidade e variabilidade, cria uma crise de sobre-educação, a qual mostra que o aumento do tempo de escolarização também cria uma tendência de simplificação do trabalho (CATINI, 2015) ▪ O Estado e as entidades educacionais passaram a incorporar, no discurso e na lógica empresariais, a necessidade de empregabilidade,

	Momento 1	Momento 2
	CAPITALISMO INDUSTRIAL	NEOLIBERALISMO
Punição	▪ Economia do castigo a partir da perspectiva de sua transformação da punição ao longo da história na França a partir daquilo que se desloca da punição do corpo dos indivíduos para as suas "almas", de modo a realizar uma "ortopedia moral" (FOUCAULT, 2013) ▪ A pena do indivíduo punido passa a ser organizada a partir de interesses coletivos e caráter visível. Assim, aquele que é submisso à pena paga pelo trabalho que exerce e também pelos sinais que produz	▪ O sistema punitivo sustentado pelo Estado não está descolado do sistema econômico capitalista e das estruturas políticas de punição (DAVIS, 2018) ▪ O encarceramento sistemático, principalmente de homens negros, considerados o excedente populacional, gera um sistema que lucra a partir da destruição social ▪ A economia correcional, focada em produzir modificação de subjetividades, por meio da correção e do ajuste da "alma" dos indivíduos, entra em concorrência com outras racionalidades punitivas

Fonte: elaboração própria.

Ao cruzar os quatro elementos em tempos históricos diferentes, é possível perceber que dispositivos com características neoliberais, mas com questões disciplinares coexistem, principalmente quando se fala sobre trabalho e educação prisionais, sendo impulsionados pelo ascenso do neoliberalismo.

A conclusão parcial que se obtém é a possibilidade de surgimento uma hipótese que sugira o nascimento de uma nova racionalidade: Existem dispositivos com características neoliberais no trabalho e na educação prisionais, mas com questões disciplinares.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação**: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALMEIDA, F. **A interpretação na Ciência Política. Pensar como método.** Papéis Selvagens. Rio de Janeiro. 2018, p. 61-86.

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista Sociologia Política.** Curitiba, p. 71-94, nov. 2002.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *In*: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada:** políticas de exclusão na educação e no trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.

BECKER, J. L. **Estatística Básica:** Transformando Dados em Informação. Bookman. Porto Alegre. 2015.

BEDINELLI, T. A vida deles dentro do presídio é dormir, usar droga e comer. **EL PAÍS.** 24 de setembro de 2014. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/26/politica/1411760527_418875.html>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

BRASIL. Lei de execução Penal. **Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1998.

CATINI, C. **Força de trabalho, sujeito do direito e educação: notas introdutórias.** Editora Perspectiva. Florianópolis, b. 34, n. 1, p. 262-285. 2016.

CATINI, C. Notas sobre educação e simplificação do trabalho. **Revista Espaço Acadêmico,** nº 172, 2015.

COSTA, S.; BRATKOWSKI, P. Paradoxos do trabalho prisional na era do capitalismo flexível: o caso do DETRAN-RS. **Revista de Administração Contemporânea.** 2007, v. 11, n. 3, p. 127-147. 2008.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Nota Técnica nº 14/2020/DEPEN/MJ.** 2020. Disponível em <https://rbepdepen.mj.gov.br/index.php/RBEP/pntp#:~:text=0%20Decreto%20n%C2%BA%209.450%2C%20de,e%20egressas%20do%20sistema%20prisional>. Acesso em 12 de setembro de 2022.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022.** São Paulo. 2022.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário**. 2017. Disponível em https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes_externas/pagina-1/38coleta_preparacao_dados_infopen_situacao_unidadesprisionais.pdf. Acesso em 8 de julho de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Editora Vozes. 2013.

G1. **Morre menina de 6 anos queimada em ataque a ônibus em São Luís**. 06 de janeiro de 2014. Acesso em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/01/morre-menina-de-seis-anos-queimada-em-ataques-onibus-em-sao-luis.html>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

MACHADO, B.; SLONIAK, M. Disciplina ou ressocialização? Racionalidades punitivas, trabalho prisional e política penitenciária. **Revista Direito GV** [online]. 2015, v. 11, n. 1, p. 189-222. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1808-2432201509>>. Acesso em 12 de setembro de 2022. ISSN 2317-6172. <https://doi.org/10.1590/1808-2432201509>.

SALDAÑA, J. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. SAGE Publications. 2009.

SANTOS, M. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. **Revista TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, p. 138-169. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/DPRr6kxK4gx8k56fN9tvGKc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de setembro de 2022.

TORRES, E.; IRELAND, T.; ALMEIDA, S. Diagnóstico da política de educação em prisões no Brasil (2020): o desafio da universalização. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 15, 1-18. 2021.

YANOW, DVORA. **Making sense of policy practices**: Interpretation and meaning. Handbook of Critical Policy Studies. Wageningen. 2015, p. 401-428.

The background is a dark, textured surface with several large, translucent spheres and cones in shades of red, pink, and purple. The shapes are arranged in a way that creates a sense of depth and movement. The lighting is soft, highlighting the edges of the shapes.

7

Ana Priscila Alves

ENTRE GANHAR DINHEIRO E VIVER A VIDA:

AS ESTRATÉGIAS DAS
CONDUTORAS DE APLICATIVO
PARA GANHAR A VIDA

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa como as motoristas de aplicativo ganham a vida e as particularidades de ser mulher numa ocupação tipicamente masculina. Os resultados foram obtidos a partir da dissertação de mestrado, que contou com entrevistas a oito motoristas, investigando suas trajetórias, perfis e as estratégias que desenvolvem em um contexto de crise, onde o fechamento do mercado de trabalho as leva a buscar alternativas.

O trabalho como motorista de aplicativo entra em evidência no Brasil com a chegada da empresa *Uber* em maio de 2014. Iniciando com valores fixos para os passageiros até chegar ao modelo em vigor hoje, o crescimento da *Uber* no país acompanhou a agudização da crise política e econômica local, que a partir de 2015 desencadeou-se com uma profunda recessão e aumento do desemprego (Rossi; Mello, 2017).

As grandes questões que estão sendo desenvolvidas sobre a pauta dizem respeito às reconfigurações do mundo do trabalho e, no caso brasileiro, sobre a precarização deste, tendo poucos trabalhos com enfoque no debate de gênero, possivelmente pelo ainda incipiente percentual de mulheres motoristas nas plataformas (5% até a última vez que a empresa *Uber* divulgou o dado). Mas milhares de mulheres têm ganhado a vida num modelo tradicionalmente masculino: no espaço público e na condução de carros.

O presente trabalho busca contribuir para análise da especificidade da experiência feminina no trabalho e para além dele. É por isso que, mais do que precarização, investigo suas estratégias de vida, de uso do tempo, de controle de gastos e ganhos, de alimentação e de gestão de risco neste novo modelo em que estas se encontram inteiramente responsáveis por todos estes, ou seja,

interessa o “olhar atento às formas situadas de construir o mundo e viver nele” (Álvarez e Perelman, 2020, p. 8). Em outras palavras, apesar da central necessidade de ganhar dinheiro para a casa, as mulheres constroem vida para além disso, e têm nesta modalidade de trabalho parte fundamental da organização. Dirigir para a *Uber* faz parte das estratégias de vida destas mulheres.

Para dar conta destas questões, a pesquisa de campo pareceu o mais pertinente. Foram dez contatos abertos por meio do uso do aplicativo, todos na região metropolitana do Rio de Janeiro. Ao todo, foram realizadas 8 entrevistas com interlocutoras de perfis diversos, que aqui darei nomes fictícios. Realizei entrevistas semiestruturadas, com um roteiro que apresentava quatro questões principais: a casa e o dinheiro da casa; a trajetória profissional e o caminho que as levou até a condução por aplicativo; a circulação pela cidade e suas estratégias para fazer a leitura do clima (Cavalcanti, 2008) e gestão dos riscos; suas perspectivas de futuro.

Dentre as motoristas, é notável que enxergam a atividade como uma a relação de trabalho para outrem:

Eu acredito que a maioria das pessoas que está no corre e depende do aplicativo como única fonte de renda, elas enxergam sim como um empregador e como um empregador que vai controlar, então trabalha pianinho, a gente acaba se sujeitando, pegando corridas às vezes que nem compensam, porque é isso, você depende dessa fonte de renda (Maira).

Contudo, há uma diferença latente entre o trabalho no modelo fabril¹ no qual se assenta a Consolidação das Leis do Trabalho (1643) e o trabalho para plataformas virtuais. No modelo fabril varguista, mesmo que com alguma distância devido à complexificação da

1 Apesar da contradição em relação ao trabalho formal e/ou fabril, vale ressaltar que este modelo nunca foi hegemônico no Brasil e entre as mulheres.

divisão do trabalho, existia conhecimento da estrutura empresarial, assim como da chefia – o conhecimento da chefia, ao menos direta, é uma realidade em praticamente qualquer tipo de trabalho com vínculo formal. Plataformas como a *Uber*, além de serem transnacionais com centro de comando em outro país, mantêm a maior parte dessas informações em sigilo (Abílio, 2017), dificultando possíveis, e até previsíveis reivindicações dos trabalhadores, dado que, apesar das semelhanças com o trabalho regulado, as condições, jornadas e custos de trabalho são explicitamente piores.

Em suma, não é possível ignorar a dimensão da precarização do trabalho. A começar pelo sentimento comum entre elas de que esta ocupação é, sim, um trabalho e, em grande parte das vezes, sua principal ou única fonte de renda. Apesar das motoristas apresentarem vínculos afetivos com esta ocupação, são constantes as queixas de uma jornada longa e exaustiva, envolvendo episódios traumáticos como acidentes, violência urbana ou risco real de violência. Todas relatam forte regulação da plataforma e baixa remuneração em relação ao valor pago pelos usuários.

É esta relação que deixa a contradição em evidência: as motoristas trabalham mais e ganham menos do que gostariam, levam o trabalho à exaustão e o sabem. Foram recorrentes os relatos sobre atingir as 12 horas máximas estabelecidas pela plataforma, e até mesmo driblar o sistema para trabalhar mais do que isso. Os relatos abordam também os riscos da violência urbana no trabalho, muito mais vezes do que o receio em relação ao assédio. São evidentes os prejuízos financeiros, físicos e emocionais sofridos pelas interlocutoras, que tiveram que arcar com eles sem nenhum apoio da empresa. Todas apresentam queixas sobre o trabalho na plataforma, todavia, em meio às adversidades do mercado de trabalho escasso e da violência urbana, as mulheres precisam ganhar a vida e este é o modo que, de alguma forma, elas encontraram para tal.

AS ESTRATÉGIAS PELO CAMINHO

Então, assim, eu vejo que é um dinheiro que vem muito mais rápido do que viria se eu estivesse com uma carteira assinada, que a gente ganha melhor, você faz o seu horário, você faz o valor que você quer por dia, consigo pagar tudo, consigo resolver, porém, são muitos... São coisas muito, muito diferentes que acontecem do que vinha acontecendo na minha vida até ali, e é muito perigoso, eu acho extremamente perigoso. Hoje eu tô com essa noção, do perigo que a gente corre na rua, ainda mais sendo mulher, né? (Andrea).

A plataformização do trabalho entra em pauta na sociologia contemporânea a partir de sua inserção numa dinâmica global de produção que remodela o trabalho devido ao novo regime hegemônico de acumulação, a financeirização. Há agora a predominância do sistema financeiro, de um capital fictício e flutuante, que inaugura novas modalidades de trabalho neste modelo transnacional e flexível. Para tanto, a reorganização dos modos de vida e dos valores são “consequência e condição das transformações econômicas” (Bourdieu, 2006), estas vivenciam os indivíduos, que fazem na prática a economia enquanto o mercado e as empresas se remodelam para garantir ganhos satisfatórios. Por isso “em contextos de crises econômicas e reconfigurações do mundo do trabalho, a análise do ganho da vida permite ainda compreender as consequências sociais, econômicas e políticas do descentramento do emprego” (Araujo, 2017, p. 113).

Assim, na experiência dessas mulheres, essas questões não são nada fictícias e flutuantes, estão materializadas em seus desafios cotidianos. Isto é, esta organização econômica abstrata entra em conflito com a concretude da vida (Moreno, 2018; Alves, 2021). Em suma, há uma série de questões na vida prática que surgem a partir dos conflitos entre o capital e a vida. Entendo que o *ganhar a vida* apresenta-se como a série de arranjos feitos para que seja possível

conciliar as muitas dimensões e demandas da vida perante a necessidade permanente de ganhar dinheiro e sobreviver num mundo em que todas as relações e acessos são mediados por ele.

O conflito reorganiza interesses por lidar necessariamente com duas partes, ou seja, “o conflito é uma forma de sociação” (Simmel, 1964, p. 168), aqui, dividida entre os interesses dos de cima e dos de baixo (Gago, 2018), onde aqueles são “rentistas e financistas” e estes são “empreendedores e precarizados” (Monteiro, 2020). Produz-se, então, uma relação de afetação dupla contínua entre o *ganhar dinheiro* e o *viver a vida*. Para mediar esta relação, é necessário que os de baixo desenvolvam estratégias, como forma de medir a importância de ambos em cada situação e de lidar com quem sai em desvantagem, dado que são ambos imbricados e necessários.

São diversas estratégias de vida (Machado, 2018 [1984]) que as mulheres precisam criar, desde a gestão e o ganho do dinheiro, passando pelos riscos, sacrifícios e mediações com a família, e até mesmo com as próprias emoções que são acionadas pelo caminho. São muitas as nuances entre a realidade de um trabalho precarizado, as demandas da vida e as agências possíveis. A fala inicial coloca isso em evidência, pois conecta as muitas dimensões do trabalho por aplicativo sendo mulher. A forma de trabalhar e receber dinheiro é diferente do trabalho que se imagina tradicional, de carteira assinada. Andrea só foi para *Uber* após perder o emprego formal, mas acredita que ali se ganha mais dinheiro. Porém, para isto, é necessário lidar com riscos que não imaginava, “ainda mais sendo mulher”. Este modo específico de ganhar dinheiro reorganiza toda a forma de lidar com o mundo e viver a vida. Por isso, fala-se não apenas de ganhar dinheiro, mas de ganhar a vida.

Na existência prática, não há como separar essas muitas nuances: o social, o econômico, as projeções, o trabalho, as expectativas, as relações interpessoais, o lúdico, a família (Campos, 2022). O dinheiro se insere, assim, neste contexto mais amplo da construção

de uma vida que valha a pena ser vivida (Álvarez, Perelman, 2020) e que, portanto, vai necessariamente além da monetização em si: “o que eu faço no *Uber* vai muito além do dinheiro, sabe? eu conecto pessoas. Eu conheço pessoas, conheço histórias, isso pra mim é muito importante, eu vivo experiências” (Jenifer). A fala de Jenifer evidencia que, quando as mulheres falam sobre sua experiência como motorista e em suas trajetórias, elas estão contando suas próprias vidas.

A partir de suas diferentes trajetórias, experiências e anseios, as motoristas “constroem marcos de referência em torno das formas de ganhar a vida e como conseguir melhorá-las” (Perelman, 2017, p. 89), inclusive nos modos de organização do dinheiro, tarefa fundamental para este ofício. Existem duas questões comuns que são contraditórias, mas coexistem: neste trabalho você pode determinar o quanto vai ganhar, ao mesmo tempo que nem sempre vai garantir o ganho estipulado.

Dada esta realidade, as motoristas se organizam de duas maneiras: a primeira é estabelecendo metas de dinheiro a ser ganho em certo período, e a segunda é delimitando o tempo de trabalho. Em geral, as coisas se misturam. Ao sair de casa, estipula-se quanto dinheiro é necessário ganhar e quanto tempo é viável correr. Contudo, a imprevisibilidade e o dinamismo fazem com que muitas vezes se opte em estender a jornada até o tempo do cansaço: “E aqui eu fiz a minha meta cedo, tá bom? Eu continuo, que eu não sei como vai ser o dia seguinte. Um dia após o outro, sempre assim” (Janice). Mas, ainda assim, estes (tempo ou dinheiro) são aspectos organizativos que dão norte para o que se espera do dia que, apesar de incerto e flexível, há uma rotina desejada.

Quando perguntadas sobre o que seria um dia típico, todas tinham uma rotina ideal para apresentar: “acordo umas sete e poucas por aí. Sete horas, sete e meia, me arrumo. Não tomo café, porque eu não gosto de café da manhã [...]. Aí me arrumo e desço pra rua pra

ir trabalhar” (Gisele). A principal margem de controle que se tem é desse início de dia, a partir daí, já se pode ter a expectativa de rota e dinheiro atendida ou não. Algumas apontam que tentam esperar “uma corrida boa” para iniciar o dia um pouco mais próxima da meta: “corrida de tiro, né? De cinquenta pra cima” (Janice). Evidentemente, esta corrida nem sempre é possível, nem por isso elas abrirão mão de sair para um dia de trabalho.

Jenifer está se organizando para comprar um apartamento com sua esposa, que é bancária. Como não pagam aluguel na casa em que moram, tiram o que consideram proporcional ao valor de um aluguel para juntar, isso é parte fundamental de seu cálculo: “eu tento pelo menos 200 reais de lucro, que aí já me ajuda”. Alguns dias são melhores do que outros: “depende da dinâmica. Depende da demanda do *Uber*. Se tiver uma demanda muito boa eu consigo, se não tiver, filha... Igual ontem, ontem eu fechei e fiz, fiz 444, mas também, filha...”

Nota-se que a comparação com a o emprego de carteira assinada é algo perene, sobretudo no valor, mas também no tempo. Jenifer fala de se dar uma folga, ela o faz porque é necessário para o seu relacionamento e, por mais que ache que “deveria? Deveria” trabalhar no final de semana, se tranquiliza: “senão, meu filho, não há relacionamento que aguento. Imagina, ficar 12, 14 horas na rua, de segunda a sábado. Vamos supor que o peão tira domingo, né, o CLT da vida aí”. Por mais que reconheça que os fins de semana tendem a dar uma maior entrada², não vale a pena para ela: “Como

2 Uma das principais parcerias da *Uber* é com a Localiza, empresa de aluguel de veículos. Em seu site, esta publica algumas dicas para os motoristas que desejam começar a ganhar dinheiro com esta prática, uma delas diz respeito aos melhores horários de fluxo e, consequentemente, de entrada de dinheiro, onde aponta os finais de semana, de fato, como opção privilegiada. Disponível em: <https://zarp.localiza.com/blog/post/melhor-horario-para-rodar-de-uber>. Diferença também sentida pelos motoristas. O artigo realizado pela UOL que entrevistou três motoristas de aplicativo da cidade de São Paulo, estes alegaram que os finais de semana são mais vantajosos financeiramente, sensação também percebida pelas minhas interlocutoras. Para ver o artigo, acessar: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/02/motorista-uber-sao-paulo-quanto-ganha.htm>

eu disse, o meu tempo é flexível. Só que *pra mim, pra minha rotina não é interessante. Por quê? Porque eu tenho a Bruna*”. Assim, Jenifer mobiliza a centralidade do mercado formal no imaginário (Guimarães, 2012) para priorizar sua demanda afetiva em relação à financeira, e busca outras formas de garantir a segunda.

Luana utiliza da mesma ferramenta, mas para outras necessidades. Ela, que tem em sua história uma luta contra a depressão, necessita que seu trabalho não seja adoecedor, por isso, organiza sua corrida com meta de tempo. É possível visualizar um nítido paralelo com o emprego com carteira assinada, pois ela corre exatamente oito horas por dia. Isso não significa que ela não esteja calculando o quanto pretende ganhar. Para ela existe uma projeção:

é porque é muito por hora. Existe um estudo que falava que em geral de dia você ganha vinte e cinco reais a hora, por hora, e à noite trinta e cinco, a média na Uber. E é mais ou menos isso, assim. É mais ou menos isso. É literalmente mais ou menos isso. Fazendo as contas na minha cabeça aqui.

O cálculo de Luana, apesar de não ser idêntico, condiz com a pesquisa realizada pelo Cebrap em parceria com a Amoibitec³, que sinaliza ganho médio de R\$ 30 por hora numa jornada de 40 horas semanais, sem intervalo entre as corridas. Esse valor, contudo, cai com o tempo ocioso em busca da próxima corrida. Caso essa busca ocupe 30% da jornada, o que não é impossível ou improvável, a média de ganho vai para apenas R\$ 18 a hora.

Neste sentido, a meta de dinheiro é predominante em relação a de tempo. Em geral, faz-se o cálculo do que é necessário para os objetivos financeiros do mês e divide-se pelos dias ou semanas, cada uma a partir de sua própria demanda: *“Eu tenho meta de dinheiro, né, a meta é fazer de 250 a 300 por dia, porque é uma conta que fecha para eu cobrir os gastos do combustível, do meu carro, que esse carro*

é parcelado (Andrea)”. A meta envolve o sustento da casa, mas também o sustento do próprio trabalho, seja a parcela ou o aluguel do carro, a gasolina, a manutenção: “eu ganho mais dinheiro do que eu nunca ganhei na minha vida, sabe? Mas assim, teoricamente, metade do meu dinheiro é custo. É custo do carro e de gasolina. Na verdade, metade do meu dinheiro é gasolina” (Alice).

A transferência de custos da empresa para os trabalhadores molda suas estratégias e gera impacto em seus ganhos. Num paralelo possível, Marcos Campos (2022) apresenta em sua tese uma leitura sobre artistas no vagão e um dos elementos que é uma permanente questão para seus interlocutores é o dinheiro da passagem, revelando as tensões geradas por uma condição que demanda gastar dinheiro para ganhar dinheiro. É necessário desenvolver uma série de estratégias para que o gasto permanente não saia do radar:

Você vai tentando administrar. Então assim, vamos supor, eu tenho o cartão do Uber. O Uber te dá uma Uber conta. Então porra, vamos supor que eu comecei o Uber hoje. E aí como que eu programei isso? Ah, eu comecei hoje e tirei meu crédito, 50 reais de combustível, vamo colocar assim. Aí eu fiz 350, aí eu já pego esses 50, já pago o crédito. Porque se eu ver a conta alta, meu irmão, isso me deixa na ansiedade, absurdo. Aí eu já pronto, 50, me sobrou 300. Então daqueles 300 eu vou tirar 50 pro outro dia. Então me restou 250. Então esse é o meu lucro (Jenifer).

Revela-se aqui a importância dessa gestão. Ressalto duas questões deste relato: a primeira é que, a necessidade dos gastos faz com que algo que deveria ser positivo (a conta estar alta), torne-se motivo de ansiedade, pois, na projeção construída a partir da experiência, a conta alta não significa que se ganhou muito dinheiro, e sim que não se gastou o suficiente com a manutenção do trabalho. Outro fator interessante é a transação do dinheiro, que muitas vezes fica como algo abstrato, um dinheiro que sai do passageiro e entra na conta da motorista, o que não ocorre exatamente dessa maneira. Na Uber, existem algumas possibilidades para retirar o dinheiro ganho do

trabalho⁴, contudo a maior parte envolve ter que esperar dias para o recebimento ou pagar taxas de transferência, exceto uma: abrir uma *Uber* Conta, espaço de recebimento e gerência mediado pela própria empresa, que disponibiliza também um cartão de crédito a cada motorista, onde o dinheiro cai na hora e sem custos adicionais. Essa estratégia segue a tendência das grandes transnacionais de tecnologia (as chamadas *Big Techs*), que cada vez mais se financiam e adotam práticas similares a dos bancos, consolidando-se como relevantes agentes econômicos (Fernandes, 2020).

Dentre as realidades diversas, o único elemento comum é que, caso você saia para trabalhar, o dinheiro vai entrar. Estar na rua, circulando e disponível ao trabalho é a única garantia de que será possível pagar as contas, os prejuízos e as necessidades, como bem explica Jenifer:

O que que o Uber me traz? Ele me traz a manutenção do dinheiro, sabe? O dinheiro ele roda na minha mão. Então pego, pago conta e vou rodando o dinheiro, entendeu? Então o Uber te dá o dinheiro líquido. Isso me deixa muito tranquila. De saber que eu posso sair pra rua, posso ficar morta, cansada, mas se eu tiver uma meta, eu vou lá e vou pegar essa meta. É máquina de imprimir dinheiro. Por mais que você tenha aí os percalços, por mais que você tenha os perrengues, por mais que você tenha manutenção de carro, que não é uma coisa barata.

DINHEIRO DE AGORA, DINHEIRO DO FUTURO

Apesar dos constantes cálculos de meta, de tempo, de projeção entre tempo e entrada para chegar o mais próximo possível do dinheiro do mês, quando pergunto às motoristas se elas fazem mais ou menos o mesmo dinheiro todo dia, é unânime que não, que a variação

4

Dados disponibilizados pela empresa em seu sítio eletrônico: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/como-funciona-o-repasse-de-ganhos-do-motorista-parceiro-com-a-uber/>

é grande. Na tentativa de driblar isso, Janice tenta olhar em perspectiva: dia, semana, mês e até mesmo ano. Ela avalia que, como as pessoas saem no final de semana, segunda pegam mais *Uber* e o dia seguinte, a terça, já é um dia ruim. Nos meses, dezembro é o melhor, mas janeiro já é um mês ruim “porque todo mundo já gastou lá em dezembro. E janeiro tem o quê? IPVA. Todo mundo enforcado já com o cartão, gastou tudo lá.” Assim, ela vai organizando as suas finanças

Pensando sempre as temporalidades a longo prazo, ela possui duas reservas:

Eu ajunto pro carro, pra manutenção do carro, vou ajudando, todo dia eu tiro trinta reais pra manutenção do carro. Fora o meu dinheiro, eu faço o seguinte, eu tiro oitenta reais, cinquenta numa conta e trinta na outra. A do carro é trinta, tem dia que eu até boto cinquenta, então tá ali, eu ajunto. Quando eu tenho uma emergência, da onde eu vou tirar? De lá.

Diariamente, ela separa os trinta reais para possíveis problemas no carro, como manutenção ou problema nos pneus, e outros cinquenta reais para as férias de dez dias que planeja tirar em novembro, que considera o mês ideal para isso. Ela diz que tenta orientar as amigas a fazer o mesmo e que se orgulha muito de sua organização financeira. Há uma série de moralidades no uso do dinheiro, e poupá-lo é visto como uma virtude (Peurari *et al.*, 2018).

Em outros casos, como o de Alice, o dinheiro é ganho pensando no agora. Para além dos hormônios que precisa comprar⁵ e dos gastos do trabalho a serem pagos no presente, os desejos do presente também se sobressaem: “Eu sempre fui de pegar todo o meu dinheiro e gastar com saídas, coisas assim, sabe? E recentemente, tipo, muita maquiagem, muita... sabe? Coisas de estética, roupa, nossa, amo gastar dinheiro com roupa.” Isto se dá porque assim como há moralidades que envolvem o poupar, também há no consumo, que possui importância simbólica de inserção em contextos sociais

e carrega também simbolismos de classe e gênero. Em ambos os casos, observa-se uma relação com o consumo, seja no presente ou no futuro (Bourdieu, 2006).

As moralidades entram em perspectiva não apenas quando se pensa o uso, mas também o ganho do dinheiro. O trabalho *just in time* coloca como desafio pensar como o dinheiro será ganho no futuro, sobretudo pela perspectiva do trabalho como motorista como um emprego de passagem. Ao passo que o trabalho formal está no centro do imaginário, há também uma descrença nele, condição comum entre as pessoas fora deste mercado em diversas realidades (Guimarães, 2012), desta forma, a meta de qualificar-se para, assim, acessar o mercado formal, é uma tendência nas motoristas que não possuem ensino superior.

As motoristas graduadas, porém, não se projetam no futuro como motoristas de aplicativo, mas também não visualizam um emprego com carteira assinada no horizonte. Luana pretende ainda trabalhar com sua formação de historiadora e estuda para passar num concurso público de professora. Andrea não consegue visualizar outros caminhos viáveis para além de empreender, pretende que sua loja, aos poucos, possa ir se tornando a renda principal para não precisar mais rodar de *Uber*, ao menos não na mesma frequência.

Quando perguntei a Jenifer sobre o que vislumbrava para o futuro, ela não pensou para responder: “entrar no *Big Brother*”. Seu sonho é um dia, dentro do carro, conhecer algum passageiro que trabalhe no *reality show*, se encante com seu carisma e possa transformar sua realidade. De duas coisas ela tem certeza: de sua simpatia e de sua disposição para fazer bons negócios, mas, ainda assim, ela fazer questão de afirmar “não sou puta”. Isto é, há um limite moral em sua disposição que, para ela, é a prostituição, colocando o sexo e o ganho de dinheiro como “mundos hostis” que devem permanecer em “esferas separadas” (Zelizer, 2009), o que evidencia as diferenças morais baseadas nas experiências e expectativas em torno não

apenas de como conseguir dinheiro, mas também de como viver dignamente (Perelman, 2017).

Nota-se de modo geral uma grande preocupação com o dinheiro do futuro e certa tranquilidade em relação ao dinheiro do presente, condição típica desta modalidade de trabalho. Porém, a sobrevivência entra em xeque quando o cenário presente transforma por completo as condições do ganho do dinheiro com quando, particularmente, há problemas com o carro ou a saúde ou quando, coletivamente a conjuntura se transforma.

No fim das contas, a organização do ganho de dinheiro é um constante cálculo entre as esperanças subjetivas e as oportunidades objetivas (Bourdieu, 2006), em que, posta a realidade e as necessidades, as mulheres precisam mediar o que se ganha e o que se sacrifica. Sacrifica-se o tempo, muitas vezes também os caminhos para a projeção de futuro, mas não se sacrifica certas moralidades e a família, parte fundamental inclusive para garantir as formas de ganhar a vida.

PARA PRODUZIR É NECESSÁRIO ESTAR VIVA: REPRODUÇÃO DA VIDA EM MOVIMENTO

A literatura sobre as mulheres diversas vezes se centra na divisão sexual do trabalho e no trabalho doméstico (Hirata, Kergoat, 2005). Isto porque a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres uma realidade de acúmulo entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. Assim, os trabalhos considerados femininos não apenas são relacionados ao cuidado como, muitas vezes, também possibilitam uma dinâmica de cuidados. A flexibilização do trabalho feminino diversas vezes acontece dentro dos lares (Machado, 2018 [1979]), contudo este não é o caso das motoristas de aplicativo.

Tendo em vista que este trabalho parte de uma outra dinâmica de tempo, em geral vivenciada pelos homens, esse modo de

ganhar a vida também coloca as mulheres em outra relação com o trabalho de cuidados, que deixa de ter centralidade na vida em grande parte dos casos e, como no da observação, é terceirizado para outras mulheres da família ou reduzido ao mínimo, já que o tempo dentro de casa também se reduz no mesmo sentido.

Na campanha “Elas na Direção”, a *Uber* diz ter ciência de que as mulheres seguem responsabilizadas pelo trabalho doméstico e sugere que um emprego de horário flexível pode ajudar a conciliar esta relação com a necessidade da independência financeira⁶. Mas a empresa parece não saber a realidade nem de suas motoristas, nem do trabalho doméstico, que consome em média 21h horas semanais das mulheres (IPEA, 2015), algo que não é conciliável com uma rotina de 12h horas de trabalho, como muitas motoristas fazem. Neste sentido, Machado aponta que, no dilema do uso do tempo entre o trabalho produtivo e reprodutivo, quando o primeiro toma quase que a totalidade do tempo das mulheres, “o conflito só pode ser resolvido pela eliminação pura e simples de um de seus polos” (Machado, 2018 [1979]), p. 31).

É o que todas parecem fazer a partir de suas possibilidades. Quando perguntei a Janice como ela fazia as tarefas de casa, ela prontamente respondeu: “Como eu faço? As tarefas de casa quem faz tudo é minha mãe”. Para Andrea e Alice é a mesma situação. Gisele divide apartamento com sua irmã, mas ambas passam a maior parte do dia fora de casa, onde fazem suas refeições. Evitam ao máximo sujar a casa para evitar os trabalhos domésticos.

Jenifer é a única que parece conciliar de alguma forma. Por ser nutricionista, faz questão de organizar as próprias refeições e de sua companheira. Como passam os finais de semana em casa, conseguem ter uma dinâmica em conjunto, inclusive do trabalho doméstico. Luana, assim como Gisele, também reduz seu trabalho e tempo em

6 Extraído da matéria de lançamento da campanha. Ver: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/uber-lanca-elas-na-direcao/>

casa, ela inclusive sequer tem uma geladeira, possui apenas um frigobar, produzir suas refeições em casa não é uma opção. Todavia, apesar de ser o possível para sua rotina, não deixa de envolver culpa por não se dedicar como acha que deveria a seu cachorro.

A relação de Luana e seu cachorro evidencia que, apesar da redução ou eliminação do trabalho doméstico na rotina, o cuidado está presente em outras partes da vida. Gisele, sempre que possível, busca sua afilhada na escola. Alice está sempre atenta a sua melhor amiga, que possui traços depressivos. Janice não abre mão de preparar o primeiro café matutino de sua mãe, e de tomarem juntas antes dela sair.

Até mesmo no trabalho parece surgir a dimensão do cuidado. Janice conta que o trabalho que mais faz dentro da *Uber* é de “psicóloga”. Muitas pessoas entram no carro querendo conversar, contar sobre suas vidas e pedir conselhos. Talvez por ser alguém que provavelmente nunca mais verão, ou talvez por ser *uma mulher* que provavelmente nunca mais verão. Eu perguntei se ela ficava desconfortável com isso ou se dava os conselhos, ela respondeu: “Eu dou. Se me pedir conselho, eu vou te dar”. Disse até mesmo que prefere assim, corridas em que possa conversar.

Nesta perspectiva de cuidado com o passageiro, Jenifer se colocou em uma das situações de maior perigo pela qual já passou. Uma mulher pediu sua primeira corrida da manhã, às 4h30, ainda madrugada para quem comemorava a vitória do Flamengo no dia anterior. Primeiro entrou apenas ela e uma criança, depois entraram mais dois homens e uma mulher, que alteraram a rota para o hospital num local considerado perigoso na cidade, o bairro do Caju. Os passageiros a perguntavam se ela aceitava *pix*⁷: “Aceito. *Precisando do dinheiro. Não me dando calote, tá tudo certo*”. Apesar da situação

7 O *pix* é um “sistema digital de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil em novembro de 2020, no contexto global do avanço da digitalização dos meios de pagamentos nos últimos anos” (Kosinski, 2021, p. 1).

suspeita, ela viu que a mulher estava machucada e resolveu seguir com a corrida, para fazer sua “boa ação do dia”.

No meio do caminho, porém, ao passarem por uma operação de fiscalização de trânsito, viu seus passageiros ficarem nervosos: “fodeu, fodeu”. Sem entender o que se passava, foi perguntando o que estava acontecendo até descobrir que carregava uma pessoa foragida do sistema penitenciário. Eles conseguiram passar em segurança da operação, mas ela conta ter temido se ver em uma troca de tiros sem qualquer aviso prévio. Após sair da situação e se dar conta do risco em que estava, caiu no choro em desespero. No final das contas, deixou os passageiros no hospital e saiu do local, sem abrir a possibilidade de pagamento por *píx* nas corridas seguintes.

O que se compreende é que a dimensão do cuidado não deixa de existir no cotidiano destas mulheres, porém ela deixa de ter centralidade na organização do tempo e da vida. Nota-se ainda uma divisão entre as tarefas públicas e privadas, já que, em geral, por estarem sempre em circulação pela cidade e ganhando dinheiro líquido, as motoristas costumam ser responsabilizadas pelas compras no supermercado. Todavia, na tarefa de permanecerem em integridade sendo mulheres em circulação, outros desafios aparecem.

OUTROS PROBLEMAS DE MULHER: LIDANDO COM O ASSÉDIO E SEXUALIDADE NO COTIDIANO

A questão do assédio não é a queixa e a preocupação mais frequente para a maioria das interlocutoras, o que não significa que ele deixe de existir. Sueli e Andrea foram as únicas que disseram nunca terem passado por isso, todas as outras tiveram algo para contar dessa experiência comum no deslocamento de 81% das mulheres⁸.

8

Dado extraído da pesquisa “Segurança das mulheres nos deslocamentos pela cidade”, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com outras instituições, inclusive a própria Uber.

Pontua-se Alice que, ao ser perguntada sobre o assunto, disse que passou por situações de importunação verbal, mas preferiu contar sobre as questões em relação à sua identidade de gênero.

Ela traz dois relatos, um positivo e um negativo. O primeiro é de uma viagem em que pegou dois homens “muito potenciais transfóbicos” – ela os classificou assim por serem militares – e um deles disse ter saído com uma mulher trans. Quando o segundo tentou insinuar que o primeiro deve ter tentado fugir da situação, este negou, disse que permaneceu, que o encontro havia sido ótimo e que, se a mulher queria ser tratada pela sua identidade de gênero, ele respeitaria. Apesar da situação não ter sido diretamente sobre ela, isso fez com que ela se sentisse validada e contente.

O segundo caso, porém, foi de uma mãe que entrou com duas crianças. Ao que a primeira disse “oi, moça” e a segunda “oi, moço”. As duas crianças ficaram discutindo entre si se Alice seria uma menina ou um menino, ao passo que ela respondeu: “eu sou uma menina e isso não é nada educado de vocês fazerem, tá bom?”. Ela conta que, naquele momento, a mãe retrucou as crianças: “bem feito”, como se as estivesse repreendendo, mas isso não impediu que a motorista a atribuísse uma nota negativa, pois entendia que era dever da mãe não deixá-la passar por aquela situação. Alice conta que não é incomum ser tratada no masculino, nem situações em que “pessoas mais velhas, que não têm contato com pessoas trans” a façam perguntas desconfortáveis, a exemplo do questionamento sobre se ela teria feito cirurgia de mudança do órgão sexual.

Luana é também uma mulher trans, mas já num outro momento da transição, bem marcada em sua voz e aparência plenamente próximas do que é considerado como femininas. Para Luana, não há questionamento de sua identidade de gênero, porém, o assédio é mais recorrente do que para todas as outras motoristas entrevistadas.

Dentre todas as interlocutoras, Luana é quem mais tem aparência e características associadas ao gênero feminino. Butler (2015) afirma que “o gênero não é um fato, os vários atos de gênero criam a ideia de gênero”, a circunstância de Luana de exercer mais atos associados ao gênero feminino pode ser determinante para a sua experiência, posto que:

o gênero é uma performance que envolve consequências claramente punitivas. A distinção de gênero faz parte da “humanização” dos indivíduos dentro da cultura contemporânea; assim, quem não efetua a sua distinção de gênero de modo adequado é regularmente punido (p. 2).

Neste sentido, ela teria duas “desadequações” sociais para o esperado: a primeira é o simples fato de ser uma mulher trans, a segunda é de ser uma mulher feminilizada num ofício masculinizado, e não é incomum que homens que se deparam com esta situação utilizem do assédio como instrumento de poder numa tentativa de demarcar as posições sociais (Fukuda, 2012).

Luana almeja o momento que poderá utilizar a ferramenta U-Elas⁹ para evitar quadros de assédio, mas sabe que isso não resolveria o problema por completo. Ela conta algumas situações e começa falando sobre um caso em que dois passageiros entraram em seu carro, uma mulher e um homem, numa corrida solicitada por ela:

[...] ela saltou antes e ele saltou depois. Entre a parada dela e o destino dele, ele ficou me assediando o tempo todo. Enfim, e eu não estou com acesso ao Uber Elas, né, estou tentando resolver isso hoje, né? O rapaz falou que talvez até segunda se resolva. E eu já fui assediada de o cara ver que além de ser mulher, eu ser trans, o cara querer falar coisas que ele falou, assim... Falando quantos centímetros tinha, se era boa pra mim... Enfim, várias coisas assim, daí pra baixo. Isso faz uma semana?

9

Ferramenta disponibilizada pela plataforma que permite que mulheres motoristas peguem apenas passageiras também mulheres.

O marcador temporal de “uma semana” ressaltado por Luana é importante para dar ênfase à recorrência do assédio em seu caminho. Seu maior medo é a possibilidade do assédio “passar da palavra”, por isso, sua estratégia para se sentir mais segura é andar com uma faca dentro do carro de fácil acesso para ela, e ela afirma que “se ultrapassar [da palavra], eu vou ser presa, porque eu vou esfaquear, sem menor dúvida”, “antes que chore a mãe do outro do que a minha.” Como essa situação limite também não é desejada, ela constrói ainda estratégias de prevenção:

No falar, eu fico tentando esperar que não vá ao toque, que não vá... entendeu? Eu fico só ali, tentando sempre ignorar, cortar... E já penso em milhões de possibilidades. Por conhecer a cidade, eu já penso em milhões de possibilidades, então eu já penso no caminho que eu vou fazer para levar ele e penso aonde posso parar, se tem alguma coisa perto, enfim.

O “cortar” é o principal método adotado pelas mulheres motoristas. Até mesmo antes de qualquer sinal, Gisele já não abre brecha: “passageiro comigo eu não converso muito”. Ainda assim, há homens que insistem, segundo ela “principalmente o gringo”. Ela afirma que “corta” de imediato, e acrescenta: “não é a minha praia”, para deixar nítido que não se relaciona com homens. Percebi a partir deste e de outros relatos que a orientação sexual é acionada também como estratégia para se esquivar de situações de assédio. Ou seja, para garantir a segurança e a integridade, as mulheres mobilizam os recursos que têm acesso, mas o limite comum é de suportar apenas importunações verbais: “não encostando em mim, tá tudo bem” (Janice).

AS EMOÇÕES EM ESTRATÉGIA

A vida dinâmica em gerenciamento de diversos riscos faz com que as mulheres vivam intensas emoções nesta experiência. O medo

é uma constante já prevista, que tomou um tempo justo de todas as entrevistas e está, na maioria das vezes, associado à violência urbana. Outra emoção, porém, apareceu com frequência: o estresse.

Ariza (2021) propõe as emoções como parte fundamental da análise na Sociologia, e ressalta a possibilidade da manifestação do que chama de “estados afetivos negativos”, onde a raiva, o medo e o estresse são trabalhados. Se estas emoções tidas como negativas não são as únicas vivenciadas pelas mulheres motoristas, elas tampouco podem ser ignoradas. Nos relatos das interlocutoras, o estresse parece intrínseco à experiência no trânsito. Quando Luana me disse que conhecia muito o Rio de Janeiro e não considerava uma cidade insegura, eu lhe perguntei se essa também era sua visão sobre o trânsito, sua definição sobre ele foi a seguinte: “Insuportável, eu acho insuportável. O trânsito eu acho violento e acho insuportável”.

Mesmo para as que gostam do ofício, esta parece ser uma realidade: “gosto de dirigir, trabalho, dirijo 12 horas de boa. O problema não é esse, é estresse mesmo” (Sueli). Sueli se estressa com o trânsito e com a relação com os passageiros, seu próprio ganho de dinheiro depende de sua paciência. Quando o que interferia no seu ganho diário, sua resposta foi a seguinte:

É disposição. O quanto tem de disposição, porque eu acho assim, o trânsito é o que consome. E passageiro também. Tem aqueles passageiros que às vezes estão mal. Entra sorrindo, contente, agradecendo porque você foi buscar. Mas depois, se você deixar a cinquenta metros do destino porque não tem onde parar, é motivo de ele ficar revoltado, bater a porta, te descer gritando, entendeu? E aí às vezes acaba a paciência... Um absurdo.

Alice que, pela primeira vez, se sente apaixonada pelo seu trabalho, também não deixa de se estressar. Nos encontramos por volta das dezoito horas, por ser o horário que ela mais se irrita com o trânsito. Na verdade, eu e Alice conversamos por quase duas horas e, dentre os muitos assuntos, sem dúvidas, o que ela mais explorou

foram seus estresses e brigas no trânsito. Ela não se cala nas situações que considera não serem razoáveis e conta de uma vez que um motorista resolveu parar fechando um cruzamento, nas duas faixas. A princípio, buzinou tranquilamente para sinalizar que o motorista saísse do local, como ele não se mexeu, apertou a buzina ininterruptamente até que ele desobstruísse a via e contou com o coro dos motoristas próximos. Ela conta que, quando conseguiu ultrapassá-lo, deu “um cuspidão no capô dele” como forma de descontar a raiva vivida.

Numa dessas ocasiões, um motociclista foi atrás dela e simulou jogar a moto por cima de seu carro. Esta lembrança é símbolo de preocupação para sua família e até para ela mesma, que entende que provoca as pessoas no trânsito, mas não pretende deixar de fazê-lo, mesmo sabendo dos riscos: “se eu for botar em panos bem limpos com você, eu já provocho as pessoas só existindo, entendeu? Então assim, tudo bem que isso é mais um motivo pra eu não fazer nada. Mas, cara, sei lá, tipo, se eu for... O maluco fez um bagulho na minha frente, tá ligado?”

As reações de Alice são típicas de situações estressoras, dado que o estresse consiste em “uma resposta complexa do organismo, que envolve reações físicas, psicológicas, mentais e hormonais frente a qualquer evento que seja interpretado pela pessoa como desafiante” (Lipp, Malagris, 2001). Para lidar com esses momentos limite em relação ao medo e ao estresse, as mulheres desenvolvem uma série de estratégias de enfrentamento (Maturana, Valle, 2014). A primeira que abordarei é a prática de racionalizar o cenário e ignorar o sentimento vivido caso calcule que não haverá ganho na situação, como relata Andrea ao contar sobre uma batida que sofreu por parte de um ciclista:

a bicicleta na contramão, você não tem como ver uma bicicleta que tá vindo na contramão numa curva. O cara que tá vindo aí ele que tem que te ver, você não vê. Bate, amassa o carro, aí é uma dor de cabeça... Que eu já nem considero. Eu até já tiro de letra isso daí, falo “ah cara,

vai embora... Tá machucado? Não, então vai embora". Vai discutir o que? O cara que tá numa bicicleta do Itaú, ele vai pagar? Não vai pagar. Então, deixa ele ir embora...

No mesmo caminho da racionalização, no caso do estresse na relação interpessoal com os passageiros, recorrente no ofício, há o mecanismo da imposição de limites. Algumas das interlocutoras relataram já terem pedido para que o passageiro saísse do carro ao se verem numa posição de subjugação dentro de um bem que as pertence. Ressalto a propriedade porque, em diversas explanações, as interlocutoras mobilizam essa condição para validar a reação: "o carro é meu". Gisele o faz quando pessoas que pedem o *Uber* na modalidade *X*¹⁰ insistem para que ela ligue o ar-condicionado: "aí é onde você acaba aborrecendo, aí eu falo: desce. Eu falo: senhora, a senhora tem todo direito da senhora não ir no meu carro e pedir um carro *Comfort*, que o meu também é classificado para *Comfort*".

É importante salientar que estes conflitos são sobre dinheiro, mas são também sobre autonomia. Gisele diz que quando está tendo uma boa conversa com o passageiro e não consegue escutá-lo como gostaria, levanta os vidros e liga o ar-condicionado, assim como quando está muito quente, "mas tem momentos que eu não vou ligar, ainda mais se for um passageiro abusado". Isso fica nítido quando ela conta que muitos passageiros consideram sua postura um absurdo e ela responde: "realmente, é um absurdo isso tudo... E você está querendo mandar dentro do meu carro [...], aqui o carro é meu, quem manda sou eu". Janice e Andrea já utilizaram a mesma abordagem para sair de situações estressoras com clientes, mas é válido pontuar que ela nem sempre funciona, dado que Andrea foi agredida ao posicionar-se de maneira similar.

10

A *Uber* possui três modalidades principais de transporte de passageiros: *X*, *Comfort* e *Black*. A diferenciação se dá pelo tipo do carro, os mais baratos se enquadram no *X*, os mais caros no *Black*, os intermediários no *Comfort*, o valor da corrida também varia neste mesmo sentido. A partir da modalidade *Comfort*, o passageiro pode apontar preferência pelo uso do ar-condicionado, o que não é considerado um direito quando se pede um *Uber X*, a alternativa mais barata.

Outra possível estratégia para lidar com o estresse e o medo é a fé ou certo esoterismo. Janice conta que diariamente não sai de casa sem antes “agradecer a Deus e pedir proteção, *pra* todo mundo, né? Eu sou espírita, então eu peço a todos. Primeiro eu agradeço, depois eu peço”. Sueli fala do medo e da fé já em conjunto: “quer dizer, o medo em si, graças a Deus... Tem que pedir a Deus, né, proteção”. Andrea tem sentido muito medo de circular devido aos episódios violentos que sofreu, como a agressão e alguns assaltos, a fé tem sido seu principal encorajador para sair de casa: eu tenho a minha fé, a minha crença, eu sou budista, [...] então faço minhas orações e vou, assim, acreditando que aquilo é o melhor que eu posso fazer.

Aqui visualizamos a fé como um instrumento para enfrentar o cotidiano, posta a sua função social de “alimentar esperanças para o futuro transcendente da vida atual, o ajustamento emocional, a segurança cognitiva ao enfrentar problemas” (Monte, 2009). O uso da fé para enfrentar o medo não é uma novidade, porém, me chamou a atenção uma lembrança de Janice em que a espiritualidade foi mobilizada para lidar com o conflito. Certa vez ela pegou um casal que estava brigando dentro de seu carro, e interveio dizendo: “ó, aqui no meu carro não pode ter briga. Aqui é um carro de harmonia. Ou vocês descem, ou vocês continuam a viagem”. Janice busca sempre manter a calma e valorar as coisas positivamente, o objetivo de manutenção de sua energia positiva é motor para que saia de cenários de estresse em potencial: “Imagina? A positividade que eu tô, briga não tem nada a ver”.

É dessa forma que ela lida com o próprio trabalho cotidianamente: “Eu nunca falo que [a pista] tá fraca, sempre tá bom, *possa* ser o pior dia da minha vida, porque eu não posso falar palavras negativas. Sempre palavras positivas, sempre, sempre, sempre”. Essa explanação elucida que a estratégia de Janice para lidar com as emoções negativas é contrapondo-as com outras emoções positivas, portanto, sua “positividade” é também uma estratégia de enfrentamento, assim como “qualquer tentativa de preservar a vida ou a

saúde mental e física do indivíduo e que tenha a função de lidar com um possível estressor” (Maturana; Valle, 2014).

Nota-se, no entanto, que há outras emoções positivas que surgem da própria experiência prática enquanto motoristas, a mais recorrente delas é, sem dúvidas, a amizade.

Trabalhar como motorista de aplicativo impacta as relações sociais dos indivíduos, até porque é trabalhando que se passa a maior parte do tempo. Em meio às estratégias para lidar com o dia a dia, as mulheres fazem amigos e os amigos se tornam também parte das estratégias, pois essas amizades que possibilitam a coesão enquanto grupo e a construção do sentimento de confiança (Ariza, 2021).

As formas mais comuns de se fazer amigos neste trabalho é em postos de gasolina e outros locais que concentrem muitos motoristas ou por grupos de *WhatsApp*, as duas coisas também convergem. Andrea não gosta muito dos grupos, mas está em um, feito com amigos motoristas que se conheceram num posto de gasolina e que agora, através do grupo, se ajudam dando informações sobre o trânsito, blitz e outros perigos. Nesta perspectiva, estabeleceram um combinado que, nas corridas para lugares considerados “esquisitos”, o motorista deve compartilhar sua localização e dizer a previsão do tempo de viagem. Caso não dê notícias após o tempo estipulado, os outros motoristas devem seguir sua localização.

Essa mesma estratégia é utilizada na maior parte dos grupos, Gisele conta ainda que, além da localização, seu grupo costuma mandar todas as informações possíveis, “da onde é o destino do passageiro, o nome do passageiro, tudo.” Ela faz uma ressalva de que “apesar disso, não adianta nada pra plataforma, que a plataforma não vai dar nenhuma assistência”, mas é importante para que eles possam “ter uma noção” entre si. Foi essa prática que garantiu que eles descobrissem rapidamente o assalto que um dos motoristas sofrera e pudessem socorrê-lo com alguma agilidade para que não ficasse em apuros.

As relações desenvolvidas vão muito além das estratégias de segurança, elas passam a ser também a sociabilidade possível. Como os motoristas vivem uma temporalidade específica, ter uma rede com pessoas que vivam neste mesmo tempo é fundamental para manutenção da vida social. Se para muitas pessoas os finais de semana e feriados são dias de descanso e lazer, para eles é um dos momentos de maior rentabilidade, ao contrário da terça-feira, que pode se tornar um dia ideal para churrascos e encontros entre amigos motoristas.

Janice também diz ceder ajudas e até mesmo empréstimos, “você tá ali, é sua amiga, você tá com ela ali sempre”. Ou até mesmo suportes no caminho, caso o carro de alguém dê algum problema, é comum ouvir o chamado “Janice, socorre aqui, dá uma chupeta no meu carro”, e assim, a rede de amizade e segurança torna-se também uma rede de solidariedade e torna evidente a relação entre a amizade, a confiança e as alternativas financeiras das classes populares (L’Estoile, 2020).

As relações de afeto e amizade estabelecidas possibilitam que se possa fazer do espaço de trabalho um local também lúdico, estratégia típica dos trabalhadores de longas jornadas, como aponta Machado (2018, [1971], p. 125):

boa parte do tempo “livre”, não comprometido profissionalmente, é gasta em atividades muito semelhantes às desempenhadas durante os períodos “de trabalho”; mas a situação, o contexto em que elas se realizam, é vivida como “folga”. [...] Assim, a semelhança entre as “atividades laborais” e “o lazer” contribui de modo significativo para explicar a generalizada disponibilidade de admitir e mesmo procurar serviços remunerados direta ou indiretamente em momentos que, para outros grupos, seriam de preferência reservados a diversões (atividades não econômicas).

A explicação de Machado fica nítida quando Gisele diz que às vezes tira um dia para descansar, mas que: “se eu ver que vou

ficar em casa à tua, eu falo, vou ficar em casa não, vou trabalhar”, pois não gosta de estar em casa, tanto seu lazer como seu trabalho estão associados ao fato de estar na rua. Já Janice faz questão de ter lazer aos domingos. Ela é, sem dúvidas, o principal exemplo da articulação entre o ofício e o lazer. Sua relação com trabalho é organizada por sua demanda pelo lúdico e pelas boas experiências. Ela menciona, inclusive, ficar chateada com suas amigas – também motoristas de aplicativo – quando estas priorizam as corridas ao almoço marcado entre elas. Como a maior parte do dia está destinada ao trabalho, caso deseje-se ter momento de lazer na rotina, faz-se necessário que o próprio trabalho o proporcione. Não é um caso de falta de consciência sobre a dinâmica excessivamente intensa, mas sim de uma consciência escolhida para aliviar a percepção e, consequentemente, a experiência do próprio cotidiano, esta prática apareceu no contato com várias interlocutoras. Em suma, a experiência em movimento atravessa as mulheres e suas subjetividades em múltiplas dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente nos relatos a recorrência do incentivo de algum familiar ou amigo para adentrar na condução por aplicativo. Foram suas realidades sociais e econômicas que as levaram à condução por aplicativo. Esta é uma marca das trajetórias profissionais do nosso mercado de trabalho. Num estudo comparado sobre o desempregado em São Paulo, Tóquio e Paris, Nadya Guimarães (2012) observou que, em São Paulo, a busca por emprego se dava, em quase 80% dos casos, entre a família, os amigos e outros conhecidos. Foi também essa a forma mais comum de efetivamente conseguir o emprego. Esta tendência, que aparece fortemente entre minhas interlocutoras, já havia sido aferida por Machado (1971) ao investigar trabalho e cidades em sua dissertação.

Contudo, o marcador de gênero interfere diretamente na experiência destas mulheres na vivência do trabalho, do tempo e da cidade, reforçando a relação embricada entre gênero e cidade já previamente apresentada. Desta forma, elas precisam redobrar a atenção na circulação, na escolha dos lugares possíveis e na leitura do clima. Por isso, dentre os cálculos necessários, além do valor das corridas e do destino, as mulheres também precisam pensar diversas vezes em com quem elas circulam.

As relações de gênero atravessam de infinitas maneiras. No começo da pesquisa, quando apresentava meu tema de interesse às pessoas, eram comuns as suposições de que o assédio seria o tema mais recorrente. Na experiência de campo, todavia, o medo em relação à violência urbana se sobrepôs muito ao medo do assédio, que certamente também está presente, mas configura apenas uma das possíveis violências e medos de mulheres circulando pela cidade e trabalhando sem a estrutura de segurança – seja legal ou urbana – adequada.

Desta forma, parto do princípio de que as mulheres motoristas fazem a cidade, em sua dinâmica cotidiana, mas saliento também que esta relação é dialética: a experiência na cidade também as faz. Faz e refaz suas moradias, seus trabalhos, seus medos, expectativas, o lazer, as perspectivas sobre a cidade, suas rotinas, suas vidas como um todo. Novos arranjos aparecem a partir da busca permanente pelo equilíbrio entre viver em constante movimento ao mesmo tempo que é necessário antecipar-se aos impedimentos e inseguranças impostos ao longo do caminho.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila. Uberização do trabalho: A subsunção real da viração, Site Passapalavra/
Blog da Boitempo, 2017.

ÁLVAREZ, M.; PERELMAN, M. 2020. Perspectivas antropológicas sobre las formas de (ganarse) la vida. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 51.

ALVES, ANA PPF. **O conflito capital vs. vida e a resistência das mulheres no urbano brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

ARAUJO SILVA, Marcella Carvalho de. **Obras, casas e contas: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

ARIZA, Marina. A sociologia das emoções na América Latina. Annu. **Rev. Sociol.** 47:S-1-S-19, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Argelia 60: estructuras económicas y estructuras temporales** - la ed. - Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2006.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil: seção 1, Rio de Janeiro, DF, ano 82, n. 184, p. 11937-11984, 9 ago. 1943.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Chão da Feira**, Caderno n. 78, p. 1-16, 2018.

CAMPOS, M V L. **Sobre o corre da arte**: uma etnografia dos futuros vividos e do ganhar a vida no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **DILEMAS**, v. 1, n. 1, 2008.

FUKUDA, Rachel. Assédio Sexual: Uma releitura a partir das relações de gênero Simbiótica. **Revista Eletrônica**, núm. 1, junho, 2012, p. 119-135 Universidade Federal do Espírito Santo.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. A procura de trabalho: uma boa janela para mirarmos as transformações recentes no mercado de trabalho?. **Novos Estudos**, CEBRAP, (93), 2012, p. 123-143.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe: quel renouvellement de l'épistémologie du travail? In: DURAND J. P.; LINHART, D. **Les Ressorts de la mobilisation au travail**. Paris: Octarès, 2005. p.263-272.

IPEA. **Institutos de Pesquisa Econômica Aplicada. Carta de Conjuntura n 55. 2º Trimestre de 2022**. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/05/estudo-ipea-motoristas-entregadores-perfil.pdf>

LIPP, M. E. N.; MALAGRIS, L. E. N. Manejo do stress. In: RANGÉ, B. (Org.) **Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria**. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 568-580.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Estratégias de vida e jornada de trabalho. In:____. ARAÚJO, Marcella. CAVALCANTI, Mariana. MOTTA, Eugênia (org.). **O mundo popular: trabalho e condições de vida**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018 [1984].

MATURANA, Ana Paula Pacheco Moraes e VALLE, Tânia Gracy Martins do. Estratégias de enfrentamento e situações estressoras de profissionais no ambiente hospitalar. **Psicol. hosp. (São Paulo)**. 2014, vol. 12, n. 2, p. 02-23.

MONTE, M. A Religiosidade e sua Função Social. **Revista Inter Legere**, Reflexões, n. 05, 2009.

MONTEIRO, R. A., Gago, Verónica (2018). A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 121 | 2020, publicado a 15 abril 2020, consultado a 03 dezembro 2023.

NEIBURG, Federico. **Buscando a vida na economia e na etnografia**. Mana 28 (2), 2022, p. 1-32.

PERELMAN, M. Trabajo, temporalidades y procesos colectivos: tranformaciones en lassubjectividades de los vendedores ambulantes y recolectoresinformales. **En Cena**. v. 2, n. 2, 2017, p. 83- 97.

PUERARI, S. C.; DELAVECHIA, M. C.; GONÇALVES, C. C.; PRASNISKI, P. C.; MAZON, F. S. Consumo ou poupança: o que pode influenciar a escolha entre estas duas opções?. Erechim-RS, **Revista Perspectiva**, v. 42, n. 158, p. 113-125, jun./2018.

ROSSI, P.; MELLO, G. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. In: **Nota do Cecon**, IE/UNICAMP. Campinas, abril, 2017.

SHELLER, M., 'Epilogue' to **Gendered Mobilities**, eds. Tanu P. Uteng and Tim Cresswell (Aldershot: Ashgate, 2008), p. 257-266.

SIMMEL, Georg, O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, pp. 568-573. ISSN 1676- 8965. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

ZELIZER, Viviana. Dinheiro, poder e sexo. **Cadernos Pagu** (32), janeiro-junho, p. 135-157, 2009.

The background of the entire page is an abstract composition of various spheres and cones. Some are solid red, others are a lighter pink or purple, and some are dark, almost black. They are arranged in a way that creates a sense of depth and movement, with some appearing to be in the foreground and others receding into the background. The lighting is soft, creating subtle gradients and highlights on the surfaces of the shapes.

8

Patrícia Marília Félix da Silva

ENTREGAS PLATAFORMIZADAS E O CONTROLE POR PARTE DO CLIENTE¹

1

Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no **XIX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, em julho de 2025.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-599-2.8

INTRODUÇÃO

O trabalho, enquanto dimensão da vida que se presentifica em várias experiências do sujeito, por ser tanto uma via que possibilita o sustento quanto um caminho de reconhecimento social, consiste em uma categoria que permite diferentes miradas sociológicas, em consonância com sua característica caleidoscópica.

Numa sociedade em que a valorização do consumo tem sido a regra que constitui os sujeitos em sua forma de enxergar e planejar o mundo, com consequências diretas na forma em que estabelecem suas teias rizomáticas, os indivíduos tendem a perder a magia da contemplação das esferas ao seu redor, incluindo a própria natureza, sob uma retórica falaciosa segundo a qual a concretização dos sonhos dependeria do esforço individual. Assim, é comum que a mente de muitos/as, das primeiras às últimas horas do dia, esteja centrada em como satisfazer seus desejos de consumo, incluindo as estratégias de como pagá-los.

Mesmo que o estímulo à satisfação de desejos seja direcionado a todos indiscriminadamente, poucos são os que podem dar um salto da garantia de sobrevivência para a concretização de sonhos outros, pois passam a vida no limite da sobrevivência, em carência de moradia, saúde, educação, transporte, alimentação, vestimenta, em suma, de tudo o que poderia possibilitar uma vida digna, a qual, consequentemente, proporcionaria mais saúde mental e física, até mesmo para sonhar com outros mundos.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o rendimento médio, no Brasil, no 4º trimestre de 2024, foi de R\$ 3.270,00, valor que, mesmo nitidamente baixo, foi o maior já registrado no país. Isso num contexto em que o salário mínimo no período era de R\$ 1,412,00, quando a média deveria ser, conforme cálculos historicamente realizados pelo

DIEESE, R\$ 6.932,29². Ganhando esse valor mensalmente, o/a brasileiro/a dificilmente consegue uma vida financeiramente tranquila, até mesmo para executar planejamentos de inserção em empregos que lhe possibilitem maiores rendimentos.

Muitos desses/as trabalhadores/as, inclusive, em um contexto de aumento de ideologias de direita que desestimulam a articulação coletiva em prol da garantia de direitos, cada vez mais têm aderido à onda de criticar a Consolidação das Leis Trabalhistas, colocando-a em posição retrógrada e desnecessária, sobretudo porque advogam que autonomamente conseguem um maior rendimento mensal. Assim, uma prática laboral que tem contribuído significativamente a pensamentos como este consiste nas atividades realizadas por meio de plataformas digitais.

A cadeia que articula trabalhos em entregas mediadas por plataformas digitais, a exemplo da empresa *Ifood* (2023a, 2023b, 2022a, 2022b), cujo número de trabalhadores/as tem seguido um aumento progressivo, costuma agregar sujeitos com poucas oportunidades laborais, geralmente jovens negros/as e de periferias, em contextos tais como o latino-americano, e, especificamente, o brasileiro.

Esta modalidade laboral também envolve o/a cliente, na medida em que o processo de trabalho das entregas, além de requerer aspectos técnicos impostos pela empresa plataforma, exige atitudes subjetivas, com foco nas emoções, na relação com o/a cliente, em que tal processo é arquitetado para que ele/a também possa controlar este processo, conforme constatado por meio da perspectiva epistêmico-teórico-metodológica do Trabalho não clássico (De la Garza Toledo, 2017, 2020), em articulação à do Configuracionismo latino-americano (De la Garza Toledo, 2001, 2012, 2018).

2

Média baseada no quarto trimestre, cujos valores salariais foram os seguintes: R\$ 6.769,87 em outubro, R\$ 6.959,31 em novembro e R\$ 7.067,68 em dezembro.

A perspectiva do trabalho não clássico envolve-se na tarefa crítica de pensar amplamente conceitos tradicionais presentes nos estudos laborais, como o controle sobre o processo de trabalho. Conforme já pontuado em Marx (2015), reforçado em Braverman (1987) e em De La Garza Toledo (2017), é a constatação da diferença entre trabalho e valor da força de trabalho que faz com que, com o intuito de o/a trabalhador/a gerar muito mais do que necessita à sua reprodução, seja necessário um forte controle para que ele/a possa continuar exercendo as atividades laborais, de maneira que a logística laboral opera para fazer com que o controle saia do domínio do/a trabalhador/a para o do/a capitalista, quem aplicará as estratégias mais eficazes para a intensa extração de mais-valia.

Este trabalho apresenta resultados investigativos de uma pesquisa em curso, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMT, aprovada pelo Comitê de Ética desta instituição (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética: 79272724.2.0000.5690), cujo objetivo é compreender a interferência do/a cliente no controle do processo de trabalho de entregadores/as submetidos/as à plataforma *Ifood*, em Cuiabá-MT, especificamente as estratégias que utilizam para recebimento de avaliações positivas por parte de clientes, em que medida modelam suas emoções no trato com estes/as, assim como se afirmam mudar de comportamento a depender do/a cliente com quem interagem.

Por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas a doze entregadores e uma entregadora, nos arredores de dois *shoppings* de maior movimento na cidade, os resultados da pesquisa evidenciam que estes sujeitos são levados a controlar suas emoções para agir constantemente com simpatia, em situações como ocultar seus argumentos em discussões iniciadas pelo/a cliente, manter intensa atenção ao celular em caso de que o/a cliente requeira uma comunicação pelo chat do aplicativo antes de receber o pedido. Todas estas ações são realizadas sobretudo com o objetivo do recebimento

de gorjetas, tanto via aplicativo (prática mais recorrente) quanto diretamente no momento da entrega, condição que é sinônimo do complemento do rendimento, o qual é bastante baixo; além da busca por avaliações positivas. No transcurso da pesquisa, foram realizadas fotografias, por meio das quais se analisou o contexto espaciotemporal de uma forma não congelada, a fim de melhor entender a inserção laboral destes sujeitos (Borges; Linhares, 2008; Martins, 2008).

ASPECTOS EMOCIONAIS NO CONTROLE SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO

O reconhecimento do controle sobre o processo de trabalho impulsionou diversos estudos e procedimentos que implicassem em pressionar o/a trabalhador/a para exercer suas funções o mais rápido possível, a fim de potencializar o rendimento. É desse modo, portanto, que surgiram metodologias próprias para extrair o máximo de trabalho dos/as trabalhadores/as, com destaque para os modelos de produção fordismo e taylorismo. Entretanto, para além de aspectos técnicos/rationais/cognitivos, a abordagem ampliada do trabalho não clássico reconhece que o controle também é operacionalizado por meio de questões emocionais/estéticas/morais.

Com base em Hochschild (1983), De la Garza Toledo (2017) aprofundou o papel dos aspectos emocionais no processo de trabalho, em que o/a trabalhador/a maneja suas emoções tanto para demonstrar o que não está sentindo quanto para esconder seus reais sentimentos. Para ela, o modo emocional de oferecimento dos serviços é um item que compõe o serviço propriamente dito, em que o trabalho emocional resulta da articulação entre mente e sentimento para que um determinado comportamento seja alcançado, numa dinâmica em que a identidade do/a trabalhador/a é

remodelada, com fortes implicações que sequenciam no afastamento deste/a de seu próprio eu.

O dito profissionalismo exigido do/a trabalhador/a consiste em, por meio da expressão considerada adequada de suas emoções, saber separar o eu pessoal do eu trabalhador, este em constante interação com o público e diretamente controlado por clientes. *“Tem hora que passa muita raiva, mas a relação nossa com o serviço é profissional (...) A gente controla bem a emoção” (Carlos) “Você não pode deixar as coisas acontecer e interferir na sua vida profissional.” (Marta).*

Igualmente, expressões sentimentais que denotam simpatia, como o sorriso, podem ser experimentadas como se não fossem de quem o expressa, tal como uma vestimenta ou adereço posto para o exercício laboral. Ademais, é fundamental que o/a trabalhador/a consiga ofuscar o esforço para expressar suas emoções, para que o/a cliente as perceba como se fossem naturais, e não artificiais (Hochschild, 1983). *“O meu pessoal não tem nada a ver com o meu profissional, ninguém tem nada a ver com isso, ninguém precisa saber disso. Em casa a gente desaba, né” (Marta) “Porque nesse caso é cada um com seus problemas, né?” (Denis).*

A possibilidade de que o/a cliente abra uma reclamação referente a qualquer aspecto do processo da entrega é algo marcadamente presente em sua jornada laboral, pois estes/as trabalhadores/as sabem que, para si, não há uma via de comunicação aberta e de fácil fluxo com a empresa *ifood*, quando se é comparado ao que dispõe o/a cliente.

Desse modo, seu cotidiano laboral também é regido pelo constante medo, pois, até que consigam uma via para explicar sua versão, podem sofrer algum tipo de bloqueio, com impacto direto em sua renda. Ou seja, esta notável intervenção do/a cliente no processo de trabalho tem forte potencial para gerar ansiedade e efeitos negativos na saúde mental dos/as trabalhadores/as.

CONFIGURAÇÃO PRODUTIVA DO CONTROLE NO TRABALHO PLATAFORMIZADO

Em diálogo com o Configuracionismo latino-americano, a realidade, considerada em constante movimento, é analisada por meio da articulação entre três níveis: estruturais, caracterizados por precariedades diversas que condicionam os sujeitos, sem determiná-los; subjetivos, expressos nesta investigação sobretudo em sua característica emocional; de ações, por meio das quais é possível compreender como os sujeitos se impõem e agem de acordo com seu processo peculiar de constituição identitária. Essa abordagem, tendo o marxismo como um alicerce principal, estrutura-se como crítica ao viés estruturalista que não considera o sujeito como elemento central no processo analítico, com base em autores como Thompson (1981) e Adorno (2009), cuja contribuição científica permite uma mirada caleidoscópica da realidade.

Em lugar de um viés explicativo pautado no conceito de Modelo de Produção, De la Garza Toledo propõe uma explicação da realidade baseada em configurações produtivas, pois a definição do primeiro limita-se a três atributos: política produtiva e estratégias de negócios, organização produtiva e relação salarial (De la Garza Toledo, 2020). Porém, desde o início houve discordâncias a respeito do porquê considerar apenas estes três, bem como críticas ao seu viés tanto estruturalista, que não reconhecia contradições nem o papel dos sujeitos, quanto funcionalista, com base na defesa de que seria possível constatar espontâneos equilíbrios funcionais (De la Garza Toledo, 2020).

A perspectiva da Configuração Produtiva agrega outras dimensões, além das já contempladas nos Modelos Produtivos, a saber: nível de tecnologia, que não é sinônimo de inovação tecnológica; relação

laboral como substituição à relação salarial, a fim de não se centrar apenas em normativas de contratos e leis, o que também permite a análise de estratégias sindicais e de outras formas de articulação coletiva; perfil da mão de obra, com suas características sociodemográficas e de qualificação; culturas laborais. Dimensões analisadas em espaços e tempos objetivos, em níveis locais, nacionais e internacionais, presenciais ou virtuais, em suas contradições, disfuncionalidades e descontinuidades (De la Garza Toledo, 2020), com a possibilidade de que haja vínculos de natureza diversa, sem se pautar na fragmentação proposta pela pós-modernidade (De la Garza; Hernández, 2017; De la Garza Toledo, 2020).

Ao invés de modelos teóricos, como os modelos de produção regulacionistas, preferimos configurações produtivas heurísticas, a serem modificadas de acordo com situações concretas. Usamos Configurações em vez de Modelo para remover deste último, primeiramente, seu carácter fechado, universal, e transformá-lo num guia heurístico; em segundo lugar, pensar que as relações entre as dimensões mencionadas da Configuração Produtiva podem ser duras (causais, dedutivas, funcionais), mas também suaves, como as formas de raciocínio quotidiano (metáforas, metonímias, princípio etecétera, regra prática, hipergeneralização, etc.); e, por fim, que as configurações produtivas não têm vida própria, nem se equilibram espontaneamente, mas suas transformações têm relações com sujeitos que concebem e agem, interagem, cooperam ou entram em conflito com outros sujeitos (De la Garza Toledo, 2020, p. 70-71)³.

Uma configuração produtiva consiste em uma plataforma tecida como uma rede em que os sujeitos se relacionam de forma múltipla, sob pressão, e não determinação dos processos produtivos, mobilizações individuais e/ou coletivas. A depender das circunstâncias - do espaço, do tempo, dos sujeitos envolvidos -, as interações são dialeticamente marcadas por consensos, conflitos, em que se

nota o exercício de poder e resistência, bem como possíveis modulações de regras. Em concordância com a mutabilidade da história, que permite entender a realidade em movimento, as configurações são plásticas e mudam de acordo com o contexto, sem serem eternas e cristalizadas (De la Garza Toledo, 2020).

Segundo De la Garza Toledo (2020), Janoski e Lepadatu (2014), em sua análise que relaciona modelos de produção aos serviços, acertadamente partem da necessidade de distinguir Toyotismo de *Lean Production*. Como crítica ao taylorismo-fordismo, em sua separação entre planejamento e execução, o Toyotismo surge como oferecimento de condições para o trabalho em equipe, a reintegração de tarefas, a participação de trabalhadores/as em decisões da empresa, e uma identidade forjada em torno da empresa (Soria, 1995; Hirata; Zafirian, 1991).

Enquanto o Toyotismo, com suas características típicas do Japão, ficou circunscrito a este país, o modelo de produção difundido mundialmente, com fortes influências deste, foi o *Lean Production*. Neste, diferentemente do Toyotismo, não há uma cultura laboral que inclui identidade e lealdade à empresa, e sim “um conjunto de técnicas de manejo de recursos humanos”, até mesmo com tarefas repetitivas (De la Garza Toledo, 2020, p. 82).

A perspectiva de Janovsky considera que os modelos atuais, como macdonaldização, nikeficação, disneyficação, walmartização e uberização, surgidos como decorrência da limitação do conceito “modelo de produção” para estudos dos serviços, seriam classificados dentro do *Lean Production*, por meio da combinação de cinco variáveis, isto é, flexibilidade, *just in time*, *teams*, ocupação de larga duração, *outsourcing*, além de considerar a cultura laboral, que já estava presente no Toyotismo (De la Garza Toledo, 2020).

Na uberização, o aspecto central refere-se à separação entre a propriedade da plataforma e o serviço realizado, para o qual o/a

trabalhador/a é responsável por providenciar seus próprios meios, independentemente da forma como o consegue, sob o discurso de que não há relações empregatícias com a empresa. Porém, a subordinação à plataforma é notável no que se refere à imposição de regras postas em: fixar os valores cobrados aos/às clientes, e os que são repassados ao/à trabalhador/a; condições para admissão e demissão como trabalhador/a; rotas de cada viagem; obrigação de aceitar as corridas/entregas; controle do tempo; características do meio de transporte, como modelo e limpeza. Outrossim, a facilidade de ingresso no trabalho é condizente com a pouca qualificação exigida do/a trabalhador/a (Antunes; Filgueiras, 2020; Abílio, Amorim, Grohmann, 2021; Costa; Soeiro; Miranda Filho, 2022). Em toda esta dinâmica, o controle sobre o processo de trabalho é permanente, inclusive mediante as avaliações realizadas por clientes. E também é requerido um trabalho emocional na relação com estes/as, principalmente porque sua pontuação depende deles/as.

Para De la Garza Toledo (2020), classificar uberização dentro do *Lean Production* seria improcedente, porque, além de este ter sido teorizado para a indústria, em especial a automobilística, não incluía um aspecto crucial em muitos serviços, nomeadamente a intervenção do/a cliente em muitas modalidades laborais, nas quais o papel destes sujeitos é fundamental para a concretização destas. Independentemente da classificação teórica do termo uberização, para o autor seria limitado utilizá-lo de forma generalizada para os demais serviços.

Assim, para De la Garza, as configurações não possuem uma dinâmica por si mesmas, pois seu fluxo depende dos sujeitos que nelas estão inseridos, os quais, a depender do contexto, agem por conflitos, consensos, autoritarismo, igualdade ou mesmo a articulação entre traços dessas dimensões. Outro ponto que diferencia configuração de modelo é que, na primeira, os sujeitos agem sob influências de configurações, não de modo determinístico, mas sob

pressão, de maneira que os sujeitos lhes atribuem significados, e esta dinâmica pode ser convertida em ações (De la Garza Toledo, 2020).

Assim, o uso do termo Configuração produtiva para estudo da produção nos serviços inova porque, diferentemente da abordagem de Janovsky, não se limita a considerar que a produção nos serviços se dá por *lean production*, assim como também não adota um único modelo, nem mesmo uma quantidade finita, para explicar as demais experiências, como tem sido constatado, por exemplo, no difundido uso do modelo “uberização”. Ao contrário, usa-se uma “estratégia heurística e configuracional” (De la Garza Toledo, 2020, p. 90).

A forma como a realidade é concebida dentro dessa perspectiva teórico-epistêmico-metodológica, como uma plataforma constituída enquanto uma rede aberta com possibilidade de se articular em diferentes níveis e dimensões, sob uma lógica diferente do método hipotético-dedutivo, permite uma visão ampliada do mundo laboral, especificamente do controle sobre o processo de trabalho. E, assim, o/a cliente pode ser concebido/a como sujeito que não é apenas consumidor/a, mas que também tem uma agência neste processo, cujas atividades podem ser concebidas como um trabalho, do que se constata uma realidade em que há o trabalho do/a cliente.

PAPEL DO/A CLIENTE E ANÁLISE AMPLIADA DO CONTROLE SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO

Mediante a perspectiva do trabalho não clássico, por focar aspectos do processo de trabalho que não costumavam ser analisados no viés analítico clássico, a exemplo do papel do/a cliente (De la Garza Toledo, 2017), tem sido possível compreender como a

plataformização sequencia uma precarização laboral ampliada, cujo objetivo principal é extrair o máximo de trabalho do sujeito. Este, pressionado objetiva e subjetivamente, inclusive por atores/atrizes não diretamente envolvidos/as no processo de compra e venda da força de trabalho, é imerso cotidianamente em situações que trazem prejuízos à sua constituição identitária.

Compreender os códigos subjetivos nesta relação entregador/a-cliente se torna ainda mais importante quando se considera o contexto em que estamos, ou seja, de discriminação e desprezo a estes/as trabalhadores/as no exercício de sua função. Neste caso, embora a empresa *iFood* explicita que “a obrigação do entregador é entregar no primeiro ponto de contato que existe na residência da pessoa” (Iflood, 2022a) - ou seja, que não é necessário entrar em condomínios para deixar o pedido diretamente nas salas e nos apartamentos -, há clientes que insistem em reivindicar este ato.

Essa exigência se baseia sobretudo em uma questão moral de que ser servido/a é uma comodidade vinculada a um status social, mesmo que isto implique em sofrimento e trabalho não pago para um/a outro/a. *Principalmente esses de condomínio que são os mais chatos pela condição financeira, então eles acham que eles compraram, eles são obrigados a subir, a submeter a cada tipo de coisa, entendeu? (Marta).*

Postura, portanto, que, como se observa em Cardoso (2024), especificamente a entrevista ao pesquisador Leonardo Dias Alves, está relacionada a um padrão estrutural que remete à escravidão no Brasil, principalmente ao considerar que a maioria dos/as entregadores/as é negra. Por não atenderem a pedidos dessa natureza, muitos/as entregadores/as têm sofrido represálias por parte de clientes que se sentem no direito de tal exigência, conforme se constata nos inúmeros casos de agressão ocorridos no país (Henrique, 2023; Mesquita, 2023; Cassiano; Nestlehner, 2024).

É como se a posição de comprador/a revestisse o indivíduo de uma couraça de superioridade, que lhe concedesse o direito de exigir além do que é estabelecido na relação simples de recebimento de um pedido. Isto se torna mais grave quando se constata a divisão nítida entre compradores/as, geralmente de classe média, e entregadores/as, que em geral são das classes populares. Como se pertencentes a este último estrato tivessem que necessariamente servir ao primeiro, sob o discurso de que indivíduos se inserem na função de entregas por meio de aplicativos em decorrência da ausência de esforço para conseguir algo melhor pelo que supostamente seria a via meritocrática. *“Condomínio, o pessoal por ter um poder aquisitivo maior. Acham que deve humilhar as pessoas. É aí que acontece os problemas” (Marta).*

Porém, os/as próprios/as entregadores/as têm conhecimento de seus direitos, de que não são obrigados a atender a pedidos de clientes que ultrapassem o serviço para o qual são solicitados, restritos à entrega. *“O motoboy, querendo ou não, ele não é pago para subir e entregar na porta da pessoa” (Carlos).*

Assim, tem-se que, na prática, o processo de trabalho dos/as entregadores/as mediados/as por aplicativos vai além da tarefa técnica de coletar e entregar um pedido, pois, ancorado na realidade sócio-histórica do Brasil, tal processo de expande, e isso na direção de posicionar o/a trabalhador/a em lugar subalterno, o que é possibilitado pela sua relação frágil com a plataforma, visto não dispor de um fácil diálogo com o suporte. Por mais que não seja uma dinâmica formalizada, já é reconhecida como parte imanente ao trabalho, reconhecida por todos/as os/as entregadores/as, embora também seja por estes/as criticada.

Esta pesquisa identificou que os/as entregadores/as costumam realizar tarefas extras, como descer o lixo, fazer compras em outros estabelecimentos antes e depois da entrega do pedido. *“Essas coisas assim a gente acaba fazendo.” (Janaína) “Olhei para a cara dela*

assim, falei, moça eu estou trabalhando. Não, meu filho, pelo amor de Deus, vai lá. Aí eu falei, tá bom, né?” (Carlos).

No caso do lixo, embora o trabalhador em questão reconhecesse que se tratava de uma tarefa que excedia suas funções, ele a aceitou, e, ao ser questionado como se sentia, afirmou que é como um “escravo” (Carlos). Se ele se sentiu tão mal, ainda mais considerando que no mesmo momento avaliou que seria um pedido descabido, é fundamental refletir sobre a relação submissa a que são colocados/as os/as entregadores/as nessa dinâmica laboral, em que o/a cliente exerce um papel não limitado a de um/a consumidor/a. Ou seja, trata-se de um exemplo de quanto o/a cliente controla o processo de trabalho, e que esta modalidade laboral possibilita que o processo de trabalho vá além da relação de compra e venda do processo de trabalho, pois permite que outras tarefas sejam agregadas.

O controle por parte do/a cliente também incide diretamente na escolha da roupa usada na jornada laboral, ainda mais em se tratando de entregadoras no contexto de uma sociedade patriarcal, em que costumeiramente são alvo de assédio.

Nesse contexto de controle, é muito comum a existência de conflitos entre clientes e entregadores/as, assim como entre estes/as últimos/as e estabelecimentos comerciais, principalmente quando demoram a preparar os pedidos, o que, conseqüentemente, impõem aos/às entregadores/as a necessidade de espera e prejudicam seu rendimento final, pois têm seu fluxo de entregas interrompido.

A despeito de todo este controle, e do prejuízo na autonomia desses entregadores/as, por meio do configuracionismo reconhece-se a necessidade de analisar, também, a perspectiva dos sujeitos. Ou seja, como eles enxergam o processo e a si mesmos inseridos nele. Nesse sentido, além de críticas, os/as entregadores/as também costumam apontar aspectos positivos dessa relação laboral, pontuando que são agradecidos pela oportunidade de trabalho oferecida pela empresa. “O iFood é um aplicativo em si muito bom, não

tenho que reclamar não. O pessoal reclama e tudo, mas reclama de barriga cheia, nada está bom, é assim, todo serviço é assim, nunca nada tá bom” (Marta).

Portanto, ao invés de simplesmente posicionar este ponto de vista no campo da alienação, é fundamental investigar o porquê de análises como essas surgirem de pessoas que evidentemente são exploradas pela plataforma. Assim, esse posicionamento acende o alerta analítico para entender as vicissitudes da realidade do mundo laboral da atualidade, em que tais entregadores/as têm concluído que este trabalho é positivo e melhor do que muitos empregos.

Ele saiu do CLT justamente porque ganhava menos e trabalhava mais. E acabava não tendo tempo pra fazer nada. E querendo ou não, com essa parte de ser entregador, ele consegue fazer os horários dele, as coisas das crianças, ele consegue fazer várias coisas, me levar ao médico, fazer todas as questões da saúde, fazer todos os horários dele e ganhar ainda mais do que ele ganhava (Marta).

Vale salientar que tais análises, ao não contemplarem as inseguranças e as dificuldades em articulações coletivas, típicas do trabalho plataformizado, demonstram não contemplar as contradições do capitalismo, sistema que segue explorando o trabalho alheio sob uma roupagem discursiva baseada no empreendedorismo, de maneira que vínculos formais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho já não têm aparecido mais como uma vantagem competitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente do discurso do empreendedorismo na prestação de serviços, os/as trabalhadores/as submetidos/as a esse tipo de trabalho vivenciam situações degradantes que os/as distanciam de si mesmos e de seu trabalho, por meio de relações de trabalho

pautadas no individualismo e na invisibilidade que acentuam a desigualdade existente em nossa sociedade (Antunes; Filgueiras, 2020; Abílio; Amorim; Grohman, 2021).

Este é um discurso de liberdade e flexibilidade, motivado pelo que seria uma ideologia do Vale do Silício, cujo cerne é pautado por interesses do neoliberalismo, que esconde as realidades da exploração do trabalho e fortalece o controle corporativo sobre os/as trabalhadores/as, quem, sem salários regulares, devem buscar garantir e aumentar sua renda por meio de seus esforços diários (Schradié, 2017; Purser, 2019). As empresas aproveitam essa situação para impor regras e obstáculos que devem ser seguidos para garantir o pagamento de recompensas.

Por fim, salienta-se que o controle identificado nesta pesquisa prescinde da copresença física ou mesmo virtual entre, de um lado, quem planeja, coordena e oferece o trabalho, e, de outro, quem o executa em relação direta com o público consumidor, uma vez que os/as trabalhadores/as interagem com o aplicativo e todas as suas regras sem saber ao certo a quem se destina seu trabalho, tudo isso em um espaço público socialmente constituído, com suas pressões provenientes da peculiaridade da rua e significativo controle por parte do/a cliente em seu processo de trabalho.

Cliente, por sua vez, que não age apenas como um/a consumidor/a, mas, nesta dinâmica plataformizada, é revestido de poder para intervir diretamente no processo de trabalho de entregadores/as, em ações como avaliação de seu trabalho e maior facilidade para registrar reclamações se comparado ao que dispõe os/as próprios/as trabalhadores/as. Assim, sob um discurso falacioso de autonomia e empreendedorismo, a prática laboral desses sujeitos tem sido efetivada a partir controles milimetricamente planejados com impactos diretos em sua subjetividade, num contexto em que paulatinamente tem sido corroídas as possibilidades de conquistas de direitos trabalhistas, numa romantização de se estar em um trabalho moderno.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021.

ADORNO, Theodor. **Dialética negativa**. Tradução Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor; Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: Antunes, Ricardo; Filgueiras, Vitor. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CARDOSO, Rafael. Violência contra entregadores tem herança escravista, diz pesquisador. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 07 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-03/violencia-contras-entregadores-tem-heranca-escravista-diz-pesquisador> Acesso em: 1 abr. 2024.

CASSIANO, Letícia; NESTLEHNER, Catarina. Neste ano, iFood registra mais de 13 mil denúncias de ameaça e agressão física contra entregadores no Brasil. **CNN BRASIL**, 07 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/neste-ano-ifood-registra-mais-de-13-mil-denuncias-de-ameaca-e-agressao-fisica-contras-entregadores-no-brasil/> Acesso em: 01 abr. 2024.

COSTA, Hermes; SOEIRO, José; MIRANDA FILHO, Vamberto. Sentidos, regulações e práticas de plataformação do trabalho em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 129, p. 85-110, 2022.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. Configuraciones Productivas y Circulatorias y Trabajo no Clásico. In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique; HERNÁNDEZ ROMO, Marcela. (Coords). **Configuraciones Productivas y Circulatorias en los Servicios y Trabajo no Clásico**: Fundamentos teóricos y estudios de caso. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa; Gedisa, 2020.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. **La metodología configuracionista para la investigación social**. Ciudad de México: Gedisa Editorial, Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2018.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. La epistemología crítica y el concepto de configuración. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 63, n. 1, p. 109-127. jan. /mar. 2001.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. La metodología marxista y el configuracionismo en América Latina. In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique; LEYVA MARTÍNEZ, Gustavo. (Orgs). **Tratado de metodología de las ciencias sociales: perspectivas actuales**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. ¿Qué es el Trabajo no clásico? **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. v. 22, n. 36, p. 5- 44, 2017.

DE LA GARZA TOLEDO, Enrique; HERNÁNDEZ ROMO, Marcela. **Configuraciones productivas y relaciones laborales en empresas multinacionales en América Latina**. Ciudad de México: Gedisa, UAM - Iztapalapa, 2017.

HENRIQUE, Victória. Entregador de aplicativo diz que foi agredido por cliente por causa de código de verificação. **G1**, Rio de Janeiro, 23 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/11/23/entregador-de-aplicativo-diz-que-foi-agredido.ghml> Acesso em: 31 mar. 2024.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Força e fragilidade do modelo japonês. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 5, 1991.

HOCHSCHILD, Arlie. **The managed heart: commercialization of human feeling**. London: University of California Press, 1983.

IFOOD. **Afinal, o entregador tem ou não que subir até o apartamento?** 2022a. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/noticias/entregador-subir-ate-o-apartamento/> Acesso em: 01 abr. 2024.

IFOOD. **OL e nuvem: como entregadores trabalham no app do iFood?** 2023a. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/entregadores/ol-e-nuvem-como-entregadores-trabalham-no-app-do-ifood/>

IFOOD. **O que é o iFood?** Conheça a história e a operação da empresa. 2023b. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/noticias/o-que-e-o-ifood/>

IFOOD. **Termos e condições de uso** Data da versão: 21 jan. 2022b. Disponível em: https://entregador.ifood.co- iFood para entregadores. m.br/wp-content/uploads/2024/01/Termo-Aditivo-Janeiro_24.pdf Acesso em: 10 jul. 2024.

JANOSKI, Thomas; LEPADATU, Darina. **Dominant divisions of labor:** models of production that have transformed the world of work. London: Palgrave Macmillan, 2014.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1:** Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

MESQUITA, Clívia. Entregador do iFood é vítima de agressão no Rio após recusar subir em apartamento. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 23 fev. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/23/entregador-do-ifood-e-vitima-de-agressao-no-rio-apos-recusar-subir-em-apartamento> Acesso em: 01. abr. 2024.

PURSER, Ronald. **McMindfulness:** How Mindfulness Became the New Capitalist Spirituality. Londres: Repeater, 2019.

SCHRADIE, Jen. Ideologia do Vale do Silício e Desigualdades de Classe. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 86-99, 2017.

SORIA, Analia. O modelo japonês de produção: enfoques e transferibilidade. **Sociedade e Estado**, v. X, n. 1, jan. /jun., 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Fabíola Sanchez Correa

Doutorado em Ciências Sociais com especialização em Estudos do Trabalho pela Universidade Autônoma Metropolitana - Iztapalapa (UAM-I) do México. Atualmente, é pesquisadora de pós-doutorado no Departamento de Antropologia da UAM-I, onde realiza pesquisas sobre trabalho não clássico, economia social e programas sociais. Também participa de um projeto de Ciência de Fronteira na mesma instituição, ambos financiados pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECIHTI).

Patrícia Marília Félix da Silva

Doutorado e pós-doutorado em Sociologia (UFPE). Coordena o Grupo de estudos Trabalho não clássico. Integra a coordenação da Rede Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Configuracionismo (RECONFIGURA). Docente - SOCIP/PPGS/PPGPS - UFMT.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Ana Priscila Alves

Graduada em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (IPPUR-UFRI), Mestre e Doutora em Sociologia (IESP-UERJ).

Cyntia M. Moya

Doutora em Sociologia (UFSCar), mestra em Educação (Unicamp) e graduada em Ciências Sociais (Unicamp). Pesquisa transformações contemporâneas do trabalho e trabalho criativo.

Guilherme Rebonato Rosi

Formado em Administração pela UFES, mestrado em Sociologia pela UFPE e doutorando em Sociologia pela UFPE.

Isabela de Carvalho Neves

Cientista Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRI) da mesma instituição e doutoranda pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Lethícia Sthefany Ferreira de Oliveira

Bacharelado em Ciências Sociais (UFRPE), Mestra em Sociologia (PPGS-UFPE),
Doutoranda em Sociologia (PPGS-UFPE).

Luana Barbosa

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Unicamp e
estuda segurança pública, mais especificamente a correlação entre o sistema
penitenciário, trabalho e educação. É cientista social, cientista política e
membra do PolCrim (Laboratório de Estudos sobre Política e Criminologia).
Ganhou os prêmios Sérgio Adorno de Direitos Humanos (ANPOCS) e o Jon M.
Tolman (Brazilian Studies Association).

Patrícia Marília Félix da Silva

Doutorado e pós-doutorado em Sociologia (UFPE). Coordena o Grupo de
estudos Trabalho não clássico. Integra a coordenação da Rede Internacional
de Estudos e Pesquisas sobre Configuracionismo (RECONFIGURA). Docente -
SOCIP/PPGS/PPGPS - UFMG.

Rodrigo Eiras

Sociólogo, professor e doutorando em Sociologia, com foco em sociologia do
trabalho, da cultura e das desigualdades. Pesquisa transformações do mundo
laboral e suas dinâmicas contemporâneas. Atualmente dedica-se ao estudo
dos jogos digitais, sociabilidade e suas relações de trabalho.

ÍNDICE REMISSIVO

A

abordagem não clássica 15, 19, 22, 35, 37
 aplicativo 13, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 108,
 165, 166, 167, 170, 172, 177, 178, 189, 191, 199, 200,
 209, 211, 213
 autoemprego 23
 autoidentificação 23
 autonomia 16, 17, 18, 29, 101, 103, 104, 109, 111, 125, 128, 187,
 209, 211
 autopercepções profissionais 28

B

bem-estar 13, 157

C

cadeia colaborativa 28
 cadeias produtivas 139
 capital 12, 15, 35, 59, 62, 63, 88, 92, 95, 97, 109, 116, 125, 150, 152,
 156, 169, 193, 212, 214
 capitalismo 38, 70, 87, 92, 93, 94, 96, 100, 114, 149, 150, 153, 154,
 155, 157, 160, 161, 163, 210, 212
 cárcere 14, 112, 140
 cliente 14, 21, 25, 53, 73, 79, 82, 196, 198, 199, 201, 205, 206, 207,
 209, 211, 213
 competitividade 47, 93, 152, 155
 condições de trabalho 15, 39, 97, 104, 106, 120, 133
 conteúdo ampliado 23
 conteúdos digitais 94
 conteúdo simbólico 21, 22
 contratos informais 20
 criatividade 17, 20, 29
 crise do emprego 94
 crise econômica 100, 110

D

dedicação 36, 43, 58, 59, 63, 64, 68
 desemprego 50, 51, 54, 63, 96, 101, 110, 111, 119, 166
 desigualdade 12, 51, 102, 156, 211
 desigualdade social 102

E

economia 12, 15, 51, 68, 88, 89, 95, 96, 101, 151, 152, 162, 169, 172,
 194, 214, 215
 educação empreendedora 104, 105
 empoderamento 54, 102, 110
 empreendedor 29, 73, 90, 98, 99, 100, 102, 109, 111, 113
 empreendedorismo 16, 17, 18, 23, 29, 38, 68, 91, 93, 94, 97, 98,
 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111,
 112, 113, 114, 210, 211
 ensino superior 109, 177
 espaços domésticos 55
 estratégias de sobrevivência 16, 51
 ethos 12, 15, 47, 60, 62, 66, 67, 98
 ética 15, 47, 48, 49, 68, 69, 70, 114
 exclusão social 153
 experiência 30, 33, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 59, 60, 62, 66,
 68, 82, 83, 119, 121, 127, 137, 166, 169, 171, 174, 181,
 183, 184, 185, 189, 191, 192

F

flexibilidade 12, 17, 18, 25, 38, 92, 93, 101, 102, 105, 107, 108, 110,
 111, 113, 130, 204, 211
 formação identitária 20
 formalidade 12, 23, 95

H

hegemonia 101, 104
 hiperflexibilidade 23

I

identidades profissionais 32, 36

imaginário social 95

Indústrias Criativas 23

informalidade 12, 16, 17, 18, 23, 29, 32, 36, 56, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 101, 105, 106, 109, 111, 112, 160

informalização 94

J

jogador 15, 41, 43, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 66

jogos online 15, 41, 42, 45, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 59, 62, 67, 68

L

laços familiares 106

lazer 22, 30, 32, 33, 34, 49, 51, 68, 69, 85, 111, 126, 131, 137, 190, 191, 192

liberdade 16, 18, 67, 75, 100, 101, 102, 103, 104, 111, 113, 114, 125, 141, 142, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 159, 211

liberdade econômica 102

livros 21, 42

M

marginalização 12, 14, 16, 54

mercado de trabalho 16, 50, 91, 95, 102, 106, 152, 154, 155, 161, 166, 168, 191, 193

mérito 61, 68, 69

multiatividade 23, 31

mundo laboral 11, 111, 206, 210, 217

N

não assalariado 21, 37

neoliberalismo 12, 17, 51, 73, 75, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 97, 100, 101, 104, 110, 111, 141, 150, 156, 157, 160, 162, 211

P

performance 24, 25, 28, 32, 33, 157, 183

plataformas digitais 198

precariedade 12, 15, 16, 17, 36, 51, 56, 64, 87, 143

precarização do trabalho 18, 96, 99, 110, 168

prestação de serviços 24, 156, 210

processo produtivo 21, 22, 28, 132, 137

produção musical 28, 36, 39

profissionalização 27, 30, 32, 36, 156

proprietário 109, 111, 136

Q

qualificação profissional 106

R

racionalidade 16, 73, 75, 93, 98, 99, 100, 103, 105, 111, 162

redes sociais 27, 28, 35, 36, 57, 93, 107, 108

ressocialização 14, 140, 141, 144, 146, 153, 164

S

setor de serviços 24, 128

shows 21, 24, 25, 26, 28, 33, 34

sistema penitenciário 14, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 150, 156, 157, 159, 164, 181, 217

sofrimento 12, 13, 17, 71, 72, 74, 77, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 112, 207

subjetividade 14, 17, 72, 74, 76, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 211

T

tecnologias 21, 28, 36, 75, 124, 154

tempo de trabalho 108, 111, 171

trabalho artístico 35, 40

trabalho assalariado 18, 94

trabalho autônomo 23, 32, 99, 111

trabalho informal 38, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

trabalho não clássico 12, 13, 20, 21, 22, 24, 25, 29, 69, 71, 73, 199, 200, 206, 215

trajetórias profissionais 191

V

valor simbólico 21, 28

videogame 15, 65

violência 13, 73, 142, 143, 156, 157, 168, 185, 192

voluntária 26, 130

WWW.PIMENTACULTURAL.com

TRABALHO NÃO CLÁSSICO

perspectiva epistêmico-teórico-metodológica
para compreensão do mundo laboral